



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS CORA CORALINA
MESTRADO ACADÊMICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA**

CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA

**TRABALHADORES MIGRANTES VINCULADOS ÀS LAVOURAS DE CANA-DE-
AÇÚCAR: a precarização do trabalho e condições desfavoráveis aos vínculos
territoriais no município de Itapaci/GO**

GOIÁS-GO

2022

CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA

TRABALHADORES MIGRANTES VINCULADOS ÀS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR: a precarização do trabalho e condições desfavoráveis aos vínculos territoriais no município de Itapaci/GO

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Estudos Ambientais e Territoriais do Cerrado.

Linha de pesquisa: Dinâmica Territorial do Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza

GOIÁS-GO

2022

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Carlos Frederico de Oliveira

Email: carlosfrede33@gmail.com

Dados do trabalho

Título: TRABALHADORES MIGRANTES VINCULADOS ÀS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR: a precarização do trabalho e condições desfavoráveis aos vínculos territoriais no município de Itapaci/GO

Tipo:

Tese Dissertação

Curso/Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Geografia.

Concorda com a liberação documento

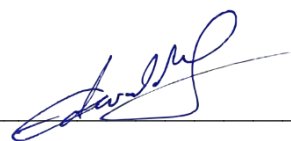
SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 30 de agosto de 2022



Assinatura autor(a)



Assinatura do orientador(a)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

O48t	<p>Oliveira, Carlos Frederico de. Trabalhadores migrantes vinculados às lavouras de cana-de-açúcar : a precarização do trabalho e condições desfavoráveis aos vínculos territoriais no município de Itapaci/GO [manuscrito] / Carlos Frederico de Oliveira. – Goiás, GO, 2022. 128 f. ; il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2022.</p> <p>1. Migração de trabalhadores. 2. Precarização do trabalho. 3. Vínculos territoriais. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.</p> <p>CDU: 314.15:331(817.3)</p>
------	---

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

FOLHA DE JULGAMENTO

**Título: TRABALHADORES MIGRANTES VINCULADOS ÀS LAVOURAS DE
CANA-DE-AÇÚCAR: a precarização do trabalho e condições desfavoráveis aos
vínculos territoriais no município de Itapaci/GO**

Mestrando: Carlos Frederico de Oliveira

Data da defesa: 4/7/2022

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR: Dr. Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza
PPGEO-UEG Campus Cora Coralina

Prof. Dra. Tathiana Rodrigues Salgado
Membro interno: PPGEO-UEG

Prof. Dr. Dimas Moraes Peixinho
Membro externo: UFJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, aos trabalhadores migrantes e seus familiares que destinaram parte do seu tempo para participar das entrevistas relatando as angústias, dificuldades, mas também momentos de felicidade no processo migratório do qual participam.

Ao programa de pós-graduação em Geografia, PPGeo-Campus Cora Coralina, pelas oportunidades de fazer parte das aulas, seminários, discussões, conversas, entre outros momentos importantes, mesmo em um momento tão difícil de pandemia. Agradeço a todos os professores e demais trabalhadores do programa.

Ao Edevaldo Souza, orientador, que fez considerações fundamentais na estruturação do texto e que, ao longo do mestrado, me orientou com suas falas, atitudes, indicação de autores e, pelos diálogos e amizade constituída ao longo desse processo.

À Banca de qualificação e defesa, Professor Dimas Peixinho, pelas considerações importantes sobre o texto para a elaboração da dissertação com maior qualidade. À professora Tathiana Salgado, pelas ponderações com objetivo de melhorar o texto, pelo incentivo à pesquisa, desde meus momentos iniciais no programa e nos momentos das aulas.

Agradeço a minha mãe, Izabel, por ser uma mulher trabalhadora e perseverante, que não poupou esforços para me dar boa educação por meio de afeto, incentivo e sobretudo do amor nas suas atitudes. Agradeço por ter acreditado em mim. Obrigado mãe!

À minha companheira, Aline Erika, pela força, dedicação e convívio diário nos momentos difíceis, sobretudo na pandemia, e pelos diversos auxílios nas ideias trocadas e aprofundadas entre a geografia, a linguística e a literatura para elaboração do texto.

Aos colegas do mestrado, que me proporcionaram a possibilidade trocar ideias sobre as várias angústias, mas também sobre as diferentes formas de intelectualidade inerentes à pesquisa científica.

À toda minha família, e aos que a vida me presenteou como família, por estarem torcendo e entendendo que alguns momentos de ausência foram necessários.

Muito obrigado a todas e todos!

RESUMO

A questão relacionada à migração de trabalhadores é o aspecto fundamental da pesquisa, que ocorreu a partir do estudo das migrações para a plantação e o corte da cana-de-açúcar. O objetivo da pesquisa é entender a precarização do trabalho na cadeia produtiva da cana-de-açúcar e as formas como ocorrem os vínculos territoriais no município de Itapaci-Goiás, onde residem os trabalhadores migrantes, entre os anos de 1980 e 2022, tendo como temáticas os deslocamentos dos migrantes, o trabalho exaustivo, e as dificuldades de inserção no local de destino, para uma melhor compreensão da vivência dos trabalhadores nessas dinâmicas territoriais. Nesse sentido foram analisados quais os motivos que impulsionam a migração, as estratégias presentes no sistema capitalista na manutenção de uma grande quantidade de trabalhadores desempregados, flexibilização e a precarização das condições de trabalho na agroindústria canavieira em Itapaci-GO e Rubiataba-GO, onde estão situadas as empresas que empregam os trabalhadores migrantes. A pesquisa foi realizada a partir da leitura de bibliografias pertinentes ao tema das migrações, dados secundários obtidos, principalmente, pelos órgãos governamentais, e pela análise empírica com pesquisas de campo e entrevistas semiestruturadas, realizadas com os trabalhadores e seus familiares. Constatou-se as características da migração para o trabalho no plantio e no corte da cana-de-açúcar, tendo em vista os deslocamentos em busca do emprego, o novo modelo migratório presente na realidade brasileira e as dificuldades recorrentes no estabelecimento de vínculos sociais. A partir dessas estratégias enunciadas, foi possível averiguar a precarização como uma realidade para os trabalhadores migrantes que possuem trabalhos temporários e desgastantes fisicamente, e as dificuldades de estabelecer vínculos territoriais para a melhor relação com os sujeitos e o lugar de destino.

Palavras-chaves: Migração; Trabalho; Precarização; Vínculos territoriais.

ABSTRACT

This paper relies mainly on labor migration-related issues and is derived from a previous paper on migration triggered by sugar-cane planting and harvesting. The aim of this research is understanding job insecurity and how territorial connections are formed in the town of Itapaci, Goiás, between 1980 e 2022, tackling migration flow, exhausting work, and difficulties to be inserted in the destination place. We aim at better grasping the subjects' experiences and the workers' strategies amid territorial dynamics. We sought to identify the features of labor migration involving sugar-cane planting and harvesting, taking into consideration migration flow regarding job search, the new migration model present in Brazilian society and the recurrent difficulties in terms of social connection establishment. Thus, we surveyed the reasons that push migration, the capitalist system strategies for the maintenance of a great deal of unemployed workers, flexibilization and insecurities of working conditions in the sugar-cane industry, located in Itapaci e Rubiataba (GO) where these migrants work. The research was carried out after readings of references on migration, secondary data obtained from government agencies and also due to an empirical analysis including field research and semi-structured interviews, applied to workers and their family members. From the above-mentioned strategies, we found out there is insecurity as a reality for migrant workers who have temporary and physically-challenging jobs. Furthermore, there are difficulties to establish territorial connection which would eventually promote a better subject-destination relationship.

Keywords: Migration; Work, Insecurity; Territorial Connection.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa dos municípios da microrregião de Ceres, Goiás, 2017	15
Figura 2 - Rodovia-GO 336, no município Nova Glória-GO.....	16
Figura 3 - Taxa de crescimento populacional anual, por estado – 2000/2010	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Entrevista realizada no dia 10/10/2021	25
Quadro 2 - Entrevista realizada no dia 21/10/2021	25
Quadro 3 - Entrevista realizada no dia 05/11/2021	25
Quadro 4 - Entrevista realizada no dia 13/11/2021	25
Quadro 5 - Entrevista realizada no dia 17/2/2022	25
Quadro 6 - Entrevista realizada no dia 03/4/2022	25
Quadro 7 - Formas de garantia e segurança de trabalho nos termos da cidadania industrial.	71
Quadro 8 - População absoluta e ocupada nos municípios de origem (2019).	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Volumes de imigração, emigração e trocas migratórias por Regiões e Unidades da Federação (UF) do Brasil, 1995/2000 e 1999/2004.....	48
Tabela 2 - Produção total de álcool (anidro e hidratado), por safras – Destilaria Vale Verde/Itapaci.....	54
Tabela 3 - Produção total de álcool, por safras – Cooper Rubi/Rubiataba	54
Tabela 4 - Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: população recenseada – 1980, 1991, 2000 e 2010.	55
Tabela 5 - Taxa de crescimento Populacional anual, por estado – 2000/2010.....	60
Tabela 6 - Censos Demográficos do município de Itapaci-GO – 1991, 2000 e 2010	61
Tabela 7 - Origem das migrações recentes para o município de Itapaci	61
Tabela 8 - Trabalhadores para lavoura da cana admitidos e desligados, no município de Itapaci no período de 2005 a 2010.	62
Tabela 9 - Trabalhadores para lavoura da cana admitidos e desligados, no município de Rubiataba no período de 2005 a 2010.	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
COVID	Coronavírus
FOMENTAR	Fundo de Participação e Fomento a Industrialização de Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMB	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
OBMIGRA	Observatório das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OXFAM	Comitê de Oxford para Alívio da Fome
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PROTERRA -	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste
SEPIN	Superintendência de Estatísticas, Pesquisas e Informações Socioeconômicas
SEGPLAN	Secretaria de Gestão e Planejamento Socioeconômicas
TCLE	Termo de Compromisso e Livre Esclarecimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
CAPÍTULO I – O FENÔMENO MIGRAÇÃO PARA O TRABALHO: O TERRITÓRIO E OS TRABALHADORES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA QUE MORAM NO MUNICÍPIO DE ITAPACI, GOIÁS.....	27
1.1 Perspectivas territoriais para os migrantes.	29
1.2 Migrações: conceitos, novas práticas e a questão do trabalho.	34
1.3 Um panorama da migração no Brasil.	44
1.4 Planos de territorialização: apropriações de terras no Centro-Oeste e migrações para o Goiás.	49
1.5 A migração para o trabalho: os migrantes que residem em Itapaci, Goiás.....	56
CAPÍTULO 2 – DESEMPREGO ESTRUTURAL: ESTRATÉGIAS DO CAPITAL PARA A MAXIMIZAÇÃO DOS LUCROS E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.	65
2.1 A classe trabalhadora e a precarização do trabalho.	67
2.2 Condições do migrante no lugar de origem e a busca por trabalho.	74
2.3 O ingresso do migrante no trabalho precarizado em Itapaci-GO.	82
CAPÍTULO 3 – OS MIGRANTES E A DIFICULDADE EM ESTABELECEM VÍNCULOS TERRITORIAIS COM O MUNICÍPIO DE ITAPACI.	89
3.1 Formas de rejeição e preconceitos contra o migrante.	90
3.2 Estabelecimento dos vínculos territoriais e importância das redes sociais.	99
3.3 O direito a cidade além da perspectiva econômica.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas com os migrantes trabalhadores vinculados as lavouras de cana-de- açúcar no Município de Itapaci/GO.	124
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE	128

INTRODUÇÃO

As questões relacionadas à migração de trabalhadores, suas relações trabalhistas, vínculos territoriais e sociais nos locais de inserção, têm ganhado importância crescente nos meios acadêmicos. Nesse sentido, cresce o número de trabalhos como “Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global”, de Sassen (2016), “Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes”, de Mezzadra (2012), “Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual”, de Póvoa Neto (1997), “Errantes do fim do século”, de Silva (1999), “O cativo da terra”, de Martins (2013), entre outros, que são exemplos de estudos que tratam sobre essa temática.

No intuito de deixar uma contribuição a mais sobre esse fenômeno, desenvolveu-se esta pesquisa a partir do estudo sobre a migração de trabalhadores para o plantio e o corte da cana-de-açúcar, no Município de Itapaci/GO, onde está localizada a usina Vale Verde, uma das instalações agroindustriais do Grupo Farias, que tem sede central no estado de Pernambuco. Essa empresa possui grande influência no cotidiano dos moradores locais, pois emprega grande quantidade de pessoas. Somente no plantio e no corte, o município de Itapaci contava com cerca de 722 trabalhadores admitidos no período da safra, segundo dados do ano de 2019 do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2019).

A agroindústria canavieira Vale Verde se instalou no município em 2002, adquirindo a Usina do grupo Devale, que, doze anos antes, em 1994, havia finalizado suas atividades agrícolas no município. O Grupo Farias possui seis unidades produtivas nos estados de Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Acre (NOVACANA, 2021b).

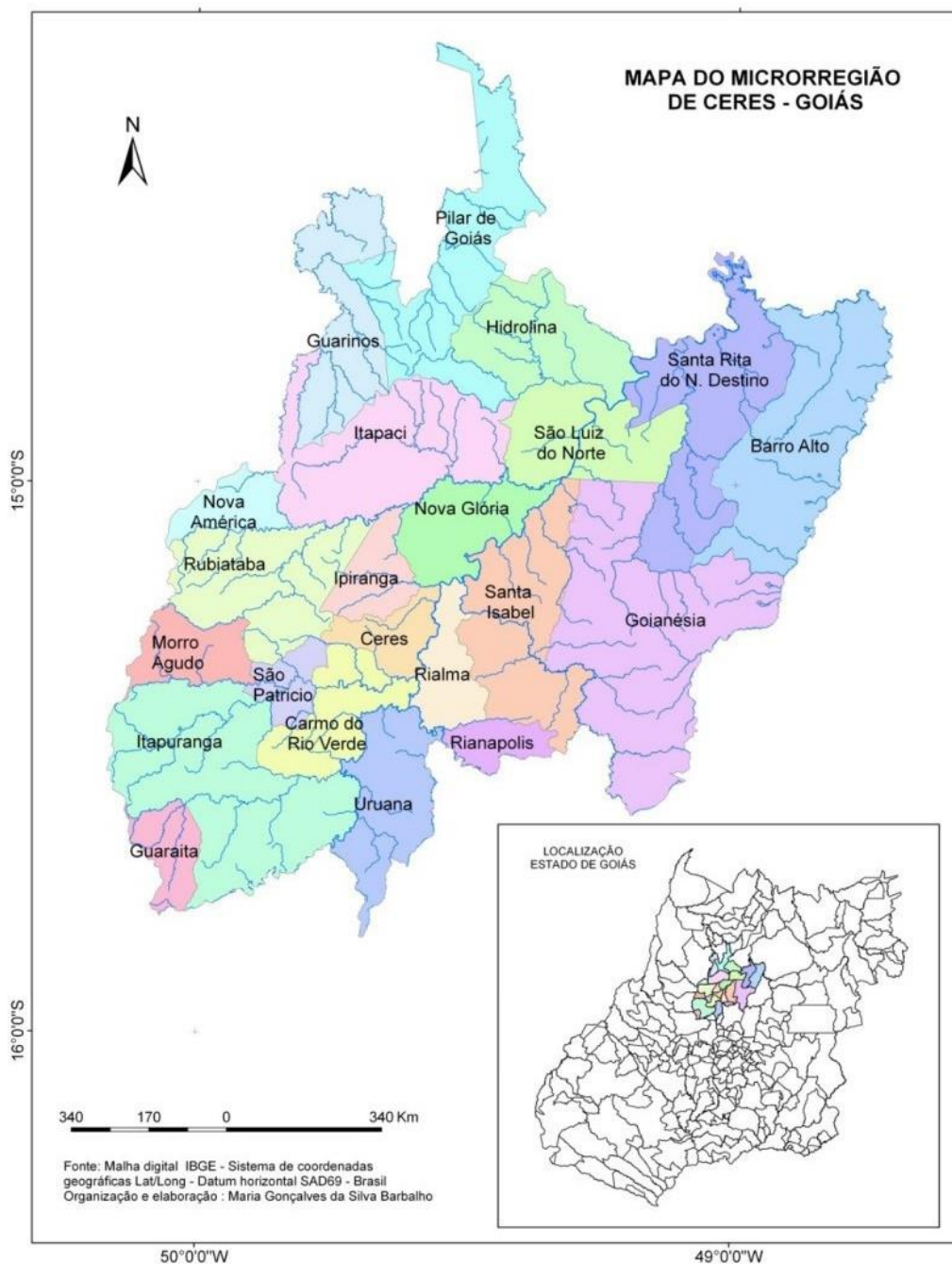
Verificou-se também que parcela dos trabalhadores entrevistados, residentes em Itapaci, trabalha na usina COOPER-RUBI – Cooperativa Agroindustrial de Rubiataba-GO Ltda., do Grupo Japungu, instalada naquele município em 1986. A empresa pertencia aos membros da cooperativa e, em 2003, a maioria das ações foram compradas pelo grupo Japanga, do estado da Paraíba (FERREIRA, 2010). Em Rubiataba, foram admitidos 504 trabalhadores do cultivo da cana no ano de 2019, entre os meses de abril e novembro (BRASIL, 2019).

Os sujeitos entrevistados são trabalhadores em uma das empresas, Vale Verde ou Cooper-Rubi ou seus familiares. As empresas da microrregião de Ceres possuem plantações em áreas municipais diversas, vizinhas e fronteiriças do local de instalação, nesse sentido, nem sempre o município de moradia coincidirá com o local da empresa na qual os migrantes trabalham. Os entrevistados que trabalham ou trabalhavam na empresa Cooper-Rubi fazem a mobilidade diária do município de Itapaci para as lavouras da empresa, por meio do ônibus da Usina.

A empresa Vale Verde possui área plantada nos municípios de Itapaci, Nova Glória, Santa Isabel, São Luiz do Norte e Ipiranga de Goiás. A empresa Cooper-Rubi, nos municípios de Rubiataba, Ipiranga de Goiás, Nova Glória, Rialma, Santa Isabel, Ceres, Carmo do Rio Verde e São Patrício. A instalação das primeiras usinas do setor da agroindústria canavieira em Itapaci e Rubiataba datam da década de 1980 (FERREIRA, 2010).

O município de Itapaci está situado na mesorregião Centro goiano, na microrregião de Ceres (Figura 1), região esta que, nas últimas décadas, recebeu muitas empresas do setor agrocanavieiro. A área do município é de 952,998 km², cujo bioma é o Cerrado.

Figura 1 - Mapa dos municípios da microrregião de Ceres, Goiás, 2017



Fonte: BARBALHO, 2017 apud Oliveira (2021, p.199)¹

¹ **Mapa retirado de OLIVEIRA, Rogério Celestino de et al.** Flora do cerrado goiano: ocorrência das acanthaceaes na microrregião de Ceres, estado de goiás. *In: LEAL, Antonio Cezar et al. Novas Fronteiras no Oeste: Relação entre sociedade e natureza na microrregião de Ceres em Goiás (1940-2013).* Goiânia: Kelps, 2021. p. 194 – 215.

Ao observar o cultivo de cana na região, principalmente às margens das rodovias, é possível verificar a paisagem homogeneizada nesses municípios, como ilustra a figura 2 em Nova Glória, a cerca de 3 Km da usina Vale Verde.

Figura 2 - Rodovia-GO 336, no município Nova Glória-GO



Fonte: Créditos do autor (novembro de 2021)

Tendo em vista as análises iniciais, que ocorrem a partir do ano de 2016, foi possível perceber, por meio de observações e encontros informais com os trabalhadores migrantes e com moradores já estabelecidos, que ocorre todos os anos, no período de plantio e de corte da cana-de-açúcar, uma migração sazonal de pessoas oriundas de diversos estados brasileiros, em especial da região nordeste para o município de Itapaci. Nesse sentido, foi possível reconhecer o aspecto visível do fenômeno.

Foi a partir dessas interações que se inicia a busca em compreender as características do processo migratório para Itapaci. Existe uma atração populacional exercida pela oferta de empregos nas usinas de cana-de-açúcar, que promove a vinda de trabalhadores para a cidade em busca de trabalho, em

sua maioria, como contratação temporária, visto que as agroindústrias empregam um número expressivo de funcionários no corte e no plantio nesse regime. Foi observando tal realidade que surgiu a ideia de entender os motivos que fazem os trabalhadores migrarem de outros estados, com distâncias que, na maioria das vezes, superam mil quilômetros, para trabalhar em função tão extenuante como a do corte da cana.

As pesquisas exploratórias iniciais, como as observações do fenômeno migratório de trabalhadores do corte e plantio da cana em Itapaci, e o levantamento de bibliografias de autores como: Baeninger (2012), Póvoa Neto (1997), Heidrich (2004; 2017), além de Atlas de migrações, sobre as novas dinâmicas migratórias nas últimas décadas, embasaram a construção da problemática mencionada no parágrafo anterior. A partir daí, foi formulada a pergunta norteadora da pesquisa: quais os aspectos e as características principais das migrações de trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar? Buscou-se como parâmetros para essa análise a precarização do trabalho e as relações sociais e territoriais.

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo compreender as relações de precarização do trabalho dos migrantes, residentes em Itapaci, que plantam e colhem cana-de-açúcar, vinculados às empresas da agroindústria canavieira Vale Verde, no município de Itapaci-GO e COOPER-RUBI, no município de Rubiataba-GO, tendo em vista a dinâmica migratória e a instalação das empresas canavieiras de 1980 a 2022, e a vivência cotidiana desses sujeitos e suas relações com o lugar e com a população itapacina.

No entanto, a pesquisa não ficou restrita a uma análise pontual, ou seja, os fatores externos ao local não deixaram de ser observados. Ao contrário, entendeu-se que a análise ampla da problemática deve se contrapor a uma visão fragmentada da realidade.

Outro ponto importante que se analisou é como ocorrem os vínculos territoriais e as relações entre os trabalhadores migrantes e os moradores estabelecidos. Para atingir o objetivo enunciado, estabeleceram-se objetivos específicos: investigar as relações sociais estabelecidas pelos trabalhadores migrantes na comunidade local, estabelecendo como parâmetro de análise a rejeição e o preconceito para criação de vínculos sociais; estudar e analisar o trabalho precarizado no corte da cana; compreender, a partir da leitura

geográfica, os vínculos territoriais estabelecidos com Itapaci e com o município de origem, e a possível segregação socioterritorial estabelecida para as famílias migrantes.

Ou seja, buscou-se entender quais as consequências para os sujeitos, tanto trabalhista como social, após o fluxo migratório. A perspectiva é que essa dinâmica ocorra devido à escassez de trabalho, baixos valores salariais pagos nos locais de origem e aos interesses estruturantes do capital. O melhor esclarecimento de várias dessas perguntas para melhor compreensão do fenômeno migratório ocorreu com o auxílio da pesquisa empírica.

Para compreender melhor esse processo, foi importante saber que uma das características da dinâmica demográfica é que ela ocorre com maior intensidade no período da colheita da cana-de-açúcar. O período da safra transcorre entre os meses de abril a novembro, e o fluxo migratório se acentua no período do corte da cana-de-açúcar. No período da entressafra, o número de migrantes no município é menor, quando alguns trabalham na plantação da cana-de-açúcar, o que não ocorre todos os anos, devido ao período do seu ciclo reprodutivo. “A cana-de-açúcar é uma cultura semiperene, tendo em vista que, após o plantio, ela é cortada várias vezes antes de ser replantada. Seu ciclo produtivo é, em média, de seis anos com cinco cortes”. (NOVACANA, 2021a).

No ano de 2019, no município de Itapaci, a quantidade de admitidos, trabalhador da cultura de cana-de-açúcar, Classificação Brasileira de Ocupações - 6221-10 (BRASIL, 2022), entre os meses de março a maio (período de maiores contratações por causa do início da safra), foi de 640 trabalhadores. Já entre setembro e novembro (período de maiores demissões por causa do final da safra), o número de desligados chegou ao número de 574 trabalhadores. Podemos levar em consideração que esses números são impactados pela sazonalidade dos períodos de safra e entressafra. Nesse ano, em todos os 12 meses, o total de demissões superou o de admissões, foram 37 desligamentos a mais do que o somatório de contratações (BRASIL, 2019).

No município de Rubiataba, também no ano de 2019, entre os meses de março a maio, foram admitidos 289, e demitidos, entre setembro e novembro, 272 trabalhadores. No entanto, o saldo de todo o ano foi positivo para o número de admitidos: 67 pessoas (BRASIL, 2019). Percebe-se maior concentração de admissões no período que inicia a safra e um aumento das demissões ao final.

A pesquisa compreendeu as relações trabalhistas e sociais que se estabelecem entre a sociedade local, os próprios trabalhadores e seus familiares. Aqueles que participam desse processo vêm ao município em busca de trabalho, ou seja, o trabalho é o elemento fundamental para o entendimento da mobilidade migratória.

A migração foi aqui entendida como fenômeno territorial, que possui características políticas, econômicas e culturais indissociáveis. Há, então, o esforço de entender, analisar e demonstrar o fenômeno migratório de modo abrangente, tendo em vista sua amplitude e as mudanças que ocorrem a todo o momento.

Compreende-se que há, e com muita frequência, a precarização do trabalho, a segregação social e a integração seletiva (SPOSITO, 2017). Os locais de moradia, a dificuldade em estabelecer vínculos sociais e econômicos, além da negação de vínculos mais consistentes com os locais de destino, podem estar presentes na realidade dos migrantes. De igual modo, é preocupante a situação dos migrantes relativa ao trabalho e salário, que se veem submetidos a condições degradantes devido à acumulação desigual do capital, que, por sua vez, gera um quadro de vulnerabilidade socioeconômica.

Verifica-se, pois, a relevância social do estudo que, inicialmente, vai demonstrar a vulnerabilidade na condição de vida dos migrantes. Para tanto, recorre-se a um aporte teórico, que deve ser buscado para que se possa compreender melhor a situação de precarização do trabalho, as migrações e as formas de preconceito contra os migrantes.

Nesse sentido, empenha-se na análise, discussão e síntese que demonstrem as condições de trabalho e de vulnerabilidade, os vínculos sociais dos migrantes (trabalhadores do plantio e corte da cana-de-açúcar), em Itapaci, sendo esse o recorte espacial da pesquisa.

No primeiro capítulo, os temas abordados são o processo de migração e a relação com o território, assim como suas múltiplas concepções, buscando as que mais se aproximam da temática proposta. Foram abordados aspectos de cunho teórico sobre a migração para o trabalho e suas principais características, apresentando um panorama das migrações no Brasil e como esse fenômeno tem sofrido modificações e, mais especificamente, estão apresentadas as

migrações para o município de Itapaci, mostrando quais fatores favorecem o deslocamento e por quais motivos há a migração.

No capítulo seguinte, estão tratados os temas relacionados ao aumento do desemprego no Brasil, e seu impacto direto na migração de trabalhadores, a flexibilização e a diminuição dos direitos trabalhistas, a alienação do trabalhador e a mecanização do corte da cana, além do entendimento da teoria e prática ligadas aos modos de apropriação do lucro pelo capital e do modo de trabalho extenuante a que são submetidos os trabalhadores.

No último capítulo, a pesquisa se volta para os preconceitos históricos e atuais sofridos pelos migrantes, principalmente os que praticam a atividade de corte de cana, e são oriundos de estados nordestinos, os vínculos e redes sociais estabelecidos no local de destino e o direito, que deveria ser comum a todos, o de plena inserção à cidade.

Diante do exposto, foi possível verificar e analisar com maior profundidade as questões relacionadas à migração sazonal expressiva, à escassez de trabalho, à falta de terras para o plantio, à situação de precariedade do trabalho na atividade dos safristas na agroindústria canavieira, à fadiga vinculada ao trabalho, às relações sociais estabelecidas no município em que trabalham, às dificuldades no estabelecimento de vínculos sociais e ao preconceito sofrido pelos migrantes que trabalham no corte de cana-de-açúcar.

MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem como base a aproximação teórico-metodológica com a dialética para entender as dinâmicas territoriais dos migrantes e suas formas de estabelecer vínculos territoriais e novas territorialidades no espaço de destino escolhido para o trabalho de plantio e corte de cana-de-açúcar.

O intuito é fazer a síntese das partes que foram analisadas que, de acordo com Konder (2008), “é a visão de conjunto, a junção das partes e das estruturas que possibilitam uma percepção ampla da realidade”. A pesquisa embasou-se na análise que evidencia o movimento histórico, e entender suas mudanças constantes, além da base de contradições do sistema capitalista e sua busca na proliferação do modelo que tem como fundamento o lucro. (KONDER, 2008).

Outro fator fundamental, vinculado ao método, é a análise totalizante para um entendimento mais amplo da realidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, ou seja, não basta apenas analisar situações pontuais, é necessário fazer um esforço de compreensão dos diversos elementos que influenciam no fluxo migratório.

Assim, é importante demonstrar a conexão e os interesses contrastantes entre os sujeitos e atores hegemônicos que participam direta, ou indiretamente, da dinâmica territorial, além de evidenciar as contradições da estrutura capitalista que necessita do trabalho dos migrantes, mas que, em outros momentos, dificulta o fluxo migratório. A pesquisa partiu do levantamento, observação e descrição dos fenômenos sociais, para, posteriormente, proceder à análise da realidade e sintetizar o que foi compreendido.

A pesquisa tem como base uma abordagem qualitativa de procedimentos metodológicos, que possuem como premissa entender as dinâmicas territoriais dos migrantes e suas formas de estabelecer vínculos no novo território, constituindo suas novas territorialidades.

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após esse tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (CHIZZOTTI, 2003, p.221).

São, aqui, utilizados também dados matemáticos, nos quais destacamos os mais relevantes para essa pesquisa:

- quantidade de imigrantes que se deslocam para o Brasil (dados disponibilizados pelo Observatório das Migrações Internacionais – OBMIGRA);
- volumes de imigração, emigração e trocas migratórias por Regiões e Unidades da Federação (IBGE);
- número estipulado de migrantes que vêm para o município no período da safra e número populacional de Goiás e Centro-Oeste (comparação entre os Censos Demográficos e utilização de dados de migração presentes no Instituto Mauro Borges);

- saldo migratório dos municípios da microrregião de Ceres (verificação dos Censos Demográficos de 1980 a 2010);
- horas trabalhadas no corte da cana-de-açúcar;
- tempo de intervalo diários;
- valor da passagem para o deslocamento até o município de destino (questões presentes no questionário de pesquisa);
- quantidade de trabalhadores vinculados ao cultivo da cana e média salarial, por meio de dados obtidos no sistema Relação Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) vinculados ao Ministério do Trabalho.

Nesse sentido, as interpretações dos dados coletados se constituem como elementos fundamentais da pesquisa. Os dados obtidos foram analisados para maior compreensão da realidade vivida pelos trabalhadores migrantes, não foram feitas entrevistas com os representantes das empresas, os dados sobre o trabalho foram obtidos por meio de dados secundários disponíveis no CAGED, IBGE e PNAD e nas entrevistas com os trabalhadores.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa são efetivados por meio da análise dos pontos dispostos a seguir:

Pesquisa bibliográfica: estudo de bibliografias existentes relacionadas aos temas das migrações, territorialização do capital, estratégias de acumulação, trabalho no plantio e corte de cana-de-açúcar, preconceito, vínculos sociais e direito à cidade. Essa etapa da pesquisa tem como base a leitura de livros, artigos científicos, revistas, entre outros. As referências bibliográficas que fundamentam a pesquisa sobre as migrações foram: Damiani (2002), Haesbaert (2014), Pova Neto (1997), Brito (2009), Mezzadra (2012) e Sassen (2016), entre outros.

Os autores estudados sobre as questões vinculadas à classe dos trabalhadores e à precarização do trabalho foram: Silva (1999), Martins (2013), Antunes (2008), Mendonça e Thomaz Júnior (2004), Standing (2014), Marx (1887), dentre outros. Já os escritos sobre os vínculos territoriais e direitos à cidade são: Albuquerque Júnior (2012), Heidrich, (2004; 2017), Lefebvre (2001)

e Santos. É importante também destacar Ferreira (2010), com informações e dados indispensáveis para a pesquisa.

Além do mais, recorreu-se ao levantamento de fontes secundárias como a interpretação de dados referentes ao número de migrantes que se deslocam para o estado e para o município a partir da década de 1980, e a verificação da evolução demográfica ao longo dos últimos anos. Para a obtenção das informações, foram utilizados dados secundários das fontes: Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Instituto Mauro Borges (IMB).

Quanto à pesquisa de campo, foi realizado o diário de campo e utilizada a caderneta de campo para fazer anotações da realidade observada e percebida pelo pesquisador no município de Itapaci-GO. Foram realizadas entrevistas de caráter semiestruturadas, com roteiros que tiveram como intuito manter a dinâmica da fala do entrevistado por meio de perguntas, que visaram entender melhor as diferentes realidades (dificuldade, relações sociais entre outros) associadas às relações trabalhistas, sociais e territoriais dos trabalhadores migrantes.

Foram selecionados, no processo de entrevistas, 11 participantes, cujo critério de seleção foi o de trabalhadores e ex-trabalhadores que têm ou tiveram vínculo empregatício na agroindústria canavieira, bem como seus familiares. A busca inicial por entrevistados ocorreu com a ajuda de comerciantes locais, que indicaram alguns trabalhadores conhecidos, e moradores que também conheciam trabalhadores do corte da cana. Essa etapa ocorreu entre os meses de junho e agosto de 2021.

A abordagem dos participantes ocorreu por meio de conversas e perguntas. As entrevistas foram concedidas entre os meses de setembro de 2021 e abril de 2022. O período de pandemia do Covid-19 impossibilitou o aumento da amostra para a pesquisa empírica, além de dificultar o acesso a livros para a pesquisa bibliográfica. Por conta dessa realidade, foram inclusas, pelo Comitê de Ética em Pesquisa, novas etapas para a demonstração de como iria ocorrer a preservação da saúde, tanto dos entrevistados como dos pesquisadores. Em função da circulação do vírus as Universidades, houve por

bem estabelecer, durante o período de pandemia, aulas que foram ministradas de modo remoto. A pesquisa teve a aprovação e é acompanhada pelo Comitê, CAAE: 46352321.5.0000.8113.

O critério para a inclusão dos entrevistados foi a faixa etária, ou seja, maiores de 18 anos. Além disso, os trabalhadores que aceitaram participar das entrevistas tiveram a opção de, a qualquer momento, se retirar da pesquisa por livre escolha.

Os procedimentos de coleta de dados e a inclusão dos participantes foram realizados pelo pesquisador a partir de entrevistas com a gravação de voz e transcrição das falas dos participantes. A pesquisa ocorreu na residência dos participantes, seguindo todas as medidas de distanciamento social e uso de máscara por parte do pesquisador e dos participantes, de acordo com as indicações previstas no Decreto nº 1608 / 2021 ITAPACI-GO, 19 de maio de 2021, no artigo 3º, que enfatiza como se prevenir contra a covid-19, (ITAPACI, 2021), destacando as informações disponíveis no site da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás.

O tempo da entrevista foi de 40 minutos a 1 hora e 20 minutos em um único encontro. O pesquisador fez as perguntas do roteiro de pesquisa sem cronometrar tempo. As entrevistas foram realizadas com o consentimento e a assinatura dos entrevistados, de acordo com o Termo de Compromisso e Livre Esclarecimento (TCLE).

Não houve a exposição nominal dos entrevistados, ficando assegurados o sigilo e a privacidade dos participantes da pesquisa. O nome dos participantes não foi citado no texto da dissertação, os quais foram identificados por meio de pseudônimos.

Apenas o nome dos entrevistados é fictício, o restante das informações referentes aos trabalhadores condiz com as informações obtidas. As duas mulheres entrevistadas não trabalham nas atividades da usina, fizeram a migração com os maridos, e foram importantes para a pesquisa, pois revelam a realidade das migrações e como ocorrem os vínculos territoriais com os lugares de origem e locais de destino. Segue a descrição dos entrevistados com o nome, idade, local de origem, grau de escolaridade. A forma de descrição está disposta a partir do grupo ou indivíduo que participaram das entrevistas (Quadros 1, 2, 3, 4, 5, 6).

Quadro 1 - Entrevista realizada no dia 10/10/2021

NOME	IDADE	LOCAL DE ORIGEM	GRAU DE ESCOLARIDADE
Zenildo	50 anos	Isaias Coelho – Piauí	Ensino fundamental incompleto.
Valmir	27 anos	Isaias Coelho – Piauí	Ensino fundamental incompleto
Xavier	33 anos	Isaias Coelho – Piauí	Ensino fundamental incompleto

Quadro 2 - Entrevista realizada no dia 21/10/2021

NOME	IDADE	LOCAL DE ORIGEM	GRAU DE ESCOLARIDADE
Quéren	19 anos	Campo Formoso Bahia	Ensino fundamental completo
Túlio	23 anos	Campo Formoso - Bahia	Ensino fundamental incompleto

Quadro 3 - Entrevista realizada no dia 5/11/2021

NOME	IDADE	LOCAL DE ORIGEM	GRAU DE ESCOLARIDADE
Umberto	52 anos	Barra d'Alcântara – Piauí	Ensino fundamental incompleto
Sílvia	54 anos	Barra d'Alcântara – Piauí	Ensino fundamental incompleto
Roberto	43 anos	Coelho Neto – Maranhão	Ensino fundamental incompleto

Quadro 4 - Entrevista realizada no dia 13/11/2021

NOME	IDADE	LOCAL DE ORIGEM	GRAU DE ESCOLARIDADE
Victor	49 anos	Itapaci - Goiás	Ensino fundamental incompleto

Quadro 5 - Entrevista realizada no dia 17/2/2022

NOME	IDADE	LOCAL DE ORIGEM	GRAU DE ESCOLARIDADE
Paulo	45 anos	Campo Formoso - Bahia	Ensino fundamental incompleto.

Quadro 6 - Entrevista realizada no dia 3/4/2022

NOME	IDADE	LOCAL DE ORIGEM	GRAU DE ESCOLARIDADE
Oswaldo	28 anos	Campo Formoso-Bahia	Ensino fundamental incompleto

A elaboração do roteiro de entrevista foi desenvolvida no ano de 2020 com grande contribuição da disciplina – Seminários – ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Campus Cora Coralina – Cidade de Goiás.

As entrevistas foram estruturadas em quatro partes, realizadas coletivamente por grupos de pessoas que moram na mesma residência. Esse procedimento metodológico foi para que se utilizasse o menor tempo possível de

entrevistas, por conta do isolamento social. No entanto também foram feitas entrevistas individuais.

Inicialmente, foram elencados os dados de identificação dos trabalhadores e familiares: nome, cidade de origem, idade, grau de escolaridade, quantidade de membros na família, grupo étnico e local de registro do título de eleitor.

O segundo tópico da entrevista foram as dinâmicas espaciais, cujo objetivo se constituiu em entender os motivos da migração e as características do lugar de origem dos migrantes.

O terceiro tópico buscou entender como ocorrem as relações de trabalho dos migrantes, considerando alguns aspectos como horas trabalhadas, tempo de intervalo, renda após a safra e cansaço no trabalho.

Por fim, foram analisadas as relações territoriais tendo em vista os vínculos territoriais estabelecidos no local de destino, os preconceitos sofridos e as formas de apropriação da cidade. Após a escuta atenta das respostas das entrevistas, foram selecionados trechos para a transcrição que se relacionavam com os objetivos da pesquisa.

CAPÍTULO I – O FENÔMENO MIGRAÇÃO PARA O TRABALHO: O TERRITÓRIO E OS TRABALHADORES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA QUE MORAM NO MUNICÍPIO DE ITAPACI, GOIÁS

A migração de trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar é um fenômeno que ocorre a várias décadas no Brasil. No município de Itapaci-GO, situado na região Centro-Oeste, essa forma de migração, também ocorre há anos. Trabalhadores da cidade e de outras regiões, sobretudo do Nordeste brasileiro, fazem parte do processo produtivo da cana-de-açúcar, participando das etapas da plantação e, principalmente, do corte.

O êxodo rural, migração de grande contingente populacional do meio rural para o urbano, foi caracterizado por migrações mais prolongadas e mesmo permanentes. O processo de migração tem sofrido alterações ao longo das últimas décadas, com o advento de migrações de períodos mais curtos ou mesmo sazonais/temporárias.

Para que haja melhor entendimento das migrações, é importante compreender a expressão êxodo rural numa perspectiva histórica que reconhece o fluxo de pessoas do meio rural para o urbano. Pensar esta mobilidade de forma crítica nos remete a realidade imposta, que vai mostrar as dificuldades econômicas dos sujeitos que se deslocam para o trabalho. Os trabalhadores que não possuem altos rendimentos para se instalar em locais diferentes daqueles de onde nasceram, mesmo sendo os principais agentes na dinâmica do trabalho, de modo geral, não terão uma “vida fácil” e estarão à mercê de preconceitos, pouca renda e falta de vínculos sociais com os locais de destino (HEIDEMANN, 2010).

Tendo em vista que a palavra êxodo, em sua essência, tem o sentido saída, ato de migrar, segundo o dicionário *on line* Michaelis (2021), com o passar dos tempos, também vai remeter e se associar à melhoria na vida dos sujeitos. Migração de uma região menos favorecida, de poucas oportunidades e de sofrimento, para um local onde haja prosperidade e melhora nas condições de vida, tal como está presente em passagens bíblicas. É necessário fazer aqui uma crítica, enfatizada ao longo do trabalho, sobre o enunciado anterior de bem-estar inerente à migração, tendo em vista que a precarização do trabalho e as

dificuldades de estabelecimento de vínculos sociais não atrelam a migração a essa situação idílica.

Verifica-se também, segundo Damiani (2002, p. 62), a crítica ao entendimento do fluxo migratório nomeado como êxodo rural, pois, em muitas análises do fenômeno, não se leva em conta a expropriação de terras ocorrida nos locais de “origem” do migrante.

Já a ideia de desterritorialização se relaciona com a perda de poder no território de origem e uma mudança de relações no lugar de destino, ou seja, uma indispensável reterritorialização que, ocorrendo de forma intermitente, vai dificultar, ainda mais a “escolha” do sujeito de se manter no local de destino.

Nesse sentido, a desterritorialização pode ser compreendida, em seu cerne, não apenas como uma possibilidade de mudança, mas sim como consequência dos fluxos migratórios vinculados à expropriação territorial e/ou necessidades financeiras, dinâmica, que, em sua essência, possui aspectos culturais, políticos e econômicos, vinculados às relações de poder junto aos territórios. Nessa perspectiva, faz-se necessário ter sempre como referência o contexto histórico e as condições socioeconômicas dos migrantes, para compreender a questão da desterritorialização.

Entende-se, que o processo de desterritorialização do trabalhador é a causa dessas migrações, na maior parte das vezes, está relacionada à busca por trabalho. O foco da pesquisa está nos trabalhadores que migram para Goiás, especialmente para a cidade de Itapaci, para trabalhar no plantio e no corte das lavouras de cana-de-açúcar.

A partir daqui apresenta-se, ao longo deste capítulo, os seguintes pontos: o conceito de território e a base teórica para um melhor entendimento sobre as migrações; o conceito de migração a partir do pensamento de autores referenciados no texto, seus principais troncos e paradigmas; a migração para o trabalho relacionada ao modo de produção capitalista que contraditoriamente estimula e inibe os processos migratório interno e internacional; o panorama das migrações no Brasil com sua dinâmica que se tornou mais complexa nos últimos anos, que não se configura mais apenas para as grandes metrópoles do Sudeste; a intensificação das migrações para o Goiás e a territorialização das empresas do setor canavieiro na microrregião de Ceres; e por fim, a migração de trabalhadores para plantio e corte da cana para o município de Itapaci e os

fatores elencados pelos entrevistados que caracterizam essa dinâmica migratória.

1.1 Perspectivas territoriais para os migrantes.

O conceito de território vem sofrendo modificações de significado ao longo da história, tendo em vista que os intelectuais que tratam sobre ele possuem interesses singulares, particulares e universais. Nesse sentido, entende-se a necessidade de uma visão de território indissociável do sujeito, para uma melhor compreensão enquanto categoria, para melhor explicar a realidade desta pesquisa.

O conceito de território, após a sistematização da Geografia, é utilizado, de modo geral, como sinônimo de solo, área física de grande valor para determinado grupo de pessoas. Essa concepção de chão, área limitada, é vista de uma forma que exclui o sujeito, e não valoriza uma visão de totalidade, mas sim um modo fragmentado de análise.

O importante, então, é saber que o domínio do espaço, por parte dos atores hegemônicos, e não as visões e as formas de apropriação relacionadas à maioria dos sujeitos, irão compor a concepção de território. Nesse sentido, se torna interessante para uma classe que tem como objetivo manter sua hegemonia relacionar o conceito de território a uma ideia de identificação social plural sem uma crítica aos modos de vivência das pessoas inseridas nesse “solo”. Souza (2013, p. 91) exemplifica essa argumentação:

O “Território”, nesse discurso “coisificante” ou coisificador, com que se confunde com um pedaço qualquer da superfície terrestre [...] ou, mesmo que o território seja efetivamente delimitado com base em fronteiras e limites políticos, o substrato “se torna” o próprio território.

Para Raffestin (1993), o território possui elementos básicos de materialidade, vinculados às ações dos sujeitos que têm interesse em sua apropriação. O autor destaca as relações de poder, inerentes a qualquer análise do território, e os elementos fundamentais de dominação. A cartografia moderna se embasa, então, em três elementos básicos: a superfície, as linhas e os

pontos, que resultam na representação do espaço, modificados pelos sujeitos, no qual ter-se-á a formação do território.

É da combinação desses elementos que resultam as imagens ou as representações do espaço. A eficácia desse sistema semântico reside também no fato de que se trata de um puro jogo estrutural que transcende os objetos representados, mas que preserva seus contatos, suas relações. (RAFFESTIN, 1993, p. 145).

As relações de poder são os fundamentos dessas modificações, visto que podem ocorrer de forma solidária – horizontal – ou de forma “hegemônica”/autoritária – vertical. Raffsetin (1993) apresenta exemplos de ocupações territoriais dos Estados-nação vinculadas às ocupações verticais a partir de um dos elementos citados anteriormente, dando ênfase, nesse caso, às linhas.

Sem dúvida, o limite ou a fronteira não passam de um fenômeno banal e é por isso que não tem sido objeto de um grande interesse. Mas, na realidade, eles nada têm de banal quando retomados na qualidade de sistema sêmico no projeto social. Constituem uma informação *lato sensu* indispensável a qualquer ação. Portanto, cada vez é preciso estudá-los como portadores de uma informação que consome energia, para ser criada, controlada e mantida. (RAFFESTIN, 1993, p. 169).

Na visão vinculada ao materialismo histórico, o território e sua formação estão relacionados às lutas de classe. Entendendo que o modo de produção capitalista, em seu processo histórico, modifica a materialidade e as condições sociais do território.

Nessa concepção, o território passa a ser construído em decorrência da materialidade das lutas de classes desenvolvidas pelos trabalhadores, no sentido de garantirem a sua sobrevivência, enquanto que as empresas capitalistas buscam acumulação do capital. O que quer dizer que a materialidade histórica viabiliza-se na produção material na existência humana e na acumulação do capital. (CARNEIRO, 2019, p. 82).

Importante também é entender o território em sua transformação dialética, no qual o processo está presente, os contextos históricos são fundamentais para a mudança, e a materialidade mostra a forma de a territorialização surgir. Nesse sentido, a dialética teoriza a análise profunda das noções de território tendo em

vista a concepção de historicidade, materialidade, alienação – como o não reconhecimento do produto final do trabalho pelo próprio trabalhador.

Nas visões contemporâneas, entende-se que a interpretação do conceito de território vinculado aos limites e influências dos Estados-nação ainda se mostram presentes, entretanto, autores têm reformulado a concepção do conceito.

Souza (2000), por exemplo, faz crítica à análise do território vinculada apenas na rigidez do Estado-nação. Para ele, o território se dá por práticas sociais em um substrato, que pode durar séculos ou horas. Nesse contexto, existem territórios que não possuem a rigidez tradicional e que se transformam rapidamente, pois as relações de poder não são contínuas, mas se modificam, até mesmo por questões de horário. Basta observar o exemplo dos territórios da prostituição, que possuem funções distintas em relação ao período diurno, havendo um ciclo desse tipo de territorialização.

Quando a noite chega [...] as lojas, com exceção dos bares e *night clubs*, estão fechadas, e os transeuntes diurnos, como trabalhadores “normais”, pessoas fazendo compras e os residentes do tipo que a moral dominante costuma identificar como “decentes”, cedem lugar a outra categoria de frequentadores, como prostitutas (ou travestis, ou ainda rapazes de programa) fazendo *trottor* nas calçadas e entretendo seus clientes em hotéis de alta rotatividade. (SOUZA, 2000, p. 88).

Por outro lado, a concepção libertária de território nos mostra o conceito como oportunidade de emancipação e horizontalidade nas relações sociais. Valoriza-se aqui a autonomia dos sujeitos, que não necessitam de intermediários, atores políticos clássicos, para manifestarem e praticarem as suas intenções.

Na concepção libertária, há um comprometimento com um tipo de sociedade que se projeta e se quer construir. Manter o foco na justiça, igualdade e liberdade pode parecer utopia ao pensamento liberal e demasiado ideal para o socialista. No entanto, para o pensamento libertário, essa seria a meta sem rodeios. (STURMER e COSTA, 2017, p. 38).

Entretanto, existe a consciência de que, para que haja maior autonomia do sujeito no espaço, devem-se compreender as articulações dos que desejam se apropriar dos territórios. Há então que perceber as demandas contraditórias

do capital, que não possui vínculos com as áreas ocupadas, se contrapondo aos interesses dos sujeitos intimamente vinculados ao lugar. Tal situação gera os conflitos referentes à apropriação ou expropriação territorial.

Sem o elemento conflito, territórios seriam fruto de (des)apropriações consensuais, invasões sem força opositora ou guerras sem mortos e feridos. Assim, não há território sem conflito permanente, manifesto ou em latência, devido às assimetrias de poder na disputa por territórios, que, por isso, podem, sim, ser desconstruídos, deformados, transfigurados, extintos. (STURMER e COSTA, 2017, p. 38).

Tendo em vista as formas diferentes e complementares de uso do conceito de território, este texto se embasará, sobretudo, nas análises de Haesbaert (2014). Como a pesquisa, se propõe a entender as relações sociais dos migrantes vinculados às lavouras de cana-de-açúcar, compreende-se que a desterritorialização possui o caráter excludente, pois força o trabalhador a fazer o deslocamento em busca de emprego.

Nesse sentido, é importante analisar o território sobre as perspectivas econômica, política e cultural, já que o fenômeno migratório é bastante amplo e possui todos os elementos presentes, em maior ou menor grau de intensidade. O conceito de território não será adotado apenas sob o ponto de vista material ou como substrato. O que dará o significado e fortalecerá as formas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização serão os diversos sujeitos envolvidos nesta disputa. A partir daí, a aproximação com o conceito de território utilizado por Haesbaert (2014) se mostra adequado para a análise dos processos migratórios.

O território contempla os aspectos políticos utilizados para apropriação das leis e programas, como a Lei das terras², o programa da Marcha para o Oeste, PRODECER, entre outros. Também os aspectos econômicos através do entendimento de que as empresas têm o lucro como fundamento para a contratação de trabalhadores temporários, e das necessidades financeiras dos trabalhadores. Os aspectos culturais revelam uma cultura de preconceito em relação ao migrante pobre, nordestino e cortador de cana-de-açúcar, mas

² BRASIL. LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.

também uma rede social na qual o migrante se apoia em todos os processos de territorialidade envolvidas na dinâmica territorial.

Haesbaert (2014) discorre de forma mais ampla sobre o entendimento formulado, no qual tece sua fala sobre o conceito, com base nos elementos culturais, econômicos e políticos. Nesse sentido, apresenta três vertentes para o território:

Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas); A mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Econômica (muitas vezes economicista); menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como o produto de visão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2014, p. 40).

No caso da desterritorialização, que para o migrante se constitui como a perda de controle do seu espaço, logo dá origem à reterritorialização no local de destino. Como o período de migração, quantidade de meses em que está no município de destino durante um ano, é longo, ocorre a reterritorialização fragilizada, que não se configura com facilidade no estabelecimento de vínculos sociais. (HAESBART, 2014).

Mesmo sabendo que a migração para o trabalho no corte da cana de açúcar, na maioria das vezes, se constitui em desterritorialização intermitente, há também exemplos de sujeitos que se estabelecem no município de destino, não sendo a migração mecanicamente caracterizada, e de resultados de inserção territorial automaticamente positivos para os que migram. No entanto na dinâmica migratória, existe a esperança de melhores possibilidades de trabalho. Nesse sentido, o autor tece considerações sobre a migração afirmando que:

É importante lembrar, contudo, que o simples fato de o pobre “desterritorializado” ter a opção da mobilidade, ou, em outras

palavras, de migrar, pode lhe garantir uma espécie de “capital” espacial” frente aquele que permanece lá onde foi desterritorializado, tamanho o valor dado pela sociedade contemporânea ao movimento, à fluidez, à ideia ou perspectiva de mudança e, mais do que isto, à possibilidade de acessar e/ou de acionar/recriar diferentes territórios” (HAESBAERT, 2014, p. 251).

Para entender melhor a dinâmica territorial vivenciada pelos trabalhadores, é importante buscar estudos que tratam sobre o conceito de migração e como as diferentes teorias mostram visões distintas, porém importantes sobre o processo. Além disso, faz-se necessário tratar do aumento das migrações para o trabalho, fenômeno que tem ocorrido em escala global.

1.2 Migrações: conceitos, novas práticas e a questão do trabalho.

Os deslocamentos populacionais sempre estiveram presentes na vida dos seres humanos em períodos anteriores à antiguidade. Os fluxos populacionais de pessoas ocorreram frequentemente ao longo da história, mesmo após a transição do nomadismo para o sedentarismo, no período em que há uma mudança na dinâmica ocupacional e maior aglomeração humana no início do Holoceno (GOMES, 2021).

Dentro do conjunto de deslocamentos e mobilidades, apresenta-se a migração e sua importância nas dinâmicas de ocupação dos territórios. “O fenômeno do povoamento não poderia ser compreendido sem as migrações” (DAMIANI, 2002, p.61). O conceito de migração, por sua multiplicidade de características, pode ser descrito e classificado sob vários aspectos.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010, p. 152) migração é a “forma de mobilidade espacial [de pessoas] entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo mudança permanente de residência”.

O *Dictionnaire de la Géographie et l'espace des sociétés* define migração como:

deslocamento de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos suficientemente durável para necessitar uma mudança de residência principal ou de habitat, e implicando uma modificação significativa da existência social quotidiana do(s) migrante(s) (LEVY e LUSSAUT, p. 625, 2003, *apud* HAESBAERT, 2014, p. 245).

Já Salim (1992) em uma explanação sobre “a complexidade do conceito de migração”, mostra que não há como entender os fluxos migratórios sem a observação dos sujeitos e da historicidade que evocam esses fluxos.

A migração, fenômeno complexo essencialmente social e com determinações múltiplas, apresenta interações peculiares com as heterogeneidades de uma formação histórico-social concreta. Assim, diante da pluralidade das relações sociais ou dos diversos contextos sociais onde se verificam processos de mudanças, a migração tende a assumir feições próprias, diferenciadas e com implicações distintas para os indivíduos ou grupos sociais que a compõem e a caracterizam. (SALIM, 1992, p.119).

O conceito de migração foi e é pensado por teóricos das diversas ciências sociais. A Geografia, apresenta autoras como Damiani (2002) que se baseiam na historicidade da relação, sempre presente, entre migração e trabalho. A autora descreve a ocorrência de novos fluxos migratórios, a partir da substituição do sistema escravocrata brasileiro, ao entrar em colapso no século XIX, para a entrada de migrantes estrangeiros no país, com o intuito de substituição do sistema. A partir das práticas de estímulo, a migração estrangeira ocorre a transferência da concentração de riquezas pelo modo de produção escravista, para a acumulação de capital pelo modo empresarial. Quanto à especificidade do conceito de migração, a autora traz contrapontos sobre duas formas de definição mais usuais de migrações.

Definem-se migrações permanentes e episódicas, as transferências autoritárias da população – como a migração de refugiados, o comércio de escravos etc. – e as migrações espontâneas (aparentemente espontâneas). Delineiam-se motivos políticos e econômicos conjunturais ou causas econômicas mais estruturais”. Principalmente, quanto as causas da migração, sugere-se, genericamente, as motivações ou persegue-se, mais de perto, o quadro histórico particular, que a moveu. Entre as afirmações genéricas, está a de definir-se como causa permanente das migrações a pressão demográfica, fruto de um rendimento na área de origem, cujo aumento não acompanha o da população (DAMIANI, 2002, p. 62).

Percebe-se então que existem diversas formas de classificar o fenômeno migratório e, de acordo com Salim (1992), a classificação das migrações passa por várias correntes teórico-metodológicas o que dificulta sua conceituação.

Sendo assim, o autor mostra alguns elementos que devem estar presentes para se caracterizar a migração, são eles: “a distância do deslocamento, o tempo de permanência ou residência e o local de origem e destino do fluxo como etapa migratório única e/ou última”.

Visto que a migração para o corte da cana pode ocorrer de forma temporária, há também a preocupação de não classificar a migração apenas como um fenômeno que deixa de ocorrer após o retorno para o local de origem, ou seja, percebe-se que a migração não é apenas aquela em que o indivíduo ou grupo de sujeitos se fixam no local após um período mínimo. Mas que pode possuir o caráter de sazonalidade vinculado ao cultivo da cana-de-açúcar, e que pode não cessar com o retorno ao local de origem, pois o trabalhador poderá se deslocar no ano seguinte, por exemplo. Nesse contexto incluem-se as migrações temporárias, que, mesmo não aparecendo nas estatísticas dos Censos Demográficos, se configuram como fluxo permanente e que ocorre cada vez com maior frequência nas pequenas e médias cidades. “Ampliaram-se as possibilidades de interpretação da migração e seus desafios, já que a migração temporária muitas vezes não é quantificada” (BOMTEMPO, 2020, p. 464).

Póvoa Neto (1997) descreve a dificuldade em caracterizar o fenômeno migratório por conta da implementação dos Censos que, dependendo da local, não mostram os números das migrações entre municípios. Os dados estatísticos do IBGE têm grande importância para a interpretação dos estudos migratórios, no entanto nem sempre há bases sobre as migrações entre municípios, principalmente quando esses dados se referem a municípios com pequeno número de habitantes. Na área de estudo, há também a dificuldade em conseguir dados sobre a origem municipal dos migrantes. Os dados disponíveis são, na maioria das vezes, relativos aos estados de origem do migrante. No caso de Itapaci, os dados e microdados do Censo 2010, se referem à região e estados de origem dos migrantes.

Quanto ao tempo de permanência no local, infere-se, por meio do número de admitidos para o cultivo da cana nos municípios de Itapaci e Rubiataba, dados especificados nas tabelas 8 e 9 que virão posteriormente, pelas pesquisas de campo e entrevistas com alguns trabalhadores do cultivo da cana que, em certos períodos do ano, geralmente entre fevereiro e maio, que existem pessoas que

fazem a migração de modo intermitente e outros permanecem por períodos mais longos.

Dessa maneira, entende-se também que o sentido de permanente em um mundo no qual há um constante aumento das mobilidades pode ser interpretado de outras maneiras que não se restrinjam a um número de anos fixado, a consolidação da estabilidade ou a manutenção da migração depende do sentimento de pertencimento dos sujeitos. Alguns podem estar há décadas estabelecidos no local que ainda se sentem como migrantes, como não pertencentes àquele local (MARTINS, 1986). Pova Netto (1997) descreve a forma de migração temporária.

Um exemplo são as chamadas “migrações repetidas”, que consistem em mudanças residenciais sucessivas, realizadas individualmente ou em grupos, implicando em intervalos de permanência extremamente curtos e dificilmente detectáveis estatisticamente. Enquadram-se nesse quadro, por exemplo, trabalhadores temporários da construção civil, “boias-frias”, garimpeiros [...] (PÓVOA NETO, 1997, p. 13).

O glossário sobre migrações da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2009) apresenta características distintas das mobilidades, classificando-as em permanentes ou temporárias, internas ou internacionais, forçadas ou espontâneas, entre outras. Também possuem elementos políticos, econômicos, culturais, climáticos, bélicos, que impulsionam migrações. Classificações rígidas e dicotômicas podem nos dar uma ideia inicial do processo, mas de modo geral não abarcam a intenção de uma análise totalizante dos fenômenos de mobilidade, complexos em sua essência, por isso, é necessário que haja interpretações dos processos que vão além da forma externa e adentre no verdadeiro sentido das mobilidades.

Portanto, a interpretação da migração deve observar os múltiplos fatores que interferem nessa dinâmica territorial, e que podem ser entendidos por meio da junção entre a pesquisa teórica e empírica. Deve-se, pois, entender que as migrações, no modo de produção capitalista atual, estão associadas a fatores como a territorialização empresarial, os interesses políticos e econômicos, as demandas por mão de obra barata e as necessidades dos migrantes, assim como na observação das perspectivas dos trabalhadores migrantes.

Desse modo, serão mostrados a paradigmas que nortearam e influenciam o pensamento sobre os processos migratórios. Salim (1992) classifica as teorias migratórias em três grandes troncos, que são: o paradigma neoclássico, o histórico-estrutural e a mobilidade da força de trabalho.

Inicialmente, o tronco neoclássico, traz a ideia de que, a partir do movimento migratório, por exemplo, do meio rural para o urbano, há uma tendência natural de “equilíbrio social” e diminuição das desigualdades sociais, vista numa perspectiva idílica, em que a mobilidade espacial está atrelada à mobilidade social. Nesse sentido, o paradigma não apresenta as particularidades dos sujeitos migrantes e os trata de modo generalista e em uma perspectiva de hierarquia entre o urbano e o rural, cuja migração seria uma forma de desenvolvimento dos trabalhadores. No contexto do trabalho para o plantio e corte da cana-de-açúcar as formas de desterritorialização dos sujeitos não ocorrem de forma prazerosa, pelo contrário, é uma migração forçada.

Mesmo que ocorram obstáculos intervenientes, associados à distância ou aos custos de transportes, assim como aos problemas psicossociais inerentes ao traslado, a virtuosidade econômica e social das migrações é um pressuposto inegável dessas teorias. Essa dimensão positiva das migrações, tanto do ponto de vista social, quanto econômico, serve de pano de fundo para a racionalidade da decisão de emigrar. A análise custo-benefício, em todas as suas dimensões, tende a ser amplamente favorável aos benefícios. Emigrar em direção às grandes regiões urbanas é a opção mais adequada quando o objetivo é a melhoria do padrão de vida, mesmo quando se considera a enorme adversidade que essas regiões impõem aos imigrantes e suas famílias. Até porque elas tendem a ser superadas quanto maior for o tempo de residência desses imigrantes. O migrante é considerado como um indivíduo dotado de racionalidade econômica na decisão de migrar e, portanto, capaz de desenhar os seus caminhos pelo território de uma maneira adequada às necessidades do mercado de trabalho. Como se cada migrante fosse um “empresário de si mesmo” a procurando a localização ótima para o seu “capital humano”. (BRITO, 2009, p.06)

Conforme o autor (2009), esse paradigma do fenômeno migratório entende o migrante como empresário de si mesmo, a partir do entendimento da venda da força de trabalho como uma forma positiva para a maioria dos migrantes. Nesse sentido, o entendimento da hierarquização entre o urbano e o rural, e a migração como sinônimo de evolução. O autor também descreve, de forma crítica, a ideia presente nesse tronco teórico.

O migrante trabalhador rural não qualificado, para uma área urbana, passará inicialmente para um estágio, durante um certo período, no chamado setor urbano-tradicional (desempregados abertos, subempregados ocasionais e empregados do setor informal). Posteriormente poderá caminhar-se na direção do segundo estágio, engajando-se num emprego permanente no setor moderno. (BRITO,2009, p.08).

Criticando também o exposto, entende-se que a venda da força de trabalho em situações precárias não transforma o migrante em um empresário de si mesmo, mas sim em um sujeito precarizado. Essa outra perspectiva se mostra necessária ao observar a diminuição dos postos de trabalho e o aumento de migrações para trabalhos precários, no qual não existe a possibilidade de mobilidade social.

Uma questão fundamental, pois era uma das poucas possibilidades de mobilidade social aberta pela sociedade brasileira e, mesmo assim, com uma probabilidade condicionada de êxito. Se o direito à mobilidade espacial deve ser resguardado, o mesmo deve ser considerado para o direito à mobilidade social. (BRITO, 2009, p.19).

De acordo com essa abordagem, a saída de pessoas do meio rural “arcaico” para o meio urbano “desenvolvido” propiciaria o desenvolvimento para a melhora da vida dos trabalhadores, tendo em vista, fundamentalmente, os aspectos de custo e benefício do processo migratório para os trabalhadores que evoluem financeiramente com o deslocamento e geram a disponibilidade de mão de obra para os donos das empresas alocadas no meio urbano.

No entanto, o paradigma não considera diversos aspectos presentes nas relações sociais, tais como o histórico de expropriação de terras no meio rural e a característica de acumulação do modo de produção capitalista, que não possui aspecto de equilíbrio social.

A abordagem neoclássica, inicialmente, se vinculou às teorias gravitacionais, ao fluxo de matéria e às leis da mecânica clássica. De acordo Salim (1992), essas abordagens não permitem análise satisfatória dos processos de deslocamento de pessoas, ou seja, há maior complexidade no deslocamento de pessoas do que de objetos.

O segundo tronco, a abordagem histórico-estrutural, como o nome sugere, considera o caráter histórico da migração para entender os processos

de expropriação e acumulação de terras, elemento essencial para compreender as migrações. A estrutura também se constitui em elemento fundamental desse tronco teórico, considerando que o modo de produção capitalista necessita de trabalhadores para obtenção dos lucros e estrategicamente de um exército de trabalhadores reserva para que haja sua manutenção. Essa estratégia visa manter uma quantidade de trabalhadores à disposição das indústrias e diminuir a capacidade de reivindicação dos trabalhadores, mantendo a valorização dos postos de trabalho.

O paradigma histórico-estrutural carece de análise mais ampla da realidade e, nesse sentido, existem alguns pontos falhos. Observando o pensamento de Salim (1992), compartilha-se da ideia de que a abordagem dá pouca ênfase ao estudo empírico, sem o devido equilíbrio entre os aspectos teóricos e práticos, o que dificulta a aproximação com os trabalhadores que participam do processo migratório e concede pouco destaque às condições presentes no lugar e no local, relativa a uma perspectiva mais individual.

Quanto ao terceiro tronco, mobilidade da força de trabalho, a ênfase está no poder das empresas, juntamente com o Estado, de promover o deslocamento de pessoas de acordo com seus interesses. Para essa abordagem, a promoção do deslocamento é pensada e incentivada a partir dos parâmetros e necessidades do capital. Assim, a mobilidade ocorre vinculada ao modo de produção e acumulação vigente.

A mobilidade se liga à produtividade e à expansão física do capital, apresentando-se como condição e consequência do desenvolvimento das forças produtivas. Por seu papel essencial no processo de acumulação, as condições em que ela se manifesta podem retratar a própria natureza do ciclo econômico, na medida em que permite o seu uso intensivo da força de trabalho pelo capital. (SALIM, 1992, p. 128).

A mobilidade do trabalho, para a análise do processo migratório, está pautada na perspectiva marxista. O enfoque mostra também as relações que ocorrem entre poder público e privado, visto que estas alianças têm sido feitas com o intuito de beneficiar o capital privado por meio de incentivos fiscais, programas de assistências para as grandes empresas, políticas públicas que facilitam ou dificultam o fluxo migratório. Para Povoá Neto (1997), esse tronco permite entender as políticas migratórias que se estabeleceram no Brasil, tendo

em vista as negociações e a indissociabilidade entre o poder público e o poder privado.

Esse tronco enfatiza a mobilidade tanto do trabalhador quanto do capital, tendo em vista a necessidade das indústrias em conseguir mão de obra para aumentar a produção e, conseqüentemente, o lucro.

Em estruturas capitalistas marcadas pela rigidez ou expansão da sua morfologia econômica, as formas da mobilidade do trabalho surgem como fenômenos de submissão e não de liberdade, devido à tendência geral do capitalismo de açambarcar todas as formas pretéritas de produção: em busca de valorização, o capital tende a dominar todas as esferas que lhe são estranhas e concorrentes, destruindo-as e/ou incorporando-as ao seu processo geral de criação de mercadorias. (SALIM, 1992, p.128).

A migração para o trabalho é um processo que tem ocorrido em âmbito mundial. Os próprios troncos paradigmáticos da migração têm a questão do trabalho como algo indissociável e comum para suas análises (POVOA NETO, 1997). Desde o processo de acumulação primitiva, que retira o vínculo entre o trabalhador e a propriedade, evidenciado por meio do cerceamento de terras comuns inglesas, iniciou-se a mobilidade de pessoas em busca de trabalho. Sobre a expropriação de terras camponesas no período feudal, Marx (1887, p.783) apresenta que, “recém libertados só se convertem em vendedores de si mesmo depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção”.

No caso brasileiro, há uma migração cada vez mais acentuada pela expropriação de terras de pequenos agricultores, ou com a posse de terras pouco férteis sem conseguir uma produção satisfatória. Nesses casos, a maneira de adquirir a renda muitas vezes ocorre por meio da migração, transformando-se em assalariados rurais em outras regiões do país.

[...] essa trajetória se tornou a norma, e não importa quem está comprando a terra, nem onde. Milhões de pequenos proprietários brasileiros têm sido expulsos de suas terras, que foram absorvidas por vastas plantações de soja para exportação. Os empreendedores podem ser indivíduos e corporações nacionais ou estrangeiras. Uma consequência disso é a fome em áreas onde antes havia pouca ou nenhuma, ainda que os habitantes fossem pobres: a soja substituiu o feijão, fonte de renda e de alimento para agricultores pobres. (SASSEN, 2016, p. 101).

Percebe-se o fenômeno migratório atrelado ao modo de produção capitalista e, dentro desse sistema, existe a contradição entre o estímulo à migração interna ou internacional, por interesse de mão de obra mais barata, ou para suprir sua ausência em determinados países.

As primeiras tentativas de flexibilizar o mercado de trabalho junto com a persistência de um grande setor informal, especialmente (mas não apenas) em países do sul europeu, consolidaram as condições econômicas para as migrações “irregulares” desde o início dos anos 1980. Isto viabilizou o estabelecimento de um mercado de mão de obra barata, flexível e submissa, em linha com as diretrizes europeias para migrações que predominaram ao longo da década de 1990. (MEZZADRA, 2012, p. 80).

Também houve estabelecimento de restrições da migração por meio de políticas de contenção e diminuição dos fluxos migratórios, com a imposição de barreiras, para dificultar ou mesmo inviabilizar o deslocamento do migrante.

O diagnóstico do imigrante como “excedente inassimilável” pela economia, ou como ônus social e político, representa clara ruptura quanto a um passado de políticas ativas para atração e inserção de trabalhadores estrangeiros. As mudanças nos mercados de trabalho dos países desenvolvidos, a generalização das redes de contrabando e tráfico de migrantes, a modificação no significado político de fluxos internacionais, a proliferação de conflitos regionais no mundo, a crescente associação entre criminalidade, terrorismo, e a mobilidade “não autorizada”, são elementos que ajudam a entender, nas últimas décadas, o novo contexto de fechamento dos estados à migração. (POVOA NETO, 2008, p. 395).

Apresenta-se, então, como característica do capitalismo vinculada ao fluxo migratório, que se estabelece com o trabalho migrante, mas que não tolera o “excedente” da migração, estabelecendo controles sobre os processos de migração. Em determinados momentos, para essa dinâmica territorial, são estimuladas as construções de “pontes”, em outros se usam os dispositivos de “barreiras”.

Pode-se até dizer que a fricção entre uma “política de migração” e uma “política de controle” convive no coração mesmo da história do capitalismo. O resultado dessas tensões e lutas é um dispositivo complexo, baseado na valorização e ao mesmo tempo na contenção da mobilidade do trabalho [...]. (MEZZADRA, 2012, p. 78).

Com o fim da Guerra Fria, no início da década de 1990, e estabelecimento da ordem hegemônica do ocidente, comandada pelos Estados Unidos, também sobre o oriente, não havia mais a necessidade de que os atores hegemônicos demonstrassem certa receptividade aos migrantes para ganhar o debate ideológico.

As políticas de recepção a imigrantes e refugiados não mais cumprindo esse papel demonstrativo, libertaram-se de parte dos constrangimentos humanitários e políticos, passando a serem medidas, de forma mais objetiva, pelas demandas dos mercados de trabalho nacionais e pelas demonstrações de hostilidade quanto à chegada de estrangeiros. (POVOA NETO, 2008, p. 396).

Acentua-se, então, uma precarização nas relações de trabalho para os sujeitos migrantes. No caso das migrações internacionais, essa precarização ocorre com maior intensidade, principalmente para os que emigram de países da periferia do capitalismo. Os empregos, na maioria das vezes, são aqueles dispensados pelos nascidos nos países ricos, o que não quer dizer que não haja desigualdade social nesses países. Por exemplo “as economias em contração no sul da Europa geraram novos padrões de mobilidade geográfica, em especial entre suas populações de imigrantes residentes” (SASSEN, 2016, p.57). Além disso, os direitos dos migrantes que exercem funções menos qualificadas são limitados, as formas de cidadania que ocorre entre estabelecidos e migrantes são muito desiguais.

Milhões de trabalhadores das regiões mais pobres – América Latina, incluindo o Brasil, África, certas regiões da Ásia e também das ex-repúblicas do bloco soviético – buscam as oportunidades de sobrevivência nos países mais ricos – Estados Unidos da América e países da Europa –, onde exercem funções desvalorizadas e desqualificadas, sem contar que a grande maioria deles não possui os direitos trabalhistas assegurados, tampouco os direitos civis e sociais, já que são considerados clandestinos ou indocumentados, sendo obrigados a viver na clandestinidade, e, portanto, descartados do estatuto de cidadãos. (SILVA; MELO, 2009, p. 130).

Quanto à imigração para o trabalho no Brasil, verifica-se um aumento do fluxo a partir do segundo quinquênio de 2005, no qual imigrantes de origens diversas “do Sul Global (por exemplo: sul-americanos, haitianos, senegaleses, congolese, guineenses, bengalis, ganeses, paquistaneses, entre outros), se

inseriram de forma crescente no país e no mercado de trabalho brasileiro”, conforme Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA, 2020).

É fenômeno explicado pelo aumento nos números de carteiras assinadas no Brasil, de 62.423 no ano de 2011, para 147.674 em 2019, e um número ainda maior de migrantes não ocupados, em 2011 eram 40.518, passando para 423.769 no ano de 2019, segundo o Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA, 2020).

Há um aumento progressivo de pessoas que não residiam no Brasil, vindos de outros países. Conforme dados do Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2022) “o número de pessoas que vivem fora do seu país de nascimento ou de cidadania foi de 281 milhões em 2020, contra os 173 milhões em 2000 e os 221 milhões em 2010”. Esses índices mostram a tendência crescente no aumento das migrações mundiais, vinculadas ao desemprego e conjuntamente à precarização do trabalho, já que a disputa por emprego ocorre de forma cada vez mais intensa, ocasionando menor número de oportunidades laborais.

Verifica-se o esforço dos autores citados em conceituar o fenômeno migratório. Evidencia-se as várias correntes vinculadas à migração e como os fluxos têm se tornado cada vez mais intensos ao longo do ano. Nesse sentido, é importante entender como ocorre e quais as novas características do fenômeno a partir do território nacional.

1.3 Um panorama da migração no Brasil.

O fenômeno de migração interna no Brasil tem sofrido modificações, com intensificação na segunda década do século XX. As características dessa dinâmica vinculadas ao êxodo rural, migração de grande contingente de pessoas que saem do meio rural com destino às metrópoles em busca de melhores condições econômicas, eram de um fluxo relativamente contínuo e estável do ponto de vista da quantidade populacional. Essa constância evidenciou-se a partir das altas taxas migratórias, principalmente, da região Nordeste, de início para a Amazônia e depois, a partir dos anos de 1930, com maior intensidade, para o Centro-Sul. (BAENIGER, 2012).

Posteriormente, esta dinâmica populacional deu lugar ao deslocamento mais difuso em que nem sempre as metrópoles nacionais e regionais serão os lugares de destino dos migrantes, ou seja, a mobilidade, para a busca de emprego, se intensificou também entre as médias e pequenas cidades do país, que receberam grandes investimentos de produção, em movimentos interestaduais.

As mudanças no processo migratório nacional tiveram, a partir dos anos 70, o deslançar de suas transformações. No contexto dos deslocamentos interestaduais apesar da centralidade migratória no Sudeste – São Paulo e Rio de Janeiro – foram os dois Estados dessa Região que já haviam assistido a uma redução em seus volumes de imigrantes dos anos 70 para os 80. O Sudeste que chegava a ter um movimento migratório que envolvia quase 5 milhões de pessoas nos anos 70, diminuiu este volume para 4,3 milhões no período 1981-1991. (BAENINGER, 2012, p. 78).

Entre os anos de 1960 e 1980, houve no Brasil um grande fluxo migratório do campo para a cidade. Foi um período de intensa urbanização, principalmente das grandes metrópoles nacionais. O contingente de pessoas emigrantes era bastante volumoso na região nordeste, e nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já os estados com maior contingente de imigrantes foram São Paulo e Rio de Janeiro, onde a industrialização ocorreu de forma mais contundente. (OLIVEIRA; ERVATTI; NEILL, 2011).

A partir do período mencionado, ocorreu a expansão das fronteiras agrícolas, novas áreas de cultivo, e uma migração mais volumosa para o centro do país. Neste sentido, ocorre a expansão das áreas de cultivo de cana-de-açúcar e soja e de pecuária bovina (OLIVEIRA, 2001).

Entendendo a fronteira não apenas como algo estável, mas que pode estar atrelada a uma dinâmica de ampliação no território, importante se ater ao movimento possível das fronteiras, pensando nelas não apenas como zona fixa entre duas localidades. No Brasil, existem dois significados para a palavra fronteira: um em que ela aparece como algo rígido e estabelecido a alguns anos, décadas ou séculos, que os estadunidenses chamam de *Border*; o outro é a fronteira dinâmica, em movimento, ou mesmo como zona que está mais próxima da palavra *Front* ou *Frontier* que seriam os locais onde é possível expandir os domínios territoriais, nesse caso, agrícolas (POVOA NETO, 2018).

No Centro-Oeste, as políticas públicas, como a Marcha para o Oeste e programas como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER), foram preponderantes para a territorialização de empresas agrícolas, gerando também aumento do fluxo populacional para a região e o estabelecimento de nova fronteira agrícola (OJIMA; FUSCO, 2015).

Na região Nordeste, o fluxo migratório em busca de emprego e de melhores condições de vida foi bastante expressivo, principalmente para as grandes metrópoles, além das migrações sazonais no período das safras. Entre meados e final dos anos de 1980, a região Norte tem um aumento da migração para as fronteiras agrícolas em expansão. Além da urbanização, que mesmo ocorrendo de forma lenta, caracterizou-se como a transferência de pessoas para outras regiões do país, “há uma urbanização recente e precoce, que, mesmo recente, repete todos os vícios das velhas metrópoles brasileiras” (VALE, 2007, p. 75).

Em meados dos anos de 1980 e início dos anos 1990, houve uma diminuição na capacidade econômica do Brasil, e, como consequência, uma diminuição dos fluxos migratórios. As grandes metrópoles, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo perdem parte da sua capacidade de atração, com crescimentos migratórios menores do que as médias nacionais, no entanto, ainda mantiveram um alto contingente populacional, e a importância como pontos de passagem e fluidez das migrações. Houve também diminuição das emigrações do estado de Minas Gerais e da região Nordeste. (POVOA NETO, 1997).

A partir de 1990, desenrolou-se o advento de uma maior internacionalização da economia e maior dependência nacional submetida às decisões dos mercados internacionais. Houve também a consolidação de um período técnico-científico-informacional, ou seja, os processos de acumulação do capital são modificados e as demandas por mão de obra são menores e mais seletivas do que das décadas anteriores de maior urbanização. (BRITO, 2009).

Por esse motivo, segundo o autor, houve mudanças no padrão migratório, que se diferem das observadas em décadas anteriores

O padrão migratório prevalecente anteriormente no Brasil é típico da primeira fase da transição demográfica, quando fecundidade alta e mortalidade em forte declínio possibilitavam altas taxas de crescimento populacional nos grandes reservatórios de mão-de-obra, como o Nordeste e Minas Gerais. Anteriormente, a transferência dos enormes excedentes populacionais para as áreas urbanas, somados aos altos e generalizados níveis de fecundidade, foram decisivos para a notável sincronia entre urbanização, concentração urbana e metropolização. (BRITO, 2009, p. 15).

O novo modelo capitalista neoliberal e cada vez mais atrelado ao capital internacional tem como características maior destaque para o setor terciário da economia, maior flexibilização dos locais e das formas de emprego, operações de fluxos de mercadorias atreladas ao mercado financeiro, ou seja, as estruturas para maior fluxo de mercadorias, atrelada à difusão das redes de informação, geram uma disputa capitalista por mercados relacionada ao período técnico-científico-informacional. Assim, foi possível verificar maior descentralização das atividades industriais, vinculadas às novas redes viárias, de transmissão elétrica, de comunicação, a possibilidade de obtenção de lucros elevados, mesmo distante dos centros urbanos.

Ao longo dos anos 1990, como contraface ao menor dinamismo industrial do período anterior destaca-se o desempenho do setor terciário que se espacializa apoiado numa descentralização espacial progressiva por parte de atividades tais como: atividades financeiras, serviços pessoais e produtivos, informatização da economia, reforço do papel dos pólos regionais de alguns centros, consolidação de outras áreas metropolitanas – Campinas e Santos, crescente informatização, expansão das telecomunicações e a extensão da rede viária. (MENEZES, 2001, p.05).

Após os anos de 1990, os movimentos migratórios se tornam mais complexos, com aumento de migrações intermunicipais e uma diminuição relativa tanto das emigrações da região Nordeste para o Sudeste, sobretudo para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em contraposição, houve um expressivo aumento migratório para a região Centro-Oeste. O Distrito Federal viu um aumento no fluxo populacional, uma maior expansão territorial e intensa urbanização que atingiu também os municípios do entorno goiano. (NEILL; ERVATTI; OLIVEIRA, 2011). A tabela 1 apresenta as características das dinâmicas migratórias entre 1995 e 2004.

Tabela 1 - Volumes de imigração, emigração e trocas migratórias por Regiões e Unidades da Federação (UF) do Brasil, 1995/2000 e 1999/2004

Regiões e UFs	1995/2000			1999/2004		
	I (Imigração)	E (Emigração)	Trocas	I (Imigração)	E (Emigração)	Trocas
Rondônia	83.325	72.734	10.591	49.046	55.239	-6.193
Acre	13.635	16.069	-2.434	14.777	13.212	1.565
Amazonas	89.626	58.658	30.968	64.001	52.928	11.073
Roraima	47.750	14.380	33.370	38.384	13.325	25.059
Pará	182.045	234.213	-52.168	235.111	187.426	47.685
Amapá	44.582	15.113	29.469	32.525	18.281	14.244
Tocantins	95.430	82.513	12.917	82.312	112.004	-29.69
NORTE	556.393	493.680	62.713	516.156	452.415	63.741
Maranhão	100.820	274.470	-173.650	180.924	258.016	-77.092
Piauí	88.736	140.815	-52.079	119.646	113.952	5.694
Ceará	162.926	186.709	-23.783	141.680	120.574	21.106
Rio G. Norte	77.917	71.286	6.631	73.494	37.284	36.210
Paraíba	102.005	163.485	-61.480	138.328	95.857	42.471
Pernambuco	164.872	280.289	-115.417	179.932	204.868	-24.936
Alagoas	55.967	127.949	-71.982	81.318	85.668	-4.350
Sergipe	52.109	56.921	-4.812	45.843	43.258	2.585
Bahia	250.572	517.930	-267.358	290.343	378.618	-88.275
NORDESTE	1.055.924	1.819.854	-763.930	1.251.508	1.338.095	-86.587
Minas Gerais	447.836	408.659	39.177	429.438	398.460	30.978
Espírito Santo	129.169	95.149	34.020	107.132	108.669	-1.537
Rio de Janeiro	319.749	274.223	45.526	166.036	255.653	-89.617
São Paulo	1.223.809	884.121	339.688	823.557	978.689	-155.132
SUDESTE	2.120.563	1.662.152	458.411	1.526.163	1.741.471	-215.308
Paraná	297.308	336.998	-39.690	260.478	271.182	-10.704
Santa Catarina	199.651	139.665	59.986	214.287	139.268	75.019
Rio G. do Sul	113.395	152.891	-39.496	116.643	146.372	-29.729
SUL	610.354	629.554	-19.200	591.408	556.822	34.586
Mato G. do Sul	97.709	108.738	-11.029	90.071	97.271	-7.200
Mato Grosso	166.297	123.726	42.571	192.691	81.011	111.680
Goiás	372.702	169.887	202.815	315.571	168.574	146.997
Distrito Federal	216.200	188.551	27.649	152.073	199.982	-47.909
C-OESTE	852.908	590.902	262.006	750.406	546.838	203.568
TOTAL	5.196.142	5.196.142	-	4.635.641	4.635.641	-

Fonte: IBGE (2000 y 2004 apud BAENINGER, 2012, p.82-83).

Verifica-se, de acordo com a tabela 1, que no período analisado houve trocas migratórias negativas na composição da região Nordeste e com saldo positivo na região Centro-Oeste, mesmo que o estado de Mato Grosso do Sul tenha revelado saldo negativo. É relevante também a inversão de fluxos migratórios para a região Sudeste, que no período 1995/2000 registrou índice positivo, e entre 1999/2004, o índice foi negativo, o que comprova o redirecionamento de migrações para cidades médias e pequenas do Brasil.

Os dados revelam quão importante é compreender as dinâmicas migratórias, tendo como referência as regiões do país e as particularidades dos

estados. Nem sempre o saldo migratório positivo ou negativo de uma região indicará a mesma tendência para cada um dos estados componentes.

Entende-se que a migração tem ocorrido de maneira mais difusa e difere dos fluxos estabelecidos em meados do século XX. Para compreender melhor o fluxo atrelado à territorialização do agronegócio no estado de Goiás, com ênfase na microrregião de Ceres, é preciso analisar como foram estabelecidas as políticas públicas de ocupação do Centro-Oeste. Para isso, serão apresentados alguns dos planos e seus motivos econômicos e políticos que deram embasamento para a apropriação do território.

1.4 Planos de territorialização: apropriações de terras no Centro-Oeste e migrações para o Goiás.

Para entender melhor as causas da migração, é preciso verificar os interesses políticos e econômicos que foram regendo, e ainda regem, a legislação do país, e que conduzem as formas de apropriação/expropriação de terras. As formas como são “distribuídas” as terras no país serão fatores preponderantes para promover a migração dos sujeitos.

Uma dessas leis remonta ao período de implementação da Lei das Terras, de 1850, na qual determinava que as terras só poderiam ser apropriadas mediante compra. Os valores da época eram inviáveis para os trabalhadores, muitos ainda escravizados, outros, imigrantes, que naquele momento chegavam ao país (SILVA, 1999). As terras, que por meio de expropriações e doações desde o início da colonização, já estavam concentradas nas mãos de parte da sociedade brasileira em formação, agora estavam “disponíveis”, mas para quem possuísse uma alta quantidade de dinheiro para pagar por ela. Essas estratégias jurídicas, por meio de leis, foram e são eficientes, até hoje, para a contínua manutenção de terras acumuladas por minorias abastadas do país.

Essa centralização, tanto das terras como da renda, foi formulada a partir do projeto de modernidade que, conforme Martins (2013), é um modelo que evolui pouco historicamente, principalmente para a maioria da população.

Um século depois, entre 1964 e 1985, no período dos governos militares, a estrutura fundiária brasileira continuava concentrada, embasada no ideal de modernização da agricultura. De acordo com Silva (1999), importamos ideias

economicistas dos países centrais do capitalismo, sem nos preocuparmos com as especificidades de nossa realidade. Essa modernização foi amparada no entendimento de que é necessário superar o “arcaico” – rural – e seguir o rumo à “modernização” – urbano – e que essa mudança iria ocorrer mais rápido se concomitantemente houvesse a expansão da territorialização de empresas estrangeiras e nacionais no país.

Para Haesbaert (2014, p. 280), “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento”. Essa territorialização teria como consequência apropriação e arrendamento de terras que interessassem às empresas nacionais e as grandes corporações, além da imposição de novas territorialidades, novas práticas no território que se transformam à medida que se faz presente o poder dos atores hegemônicos. Tudo isso com a parceria do Estado que, por meio de programas de incentivo fiscais e de leis, participa da trama articulada com o intuito de expandir os lucros do empresariado.

A promulgação do Estatuto da Terra, no período do regime militar, é um bom exemplo. Parecia ser uma ideia da efetivação de uma reforma agrária, no entanto, o objetivo era a modernização conservadora, que, ao invés de se ater à diminuição da concentração fundiária nas mãos de alguns latifundiários, pelo contrário os favoreceu demasiadamente. (OLIVEIRA, 2007).

A “modernização do campo” é, segundo Oliveira (2007), conservadora na sua estrutura, ou seja, não redistribui terras e o domínio territorial se mantém, e é moderna por utilizar novos métodos produtivos como máquinas, instrumentos de correção de solo, agrotóxicos e outros mecanismos para aumentar a produção agrícola.

Verifica-se, o exemplo do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste (PROTERRA³). O plano visava a redistribuição de terras de grandes áreas das sub-regiões nordestinas. De acordo com Oliveira (2007, p. 124), “para todos os proprietários de terras com área igual ou superior a mil hectares situadas nessas áreas, o governo deu prazo de 180 dias [...] para que apresentassem projeto de participação no PROTERRA [...]”.

³ DECRETO-LEI Nº 1.179 DE 06 DE JULHO DE 1971. Dispõe sobre a criação do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agro-indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA).

No entanto, as terras disponibilizadas pelos proprietários, além de serem pouco produtivas, foram supervalorizadas pela possibilidade de ressarcimento em dinheiro e não em títulos da dívida pública, como estava previsto no Estatuto da Terra, o que foi positivo apenas para os latifundiários.

As políticas públicas também dinamizaram o deslocamento populacional. No caso do Centro-Oeste, o papel da legislação intensificou, paulatinamente, o fluxo migratório para a região. A política de ocupação dos “vazios demográficos” ocorre a partir da Marcha para o Oeste, que teve início na década de 1940 e foi efetivada pelo governo de Getúlio Vargas, um programa de interiorização com o intuito de estimular a vinda do capital agrário para modernizar o centro do país (JESUS, 2018).

O intuito da Marcha foi o de abastecer com produtos alimentares os centros urbanos do Centro-sul, e diminuir o fluxo migratório para esses centros, a partir do estímulo à industrialização do Centro-Oeste e Norte. Com isso aumentou o número de migrantes para essas regiões, deixando os deslocamentos populacionais um pouco menos concentrados nas metrópoles (JESUS, 2018). O estado de Goiás tem um aumento, mesmo que ainda não tão robusto, da migração. Havia ainda a dificuldade de mobilidade, na quantidade de migrantes que se deslocam para o trabalho como consequência do projeto da Marcha para o Oeste.

Goiás, em função do processo de povoamento, passa a receber migrantes de outras regiões. Com isso, passam a ocupar os vazios demográficos, que ganha relevância com os novos moradores que vieram trabalhar na agricultura e na pecuária, em um sistema de produção baseada na agricultura de subsistência, com a utilização de esterco de curral, sementes de paiol, rotação de culturas e queimadas. (JESUS, 2018, p.21).

Outro programa importante, dentro dos planos de desenvolvimento nacional, foi o Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), instituído em 1979, articulado e efetivado entre Brasil e Japão para a ocupação de terras, visando a produção de alimentos e demais gêneros agrícolas no Cerrado brasileiro (JESUS, 2018).

O programa também teve como objetivo estimular o uso do território do Cerrado para a “modernização” da agricultura, por meio de técnicas de correção

da acidez do solo e do incentivo à inserção de máquinas para grandes empresas, financiadas pelo estado brasileiro e japones.

A agricultura em larga escala ganha força, a partir dos anos de 1980, e o vínculo entre o Centro-Oeste e o agronegócio se intensifica, de maneira que os atores que mais lucram com a apropriação do território fizeram e fazem parecer, principalmente por meio da grande mídia, que há uma “propensão” para a utilização do Cerrado como território pobre, de terras inférteis e que pode ser desmatado e corrigido para o cultivo de *commodities* para exportação.

Outro programa de desenvolvimento que se destacou no Centro-Oeste foi o Plano de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO⁴), cujo objetivo foi a modernização agrícola por meio de polos de desenvolvimento. A estratégia foi a divisão de áreas específicas e financiamento para os grandes e os médios empresários com a finalidade de aumentar a plantação e a pastagem, a partir dos empréstimos obtidos em forma de créditos agrícolas.

De acordo com Ferreira (2010), esses créditos também serviam para o investimento na pavimentação asfáltica, instalação de energia elétrica, implementação de rede de estocagem, enfim, formas de facilitar a comercialização. Desse modo, os programas, de modo geral, visavam estabelecer e consolidar redes de transporte para facilitar o maior fluxo de materiais e de pessoas. Um exemplo é a construção de ferrovias e rodovias no Centro-Oeste, que integra Goiás a outros estados brasileiros.

A maior quantidade de vias de trânsito interligando os locais, como a construção da BR-153, propiciou maior fluxo populacional e de escoamento da produção sucroalcooleira, incentivando maiores investimentos das usinas de álcool. A rodovia funciona como “espinha dorsal” que liga o Norte (Marabá-PA), e o Sul (Aceguá-RS) do país. “A malha viária também é bastante estratégica na atração de novos empreendimentos sucroalcooleiros para determinada região, já que a infraestrutura existente é muito importante nesse processo” (FERREIRA, 2010).

⁴ Decreto nº 75.320, de 29 de janeiro de 1975. Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO).

Além dos programas já apresentados, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool⁵) também teve influência para a produção de álcool no Centro-Oeste, a partir da crise do petróleo de 1973, quando houve aumento do preço dos barris de petróleo por conta das disputas ocorridas no Oriente Médio. O governo brasileiro decidiu investir nesse programa, cuja finalidade era de não depender tanto do preço do petróleo estrangeiro e de suas oscilações, por conta da instabilidade proporcionada pelas guerras. Nesse período, o estado de Goiás recebeu grande contingente de empresas da agroindústria canavieira, como a microrregião de Ceres, com destaque para os municípios de Goianésia, Rubiataba, Itapuranga, Carmo do Rio Verde e Itapaci. A territorialização das usinas ocorre devido às suas condições físicas da microrregião, como a disponibilidade de água, apesar das declividades de alguns terrenos, tendo como consequência a rápida expansão das plantações de cana-de-açúcar na região.

Os incentivos do Proálcool trouxeram como consequência o rápido desenvolvimento das agroindústrias sucroalcooleiras, bem como da expansão das lavouras canavieiras. Observa-se então, que várias usinas foram instaladas neste contexto, podem-se exemplificar as usinas da microrregião Ceres: Pite S/A (em Itapuranga), Devale (Itapaci), Usina Goianésia e Jalles Machado (ambas em Goianésia) e Carval (em Carmo do Rio Verde), instaladas, a primeira, no final da década de 1970 e as demais no decorrer da década de 1980. (FERREIRA, 2010, p. 29).

Ainda segundo a autora, foram instituídos programas de crédito, como o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização de Goiás (FOMENTAR⁶), em 1984, cujo intuito era atrair indústrias para Goiás a partir de empréstimos com amplos prazos de pagamento.

No caso da Usina Vale Verde de Itapaci, os créditos disponibilizados pelo FOMENTAR serviram para a reinstalação da antiga usina, a Devale, que foi comprada pelo grupo Farias, de Pernambuco. Outras empresas da região também receberam incentivos do FOMENTAR.

⁵ Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL).

⁶Lei nº 9489 de 19/7/1984 Art. 1º Fica criado o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás – FOMENTAR, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás.

A primeira usina instalada no município de Goianésia data de 1968, trata-se da Sociedade Açucareira Monteiro de Barros, que foi adquirida no ano de 1989 pelo Grupo Matari, de Pernambuco, este recebeu incentivos do Fomentar para a instalação da agroindústria neste município. O mesmo ocorreu na usina do Grupo Devale, instalada em Itapaci no ano de 1982, que também recebeu incentivos deste programa, mas permaneceu em funcionamento no município por apenas 12 anos, sendo desativada em 1994; e na usina Carval de Carmo do Rio Verde, que mesmo sendo uma usina formada por empresários locais, tiveram auxílios para sua implantação. (FERREIRA, 2010, p.29).

Já a usina Cooper Rubi começou recebendo incentivos do programa Fomentar, em 1984, e posteriormente, passou a receber os benefícios do programa Produzir. Verifica-se que as usinas Vale Verde e Cooper Rubi, que empregam parte dos migrantes que residem no município de Itapaci, têm aumentado sua produção de álcool, conforme tabelas 2 e 3.

Tabela 2 - Produção total de álcool (anidro e hidratado), por safras – Destilaria Vale Verde/Itapaci

Safras	Álcool (l)
2002/03	12.205,000
2003/04	42.890,000
2004/05	62.533,000
2005/06	72.418,000
2006/07	97.576,626

Fonte: Ferreira, 2010.

Tabela 3 - Produção total de álcool, por safras – Cooper Rubi/Rubiataba

Safras	Álcool (l)
2002/03	30.357
2003/04	44,319
2004/05	54.560
2005/06	47.863
2006/07	74.752

Fonte: Ferreira, 2010.

A disputa por empregos nos grandes centros urbanos e a territorialização de empresas em locais e regiões diferentes das metrópoles têm influenciado nas mudanças no destino das migrações e uma maior rotatividade migratória, conceito que Baeninger (2012) utiliza para descrever os novos fluxos migratórios. Segundo a autora, como exposto anteriormente, as migrações entre

os municípios são difíceis de serem mensuradas, mas em termos estaduais há um grande acréscimo no número de migrantes para o estado de Goiás.

Um dos principais fatores que explicam o crescimento maior da população é o número de imigrantes que Goiás recebe, principalmente nas últimas décadas. O Censo Demográfico de 2010 revelou que aproximadamente 28% das pessoas residentes em Goiás são oriundas de outros estados. Em termos relativos, Goiás é o sétimo no ranking dos estados brasileiros por residentes não naturais do próprio estado, e o quarto, em números absolutos. Ainda, cerca de 54% da população goiana teve nascimento em, na ordem, Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Distrito Federal. (INSTITUTO MAURO BORGES, 2018, p.13).

De acordo com dados do Instituto Mauro Borges, no ano de 2010, a população do estado de Goiás era de 6.003.788 habitantes (IMB, 2010). A taxa de crescimento também foi elevada, enquanto a média de crescimento do país estava em 12%, a do estado de Goiás foi de 20%. Comparando com os dados populacionais de 5.003.228 em 2000 com os números de 2010, houve um aumento absoluto da população de 1.000.000 de habitantes em 10 anos (IMB, 2018). A tabela 4, revela o aumento populacional, no estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil, entre 1980 e 2010.

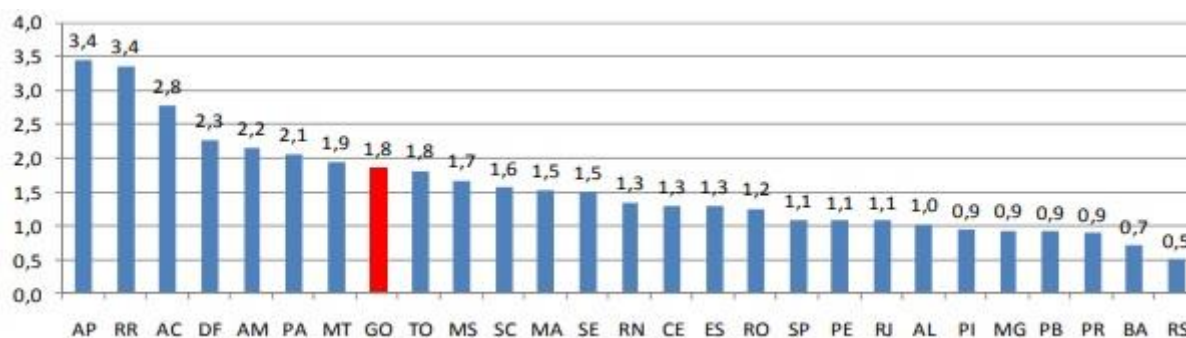
Tabela 4 - Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: população recenseada – 1980, 1991, 2000 e 2010.

Ano	Goiás	Centro-Oeste	Brasil
1980	3.860.174	7.545.769	119.011.052
1991	4.018.903	9.427.601	146.825.475
2000	5.003.228	11.636.728	169.799.170
2010	6.003.788	14.058.094	190.755.799

Fonte: adaptada de Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas, 2018.

Do mesmo modo, o gráfico do crescimento populacional, comparando os últimos Censos Demográficos, também evidencia o crescimento médio de cada estado.

Figura 3 - Taxa de crescimento Populacional anual, por estado – 2000/2010



Fonte: IMB/SEPIN/SEGPLAN, (2010, p. 08).

Com a consolidação estrutural das empresas na microrregião de Ceres, ocorre um aumento do fluxo de trabalhadores para a região. A migração de trabalhadores, principalmente para o corte da cana, ocorreu também para o município de Itapaci.

Todavia, é importante entender que, após a desterritorialização desses trabalhadores, ocorre o processo de reterritorialização, que se configura e se estabelece a partir das territorialidades nos municípios de trabalho e de vivência que agora se encontram.

Diante do exposto, percebe-se que a facilidade atual dos fluxos migratórios, o “viver sem fronteiras” nem sempre gera situações prazerosas para quem participa desse tipo de mobilidade. A migração para o trabalho, nesse caso, para o corte da cana-de-açúcar, é uma situação de necessidade e não uma escolha de uma forma bem melhor de viver.

Tendo em vista a existência do movimento de territorialização de empresas da agroindústria canieira na microrregião de Ceres e nos municípios de Itapaci e Rubiataba, a próxima seção mostrará os dados dessas migrações que estão vinculadas à mobilidade para o trabalho, no município de Itapaci.

1.5 A migração para o trabalho: os migrantes que residem em Itapaci, Goiás.

Existe uma migração consolidada em Itapaci, tendo como elemento impulsionador a chegada de empresas do agronegócio canieiro na microrregião de Ceres. Nesse sentido, é necessário entender o fenômeno migratório observando seu caráter histórico concreto. No atual momento do

capitalismo, em que as disputas e individualidades se tornaram mais intensas, percebe-se maior dificuldade na obtenção de empregos. A necessidade da obtenção de renda ocasiona o deslocamento dos trabalhadores. Esse processo migratório gera a desterritorialização.

A desterritorialização dos trabalhadores é um fenômeno que ocorre de forma intensa no Brasil. Trabalhadores percorrem longas distâncias por não conseguirem viver no local de origem. Essa estrutura social só investe recursos nos lugares onde haja o interesse pelo lucro, e quando existe essa perspectiva os trabalhadores são obrigados a se deslocar de suas terras.

Expulsas e atraídas, as pessoas teriam reconhecido que, no âmbito de um novo modo de produção e de vida, poderiam se dar melhor. Porém, a realidade é outra. Em processos violentos, as pessoas foram e continuam sendo expulsas das suas terras e socialmente desenraizadas. Desde o início da imposição da economia de mercado, o processo migratório foi causado pela “coerção silenciosa” da modernização e não através de motivos civilizatórios livremente, individualmente e subjetivamente escolhidos. (HEIDEMANN, 2010, p. 20).

Os trabalhadores migrantes, conforme Haesbaert (2014, p.238), compõem uma “parcela integrante – ou que está em busca de integração – numa (pós) modernidade marcada pela flexibilização – e precarização – das relações de trabalho”. No caso de Itapaci, a migração para o plantio e corte da cana, vindos, principalmente, da região Nordeste, as relações territoriais resultam na desterritorialização, na dinâmica migratória, nas relações trabalhistas e, conseqüentemente, no estabelecimento de relações sociais.

Um fator que dificulta a migração, de acordo com as informações presentes nas entrevistas, é o custo do transporte rodoviário. A maior parte dos trabalhadores migrantes vem para os municípios de ônibus, cujo valor das passagens é muito elevado; alguns precisam trabalhar durante meses para quitar a despesa inicial e deslocar os membros da família. Muitas vezes, são feitos empréstimos com familiares, amigos e pessoas próximas para a compra das passagens. Soares (2020) discorre sobre o “peso” do valor das passagens para os trabalhadores precarizados que migram para o município de Rio Verde-GO.

Com um custo médio para migrar que compromete em média, 1/3 do salário-mínimo, fica praticamente impossível para o trabalhador desempregado trazer junto a família toda com esposa, filhos e, às vezes, mais parentes de uma só vez. Assim, boa parte dos migrantes vem sozinhos e somente após serem amparados pela sua rede socioafetiva de conterrâneos ou parentes que já estão em Rio Verde é que irão tentar poupar o salário para trazer seus entes depois de seis meses ou mais (SOARES, 2020, p.123).

Como pontuado anteriormente, o valor gasto no transporte, às vezes, se torna um problema, principalmente para os migrantes iniciantes, que não possuem reserva de dinheiro. Os gastos não estão somente no valor da passagem, mas também no consumo de alimentos ao longo do percurso.

Os migrantes que vêm de outras regiões deixam seus locais de moradia para enfrentar o trabalho árduo, alguns deixam a família que só reveem depois de vários meses. Após a safra, há o retorno para os locais de origem, deslocamento para outros locais nos quais haja postos de trabalho, ou a manutenção do trabalhador no município de Itapaci, em outras frentes de trabalho.

Os sujeitos entrevistados nasceram nos estados do Piauí, Bahia e Maranhão, não sendo o local de nascimento um prerequisite para a entrevista. Os que saíram do município de Isaias Coelho, no estado do Piauí, com destino a Itapaci, precisaram passar por Goiânia para chegar ao destino, pois não há linha de ônibus que faça esse trajeto diretamente.

Os migrantes relataram que o gasto com a passagem dos dois ônibus mais a alimentação é de R\$500,00 por pessoa, em média. Relataram que se não tiver dinheiro para fazer o percurso, a opção é tentar conseguir empréstimos com amigos e familiares. Xavier relatou que estava esperando acumular mais dinheiro para que fosse possível comprar a passagem da esposa e da filha, pois naquele momento (dia da entrevista) ainda não tinha conseguido. Verificou-se também, o caso de Túlio⁷, que migrou do município de Campo Formoso no estado da Bahia para Itapaci, cuja distância é de 1.500 quilômetros:

Peguei dinheiro emprestado, um pouquinho de cada irmão. Foi a primeira vez que vim para trabalhar, na época com 18 anos e hoje tô com 23, não tinha nem garantia que ia arrumar o

⁷ Entrevista realizada em 2021.

emprego, sem experiência nenhuma. Na época meu pai veio junto comigo.

Após o primeiro mês de trabalho e ao receber o salário, Túlio enviou dinheiro para pagar a passagem da esposa, que migrou no mês seguinte. Para se deslocarem utilizaram o transporte de van, que, dependendo do período do ano, pode ter valores distintos. Segundo os entrevistados, o valor da passagem de ônibus, de Campo Formoso-BA a Anápolis-GO, comprada com antecedência, é de R\$300,00, podendo chegar a R\$500,00, se comprada às vésperas ou em períodos festivos. De Anápolis para Itapaci o valor também é de R\$300,00.

Percebe-se que a dinâmica de ocupação do território na microrregião de Ceres se constitui em algo mais denso do que estava ocorrendo em anos anteriores. Os dados sobre a migração, evidenciados posteriormente, mostram o aumento populacional expressivo desde os anos 2000, a partir da maior produtividade das empresas da agroindústria canavieira⁸.

Nesse cenário de migrações para cidades pequenas, a migração para o município de Itapaci-GO, que não se configura como um centro metropolitano, mas possui um contingente populacional acima da média, relativo ao total dos municípios goianos. As migrações têm ocorrido também entre municípios com menor quantidade populacional, ou seja, difere da migração feita para grandes centros urbanos, característica de décadas passadas.

No estado de Goiás, há uma grande concentração populacional em poucos municípios, a maioria dos municípios, mais de 60%, possuem população de até 10.000 habitantes.

Assim, temos 40% dos municípios respondendo por apenas 5,43% da população do estado. Se incluirmos os municípios com população entre 5.001 e 10.000 habitantes teremos a formação de um grupo com 63,01% de todos os municípios e que correspondem a apenas 11,9% do contingente populacional do estado. (SEGPLAN, 2011. p. 24).

De acordo com dados lançados nas tabelas 4 e 5, comparando os anos de 2000 e 2010 há um crescimento populacional de 8,7% na microrregião de Ceres, número menor do que o crescimento total do estado de Goiás, que foi de

⁸ Tabelas 2 e 3. Nas empresas Vale Verde e Cooper-Rubi, a produtividade de álcool só não se mantém em evolução na usina Cooper-Rubi na safra de 2005/2006.

19,9%, mas que mostra um acréscimo populacional na região. A tabela 5 apresenta os municípios que constituem a microrregião, suas áreas e populações, em 2000 e 2010.

Tabela 5 - Taxa de crescimento Populacional da Microrregião de Ceres, Goiás, por estado – 2000/2010

Municípios	Área (Km²)	População 2000	População 2010
Barro Alto	1.093,25	6.251	8.701
Carmo do Rio Verde	418,543	7.941	8.939
Ceres	214,321	22.209	20.686
Goianésia	1.547,27	49.160	59.545
Guaraíta	205,306	2.794	2.372
Guarinos	595,866	2.844	2.306
Hidrolina	580,39	4.548	4.029
Ipiranga de Goiás	241,289	-	2.844
Itapaci	956,125	13.931	18.481
Itapuranga	1.276,48	26.740	26.085
Morro Agudo de Goiás	282,616	2.489	2.365
Nova América	212,025	2.185	2.254
Nova Glória	412,953	8.944	8.514
Pilar de Goiás	906,649	3.339	2.766
Rialma	268,466	10.210	10.516
Rianópolis	159,255	4.364	4.556
Rubiataba	748,264	18.087	18.848
Santa Isabel	807,204	3.592	3.680
Santa Rita do Novo Destino	956,04	3.025	3.170
São Luiz do Norte	586,058	4.089	4.617
São Patrício	171,957	1.835	1.991
Uruana	522,505	13.938	13.821
Microrregião de Ceres	13.162,83	212.515	231.086

Fonte: Adaptada de Observatório do Mundo do Trabalho, 2013.

O município de Itapaci possuía, no ano de 2000, uma população de 13.931 habitantes, em 2010 o número subiu para 18.481, segundo dados do Censo Demográfico (IBGE, 2000, 2010). Um acréscimo de 24,7%, sendo o quinto município em quantidade populacional da microrregião de Ceres, composta por 21 Municípios. O número populacional teve acréscimo substancial, conforme tabelas 5 e 6, entre os anos 2000 e 2010. Uma das causas do crescimento está relacionada aos trabalhadores migrantes que trabalham em usinas cujas sedes estão em municípios vizinhos, mas que residem na cidade de Itapaci. Na média, a microrregião de Ceres teve um aumento populacional 8,7%, no período.

O fluxo migratório contribuiu para o aumento populacional na microrregião e no município de Itapaci, conforme tabela 6, que mostra os números populacionais dos Censos Demográficos entre os anos de 1991 e 2010. Verifica-se um intenso fluxo populacional, a partir da instalação da empresa Vale Verde no ano de 2002 e do aumento da produção na indústria Cooper-Rubi, como apontado nas tabelas 2 e 3, da subseção 1.4.

Tabela 6 - Censos Demográficos do município de Itapaci-GO – 1991, 2000 e 2010

Ano	Habitantes
1991	12.652
2000	13.931
2010	18.481

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010). Elaboração do autor.

Entre 2005 e 2010, o acréscimo de pessoas foi de 1.285 que possuíam 5 anos ou mais e que não residiam em Itapaci em 31/7/2005. De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), segundo dados da tabela 7, também apresenta os estados de origem dos migrantes que responderam ao questionário do Censo Demográfico em 2010.

Tabela 7 - Origem das migrações recentes para o município de Itapaci, Goiás, 2010

Lugar de residência em 31.07.2005	Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam em Itapaci na data de 31.07.2005
<u>Alagoas</u>	52
<u>Bahia</u>	190
<u>Goiás</u>	-
<u>Maranhão</u>	148
<u>Mato Grosso</u>	42
<u>Minas Gerais</u>	77
<u>Pará</u>	62
<u>Paraíba</u>	04
<u>Pernambuco</u>	99
<u>Piauí</u>	171
<u>Rondônia</u>	09
<u>São Paulo</u>	58
<u>Tocantins</u>	139
<u>Distrito Federal</u>	80
Brasil sem especificação	136
Exterior	18
Total	1285

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010. Elaboração do autor.

No período analisado, na tabela 7, há um contingente de 51,6% de migrantes nordestinos para o município de Itapaci. O percentual de trabalhadores imigrantes, oriundos da região Nordeste, para o estado de Goiás entre 2005 e 2010 foi de 33,28%, percentual menor do que em Itapaci (IMB, 2017).

A partir dos dados apresentados e das contratações para o corte da cana (Tabelas 8 e 9), é possível estabelecer a relação entre o trabalho na agroindústria canavieira e o aumento dos fluxos migratórios, principalmente de trabalhadores nascidos na região Nordeste. Percebe-se, então, que o histórico de expropriação, crises econômicas sucessivas e desigualdades sociais ainda estão presentes no Brasil e na região nordeste. (SILVA, 1999).

Tabela 8 - Trabalhadores para lavoura da cana admitidos e desligados, no município de Itapaci no período de 2005 a 2010.

Ano	Admitidos	Desligados
2005	1.709	1.556
2006	2.581	2.384
2007	2.610	3.197
2008	3.078	752
2009	2.819	2.634
2010	4.214	2.107

Fonte: BRASIL. CAGED (2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010). Elaboração do autor.

Tabela 9 - Trabalhadores para lavoura da cana admitidos e desligados, no município de Rubiataba no período de 2005 a 2010.

Ano	Admitidos	Desligados
2005	837	552
2006	672	959
2007	960	1152
2008	1.242	1163
2009	1.204	2383
2010	796	739

Fonte: BRASIL. CAGED (2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010). Elaboração do autor.

Na tabela 9, verifica-se a baixa contratação entre os anos de 2005 e 2006, período em que há diminuição da produção da safra de 2005/06 (Tabela 3) na usina Cooper-Rubi. Já a diminuição das contratações no ano de 2010 pode estar atrelada ao processo de mecanização da usina, mesmo assim ainda existe uma alta rotatividade de trabalhadores

O grupo Japungu possui quatro usinas, três delas na região do Vale do São Patrício, no estado de Goiás. Dentre elas, há a CRV Industrial Ltda., situada na cidade de Carmo do Rio Verde, a Usina Cooper-Rubi, localizada no município de Rubiataba (GO) e a Uruaçu Açúcar e Álcool Ltda., localizada no município de Uruaçu (GO). As usinas do grupo Japungu vêm realizando um processo acelerado de mecanização do corte da cana, restando apenas áreas de terras dobradas e/ou impróprias para o corte mecanizado. (BUNDE, 2017, p. 198).

Devido à característica do trabalho nos canaviais, com contratação de funcionários temporários, verifica-se um alto volume de admissões, mas também de desligamentos, caracterizado pela falta de estabilidade de emprego vivenciada pelos trabalhadores. Os dados mais recentes de assalariados da cana têm mostrado que mesmo com a mecanização ainda há um expressivo número de empregos nessa área. No ano de 2019, por exemplo, foram admitidos 765 e desligados 802 trabalhadores no município de Itapaci. Em Rubiataba os números foram de 666 e 599 respectivamente. (BRASIL, 2019)

Verifica-se um grande rodízio de trabalhadores evidenciado nas tabelas 8 e 9, no qual o número de admissões sobe nos meses em que há o início do período de safra da cana-de-açúcar, e o número de demissões aumenta com o fim da safra. Há sempre um grande contingente de trabalhadores admitidos e, posteriormente, os seus contratos são rescindidos ao longo do ano. O trabalho caracterizado como temporário não gera estabilidade para o trabalhador, que terá que procurar outro emprego após a rescisão do contrato, uma característica da precarização do trabalho. “Quase um terço da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego” (ANTUNES, 2008).

O saldo médio de trabalhadores admitidos e demitidos que participaram do trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar nos municípios de Itapaci e Rubiataba, entre os anos de 2005 a 2010, foi de 7.050. Por mais que haja

recontratação de trabalhadores no período da safra, o momento da entressafra pode gerar grande quantidade de desempregados. Devido à forma de trabalho árduo, diário e temporário, tem-se que a diminuição da carga horária e aumento salarial seriam maneiras de melhorar as condições físicas e econômicas do trabalhador no período da entressafra.

O relato descrito por Nazaré⁹, natural de Itapaci, e que presta serviços de caráter religioso e filantrópico, demonstra a situação dos trabalhadores que permanecem no município após o período de safra.

Na safra seguinte muitos [trabalhadores do corte da cana] permanecem aqui [em Itapaci] e nesse período chamado de entressafra, vão trabalhar braçalmente tanto na zona rural com na urbana, necessitando até mesmo de assistência social do município com também de entidades filantrópicas.

Constatou-se, neste capítulo, que as dinâmicas territoriais se vinculam à falta de trabalho e que a desterritorialização das pessoas que se sujeitam a plantar e a cortar a cana-de-açúcar, em condições precárias, torna-se mais dolorida pelas dificuldades diversas, como a quebra de laços familiares e o valor das passagens, para que se estabeleça a migração.

O capítulo seguinte tratará do modo de produção e sua relação com o trabalho e a precarização das condições nas lavouras de cana-de-açúcar. Nessa dinâmica de reterritorialização, os vários problemas enfrentados pelos trabalhadores migrantes serão enfatizados, como o acesso ao transporte e as formas como se inicia o fluxo migratório.

⁹ Pesquisa de campo realizada em 2022.

CAPÍTULO 2 – DESEMPREGO ESTRUTURAL: ESTRATÉGIAS DO CAPITAL PARA A MAXIMIZAÇÃO DOS LUCROS E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

As relações trabalhistas no atual estágio do capitalismo têm dificultado a aquisição de emprego pelo trabalhador. A fragilidade e a flexibilização nas legislações trabalhistas, o aumento do desemprego e a precarização do trabalho são elementos que estão presentes no século XXI, por isso é importante que haja discussão e compreensão que possam tornar mais claros os motivos da atual precarização do trabalho, intrinsicamente atrelada ao modelo de neoliberalismo atual.

Foram analisadas as condições territoriais na origem, a fim de compreender os motivos que impulsionam essa migração de sujeitos em busca de trabalho. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os trabalhadores e seus familiares para conhecer as condições de trabalho nos lugares de origem (municípios e estados), e de destino, ou seja, para onde foram feitos os deslocamentos.

Na data de 31/3/2022, o país contava com 12 milhões de desempregados e 4,8 milhões de pessoas desalentadas¹⁰, o que revela um número expressivo de trabalhadores disponíveis para as empresas, fragilizando as formas de negociação do trabalhador que são limitadas (IBGE, 2022). “[...] O Brasil tem mais 210 milhões de habitantes, com uma população economicamente ativa que supera os 100 milhões [...]” (ANTUNES, 2022, p.2). Quanto maior o número de trabalhadores reserva (desempregados), menos possibilidades de críticas terá o trabalhador, afinal a capacidade de argumentação estará condicionada à obtenção do trabalho. É o desemprego estrutural no qual há um acúmulo de trabalhadores à espera de contratação.

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao

¹⁰ Pessoas desalentadas: pessoas fora da força de trabalho na semana de referência que estavam disponíveis para assumir um trabalho na semana de referência, mas não tomaram providência para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias por não ter conseguido trabalho adequado, não ter experiência profissional ou qualificação, não haver trabalho na localidade em que residia ou não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso. (PNAD, 2020).

sobretalho e à submissão aos ditames do capital. (MARX, 1887, p.864).

Com a implementação de novas tecnologias possíveis, por meio da acumulação capitalista, tem-se um aumento da mecanização e diminuição dos postos de trabalho. É uma dinâmica que irá causar um aumento no número de pessoas desempregadas. Para Marx (1887, p.857), é uma estratégia para a acumulação capitalista, ou seja, “na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital”, garante a diminuição dos salários e a maximização dos lucros.

De acordo com os depoimentos dos trabalhadores migrantes, há muitas dificuldades em encontrar emprego no lugar de origem, portanto, sendo difícil permanecer com pouca renda, ocorrendo uma evidente desterritorialização do sujeito atrelada a questão econômica, forçando-os a buscarem trabalhos em outras regiões do país, a partir do processo migratório.

A realidade da precarização do trabalho é visível no plantio e corte da cana-de-açúcar. Um trabalho precarizado que desgasta o corpo dos sujeitos que cada vez mais têm que aumentar sua produtividade para que possa ter maiores rendimentos, pois os trabalhadores do corte recebem remuneração atrelada à quantidade de cana cortada.

Dessa maneira, o intuito é verificar como ocorre a precarização do trabalho, relacionado à exaustão física com o corte da cana e as dificuldades estabelecidas por conta do trabalho temporário, relatado pelos entrevistados.

Quem fica com as perdas para garantir a manutenção do lucro dos atores hegemônicos do capital, na realidade, é o trabalhador. Nos momentos de crise, é comum que haja diminuição dos direitos trabalhistas embasado em argumentos falaciosos de que todos devem dar sua contribuição para que não haja corrosão e se mantenha forte o sistema. Logo, a “contribuição” virá por meio da diminuição dos direitos trabalhistas, da redução de salários e da perda do emprego.

2.1 A classe trabalhadora e a precarização do trabalho.

O trabalho precário tem sido cada vez mais presente nos postos ocupados pelos trabalhadores. Ao longo das últimas décadas, verifica-se severa diminuição de direitos sociais, flexibilização de atividade e aumento do desemprego. Essa forma de estabelecimento na estrutura do trabalho se intensifica não apenas na periferia do capitalismo, mas também nos países centrais.

Quase um terço da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. (ANTUNES, 2008, p.01).

Como apontado no capítulo anterior, a quantidade de pessoas que migram entre países tem aumentado nos últimos anos. A procura por emprego tem se tornado cada vez mais acirrada e a precarização cada vez mais intensa (ANTUNES, 2008). Observa-se a maior tecnificação e diminuição dos postos de trabalho, além da valorização da individualidade, motivada por uma sociedade que tem se tornado pouco solidária e que hipervaloriza as mercadorias.

Observando o contexto, quem possui maior quantidade de capital é visto como o “grande vencedor”. Compreende-se que a competitividade valoriza, apenas, os aspectos econômicos, dando valor monetário a tudo que for possível. A partir desse princípio, questões como o desemprego, a saúde, a moradia e outros aspectos fundamentais para o bem-estar dos trabalhadores são, muitas vezes, inviabilizados e caracterizados como valores de menor importância (SANTOS, 2006).

De acordo com Antunes (2008), tem se consolidado uma morfologia e precarização do trabalho com características distintas das que ocorriam no período fordista. Para o autor, essas modificações têm ocorrido tanto no meio urbano, quanto no rural “que em verdade expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho. E isso ocorre tanto no mundo industrial, quanto nos serviços para não falar na agroindústria” (ANTUNES, 2008, p. 06),

que se caracteriza por uma flexibilização nas relações de trabalho gerando menos estabilidade para o trabalhador, aumento na velocidade de produção e distribuição de mercadorias.

As concepções desse novo modelo neoliberal, que se consolida em 1980 e tem como expoentes os políticos: Margaret Thatcher (Inglaterra) e Ronald Regan (Estados Unidos), se baseiam na ideia de maior fluidez salarial, gerando insegurança para os trabalhadores, dominação e diminuição do papel ativo dos sindicatos, terceirização, flexibilização do trabalho e endividamento dos países da periferia do capitalismo (STANDING, 2014).

A implementação desse modelo neoliberal, que se solidifica no Brasil, a partir da década de 1990, introduz uma fábula vinculada à globalização, com o argumento de que haveria distribuição mais igualitária dos recursos financeiros e que a diminuição do papel do Estado proporcionaria melhor gestão e economia dos gastos públicos (SANTOS, 2001).

No entanto, o que se viu, ao longo das últimas décadas, foi exatamente o contrário, uma maior concentração da renda nas mãos de poucas pessoas, “essa extrema desigualdade mostra que bilhões de pessoas já viviam no limite quando a pandemia começou”, como apontado pelo relatório do Comitê de Oxford para Alívio da Fome (OXFAM 2021, p.22), e a utilização do Estado para interesses privados, deixando de lado os interesses públicos.

A lógica colocada pela reestruturação produtiva do capital após os anos 1990 no Brasil promoveu reordenamentos diferenciados no âmbito do capital, fazendo com que médias e pequenas empresas entrassem em um processo de falência, enquanto o grande empresariado se vangloriava de que a “salvação da pátria” passava pela reformulação do Estado e pela abertura econômica. (MENDONÇA; THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 109).

Inicia-se, então, uma flexibilização e inserção da lógica toyotista, que difere de uma maior “estabilidade” do período fordista (lembrando que, apesar de menos intensa, a precarização está presente em ambos os períodos).

Nova morfologia que compreende desde o operariado industrial e rural clássicos, em processo de encolhimento, até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. Nova morfologia que pode presenciar, simultaneamente, a retração do operariado industrial de base tayloriano-fordista e, por outro lado, a ampliação, segundo a

lógica da flexibilidade-toyotizada, das trabalhadoras de telemarketing e call center, dos motoboys que morrem nas ruas e avenidas, dos digitalizadores que laboram (e se lesionam) nos bancos, dos assalariados do fast food, dos trabalhadores dos hipermercados etc. (ANTUNES, 2008, p. 2).

Percebe-se, também, que a partir de uma interconexão entre os setores da economia, anteriormente divididos em agrário, industrial e de serviços, ou primário, secundário e terciário, tem-se uma imbricação entre os segmentos em que a agroindústria se destaca de modo intenso no país. Nesse sentido, a força das estruturas de comando do capitalismo se torna mais coesa, facilitando as interações, a concentração de capital e, conseqüentemente, as formas de aumento dos lucros.

Verifica-se, também, um aumento da variação dos tipos de trabalho no campo, ou seja, a nova divisão do trabalho mais diversa e precária. Também vemos trabalhadores com alta qualificação e trabalhadores temporários dividindo o mesmo local de trabalho.

As mutações do trabalho assumiram formas muito diferenciadas na agropecuária goiana. A requalificação das relações sociais de produção e de trabalho promoveu o aparecimento de formas consorciadas de trabalho nas lavouras, onde se tem trabalhadores altamente qualificados ao lado de trabalhadores temporários (bóia-frias); trabalho familiar em grandes empreendimentos comerciais (administradores e técnicos) combinado com variadas formas de trabalho precário bóia-frias, produtores integrados, trabalho em tempo parcial etc.; pluriatividades em propriedades camponesas voltadas exclusivamente para o mercado; crescimento das rendas não-agrícolas para uma parcela dos camponeses; aparecimento de atividades não-agrícolas, como ecoturismo, hotéis-fazenda, pesque-e-pague e outras; e a subproletarização e fragilização cada vez maior dos camponeses-proprietários e dos trabalhadores da terra que ainda tentam sobreviver do trabalho agrícola tradicional. (MENDONÇA; THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 114).

O modelo de flexibilização pós-fordista abarca não apenas a produção de trabalho material; a prestação de serviços imateriais também estão vinculadas a esse modelo: professores, médicos, enfermeiros, dentre outros profissionais com formação universitária, também participam desse modo de flexibilização e das contratações temporárias, portanto, também vivenciam a precarização do trabalho.

Os serviços públicos, como saúde, energia, educação, telecomunicações, previdência etc, também sofreram, como não poderia deixar de ser, um significativo processo de reestruturação, subordinando-se à máxima da mercadorização, que vem afetando fortemente os trabalhadores do setor estatal e público. (ANTUNES, 2008, p. 07).

A flexibilização referida tem início com as ideias neoliberais defendidas por uma nova classe de intelectuais que formulam suas teorias, posteriormente, as crises vinculadas às guerras mundiais. As formulações feitas, principalmente na Europa e Estados Unidos, se distanciam das ideias do estado de bem-estar social, que visavam o fortalecimento do Estado e as políticas de distribuição de renda, principalmente nos países europeus (STANDING, 2014).

No contexto brasileiro, entende-se que a classe trabalhadora, no geral, tem sofrido com a precarização do trabalho, entendendo a classe trabalhadora de modo não fragmentado. Antunes (2008) descreve como o entendimento das classes trabalhadoras não se deve restringir à materialidade dos produtos, ou às pessoas que estão empregadas.

É preciso, então, partir de uma concepção ampliada de trabalho, abarcando a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos; devemos incorporando a totalidade do trabalho social e coletivo, que vende sua força de trabalho como mercadoria, seja ela material ou imaterial, em troca de salário. E devemos incluir também o enorme contingente sobrando de força de trabalho que não encontra emprego, mas que se reconhece enquanto parte da classe trabalhadora desempregada. (ANTUNES, 2008, p. 08).

A classe trabalhadora, de acordo com Standing (2014), tem se tornado um grupo precarizado de pessoas com empregos de pouca estabilidade e um exército de desempregados. O autor utiliza o termo precariado, para descrever a junção entre o precário e o proletário numa acepção atual. O quadro 7 apresenta as formas de garantia e segurança de trabalho nos termos da cidadania industrial com as sete garantias que não estão disponíveis para essa nova classe, ou que se manifestam de modo fragilizado.

Quadro 7 - Formas de garantia e segurança de trabalho nos termos da cidadania industrial.

- Garantia de mercado de trabalho – oportunidades adequadas de renda-salário; no nível macro, isto é realçado por um compromisso governamental de “pleno emprego”.
- Garantia de vínculo empregatício – proteção contra a dispensa arbitrária, regulamentação sobre contratação e demissão, imposição de custos aos empregadores por não aderirem às regras e assim por diante.
- Segurança no emprego – capacidade e oportunidade para manter um nicho no emprego, além de barreiras para a diluição de habilidade, e oportunidades de mobilidade “ascendente” em termos de *status* e renda.
- Segurança do trabalho – proteção contra acidentes e doenças no trabalho através, por exemplo, de normas de segurança e saúde, limites de tempo de trabalho, horas insociáveis, trabalho noturno para as mulheres, bem como compensação de contratemplos.
- Garantia de reprodução de habilidade – oportunidade de adquirir habilidades, através de estágios, treinamento de trabalho, e assim por diante, bem como oportunidade de fazer uso dos conhecimentos.
- Segurança de renda – garantia de renda adequada e estável, protegida, por exemplo, por meio de mecanismos de salário-mínimo, indexação dos salários, previdência social abrangente, tributação progressiva para reduzir a desigualdade e para complementar as baixas rendas.
- Garantia de representação – possuir uma voz coletiva no mercado de trabalho por meio, por exemplo, de sindicatos independentes, com o direito de greve.

Fonte: STANDING (2014, p.28).

O precariado vive com a insegurança no emprego, que consiste na dificuldade de manutenção dos vínculos empregatícios, restrição na possibilidade de ascensão em termos de *status* e renda e remuneração baixa.

Uma característica do precariado não é o nível de salários em dinheiro ou de rendas auferidas em qualquer momento específico, mas a falta de apoio da comunidade em momentos de necessidade, a falta de benefícios assegurados da empresa ou do Estado e a falta de benefícios privados para complementar ganhos em dinheiro. (STANDING, 2014, p. 30).

Os migrantes são um grupo que em sua maioria participam desse trabalho precarizado. A falta de direitos políticos, baixos salários, desterritorialização e desagregação familiar são elementos que estão presentes no cotidiano. A migração para o trabalho gera vulnerabilidade, haja vista que o apoio externo e governamental, em caso de demissão em um território pouco conhecido, por exemplo, pode ser insuficiente para a manutenção das necessidades. “A migração está crescendo e mudando de caráter de uma forma que está

intensificando as inseguranças e colocando muito mais pessoas em circunstâncias precárias” (STANDING, 2014, p. 145).

A maior intensidade da precarização e a formação do precariado ocorre também por meio das retiradas de direitos sociais conquistados ao longo da história, com as lutas de classe. O fato anterior atrelado à flexibilidade nas relações trabalhistas, trabalho temporário, trabalho intermitente, desemprego, apontam para uma precarização que se diferencia do modelo fordista anterior, se constituindo em um neoliberalismo como modelo ainda mais perverso, no que se refere às condições de trabalho (ARAÚJO, 2021).

A forma atual do capitalismo, com regras que instabilizam as atividades trabalhistas, se associam a um desemprego estrutural com diminuição dos postos de trabalho e um rearranjo na obtenção do lucro por parte dos donos do capital, com o pagamento de baixos salários.

O novo regime capitalista, o neoliberalismo, é incapaz de assegurar o pleno emprego. Os salários continuam a existir, mas a “sociedade salarial” foi se degradando. Instalou-se um desemprego de massa e a fragilização crescente das relações de trabalho, apesar das tentativas de solução nas políticas públicas de emprego. Atualmente, a grande maioria dos contratos de trabalho são atípicos, em relação à sua forma anterior. A instabilidade no emprego passa a ser a norma e, nesse caso, aliás, nem há mais sentido em se falar de empregos “atípicos”, pois estes agora são majoritários, no setor privado e também no público. (ARAÚJO, 2021, p. 237).

A partir do ano de 2017, o Brasil conhece mudanças importantes na legislação que acarretaram diminuição dos direitos trabalhistas. A reforma ocorreu embasado no argumento de que, com mudanças nas leis que regimentam o trabalho, como a flexibilização dos contratos de trabalho, haveria diminuição dos trabalhos informais, do desemprego, uma maior liberdade de escolha profissional para o trabalhador, modernização da produtividade já que o empregador teria menos custos trabalhistas e, a partir daí, investiria mais em contratações (FILGUEIRAS, 2019).

A retórica é colocada em dois pontos, relacionando mais direitos trabalhistas a menos empregos, no entanto o maior lucro por parte dos empresários não garante um automático investimento no número de cargos de emprego. O resultado foi uma força de trabalho que é vendida de forma

precarizada e a instabilidade no emprego, ou seja, as promessas divulgadas pela reforma trabalhista de 2017 não foram efetivadas.

[...] é importante lembrar aqui, a reforma trabalhista brasileira, em 2017, sob o governo Temer, também elaborada com base na desregulamentação dos direitos trabalhistas, num jogo de interesses econômicos e acordos políticos entre legisladores e representantes do grande capital. Sabemos que, ao contrário do que proclamaram os defensores dessa reforma, ela não resultou em redução do desemprego ou da informalidade do trabalho. (ARAÚJO, 2021, p. 238).

O trabalho realizado pelos sujeitos aumenta os lucros das empresas, uma vez que existe uma apropriação desigual das riquezas e a não socialização dos lucros. Tem-se, então, um sistema em que há pouca estabilidade no trabalho, e menos ainda para o precariado de trabalhadores migrantes. Objetivamente, um sistema que não distribui o que foi feito pela classe trabalhadora e vende a ideia de modernização social relacionada às novas tecnologias. Conclui-se, pois, que os benefícios da reforma trabalhista de 2017 não mostraram resultados positivos como prometido nos discursos políticos.

Tomando nota do debate em torno da reforma em 2017 e o que vem sendo dito sobre ela nos últimos anos, tanto na literatura acadêmica quanto na mídia especializada, nossos resultados ajudam a informar o debate. Por um lado, as grandes expectativas que o governo Temer tinha para a reforma não foram correspondidas. A geração de empregos era um dos principais pontos do discurso da base do governo, e se falava de 2 a 6 milhões de novos empregos. O próprio presidente Michel Temer declarou que a estimativa era a criação de mais de 2 milhões de empregos no curto prazo, em dois anos. Logo, notamos que discurso político em torno dos resultados da reforma na época da sua proposta não se realizou. (SERRA, BOTTEGA, SANCHES, 2022, p.s.p).

O seguro-desemprego é fundamental para os trabalhadores do corte da cana; alguns permanecem nas empresas trabalhando em outras funções como a plantação da cana para que possam ter o tempo necessário de trabalho para a obtenção do seguro, além de se manterem empregados. No entanto, existem trabalhadores que não terão direito ao seguro. O projeto de lei que estipula o seguro-desemprego para os trabalhadores sazonais do corte da cana não entrou vigor (PL 1582/15), seria importante pois daria estabilidade para os trabalhadores, tendo em vista que, após 6 meses de trabalho na mesma

empresa, haveria um seguro de 3 meses, visto que o trabalho de corte da cana não ocorre ao longo de todo o ano.

Outra alteração na reforma da previdência de 2017 que aumenta a precarização é disposição inserida no Art. 484-A. O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que serão devidas as seguintes verbas trabalhistas: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017); a extinção do contrato por acordo prevista no *caput* deste artigo não autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017). Aspectos da lei que dão ao patrão uma vantagem em relação ao trabalhador, tendo em vista que os acordos mútuos, de modo geral, não irão beneficiar o trabalhador.

A estrutura do capitalismo que flexibiliza e precariza as relações de trabalho se mostra consolidada no período atual. A concentração de renda é cada vez maior, mostrando uma desigualdade social que aumenta o número de trabalhadores precarizados. Conforme dados do OXFAM (2017, p. 21) “da renda nacional; os 5% mais ricos abocanham o mesmo que os demais 95%”. Na procura por trabalho, há uma desterritorialização dos trabalhadores que saem dos lugares de origem em busca de melhores condições nos locais de destino.

2.2 Condições do migrante no lugar de origem e a busca por trabalho.

Normalmente, os migrantes se deslocam dos municípios de nascimento ou onde se vincularam por um tempo maior, ou mesmo nos locais onde estavam migrando de modo temporário, à procura de trabalho. As causas dessas migrações estão relacionadas à falta de emprego nos locais de origem ou locais de deslocamento anterior. Alguns dos migrantes não possuem terra para trabalhar, outros, no período da seca encontram dificuldades geradas pela insuficiência de água e de incentivos governamentais, dificultando a irrigação para o plantio, são alguns casos externalizados pelos trabalhadores que serão mostrados a seguir.

Sobre as condições de trabalho, os entrevistados disseram que nos locais de “origem” os salários são mais baixos, fator principal apontado para o estabelecimento do fluxo migratório.

Joaquim¹¹ e Túlio vieram para o município de Itapaci porque “todo dia aqui tem trabalho, lá não”, referindo-se às condições de emprego no município de origem. Afirmaram também que, “por mode o emprego, lá só tem tipo bico no começo do ano até abril. Só até a época da chuva”.

Os que possuem terras para lavouras têm dificuldades no acesso à água, em alguns períodos do ano. As bombas que transferem a água dos rios ou lagos para a irrigação são muito caras, o que compromete os cultivos, principalmente do milho, mandioca, feijão, arroz entre outros gêneros alimentícios. Valmir¹² confirma essa realidade ao afirmar que no período de seca falta água para regar as plantações e o custo das bombas para levar água para as plantações é elevado.

Queren¹³ relatou que as condições financeiras para ter acesso aos aparelhos de irrigação, se forem ocorrer, será no período eleitoral, principalmente, das eleições municipais. “A condição de furar um poço artesiano é muito caro. Só se for no tempo da eleição, os políticos fazem tudo pra ganhar um voto, principalmente quando a família é grande”. Os trabalhos praticados antes da migração estão vinculados à roçagem e plantação de milho, feijão, mandioca, melancia, fundamentalmente, gêneros alimentícios que necessitam diariamente de rega.

A escolha dos municípios para qual ocorre a migração foi uma das perguntas feitas aos entrevistados. Zenildo¹⁴ disse que “sempre vem um conhecido primeiro, e com outro que já conhece o município fica mais fácil para se adaptar”. Umberto¹⁵ respondeu que “cidade pequena é melhor de sobreviver, quando você chega em São Paulo você não acha serviço que nem aqui”. Silvia relatou que essa escolha é feita por meio da indicação de familiares e/ou amigos que trabalham no corte e já fizeram a trajetória. Verifica-se, então, alguns motivos distintos, apresentados pelos entrevistados, para a decisão de migração para o município de Itapaci.

¹¹ Idem.

¹² Entrevistada realizada em 2021.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem

¹⁵ Idem

Juntam-se a isso os baixos salários, carência de emprego, precarização do trabalho e a necessidade da renda, conectando os elementos que irão dar as condições para que se materialize o processo de desterritorialização.

Tendo em vista que as dificuldades relacionadas ao trabalho no lugar de origem se mostram evidentes, é necessário que haja análise sobre as condições no lugar de origem para que ocorram essas migrações, relatadas pelos sujeitos entrevistados, e as condições de emprego que impulsionam os fluxos migratórios.

Parte das dificuldades apresentadas pelos migrantes está vinculada ao processo de modernização/mecanização do campo, que expulsam os sujeitos de suas terras, fazendo com que haja um número cada vez maior de trabalhadores disponíveis para vender sua força de trabalho, tanto no meio rural, quanto no urbano.

O aparato técnico-científico é fundamental para compreendermos o processo de modernização da agricultura, porém o cerne da questão está nas múltiplas formas de trabalho decorrentes, sob intensa precarização, e as articulações entre os trabalhadores expulsos da terra, que agora assumem novas funções na cidade, mas continuam como reserva de mão-de-obra para os empresários rurais, possibilitando repensar a relação cidade-campo. (MENDONÇA; THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 110).

Os municípios de origem dos trabalhadores entrevistados nem sempre possuem quantidade de postos de trabalho para atender à população local. No caso dos municípios de origem dos entrevistados, há a presença de uma porcentagem pequena da população ocupada¹⁶ em trabalhos formais, de acordo com dados do quadro 8. Verifica-se que, nos três municípios, o percentual de pessoas ocupadas não chega a 10% da população, nesse sentido, entende-se que a falta de emprego é dos fatores que impulsionam as migrações.

¹⁶ São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. (IBGE, 2021, p.sp.)

Quadro 8 - População absoluta e ocupada nos municípios de origem (2019).

Município	População ocupada	% da população ocupada	População absoluta *
Barra D'Alcântara (PI)	225	5,7 %	3947
Campo Formoso (BA)	5.554	7,8 %	71205
Coelho Neto (MA)	4.050	8,2 %	49390

Fonte: IBGE, 2019. Elaboração do autor. * Estimativa feita a partir do percentual da população ocupada.

O relato dos trabalhadores sobre as idas e vindas entre os municípios para onde realizam as migrações são diversos, sendo que há uma desterritorialização evidente que, além de ocorrer de forma espacial, também aparece nas falas desses sujeitos.

Apresentam falas críticas em que relatam as condições de trabalho nos locais de origem, a carência de condições adequadas para morar e sustentar as famílias. O entrevistado Xavier¹⁷ afirmou que no município de origem “é mais pecuária e agricultura, coisinha simples só”. Os cultivos, segundo ele, estão concentrados no arroz e feijão, os irmãos trabalham na roça e o cultivo principal é o arroz.

Os migrantes também relataram trabalhos na criação de galinhas, construção civil, segurança de lojas e mercados, no entanto, o salário no trabalho precarizado não atende a todas as demandas familiares.

Sobre a precarização do trabalho e a falta de trabalho nos locais de origem os entrevistados alegaram que existem dificuldades que se configuram como impulso para a migração. Sílvia¹⁸ assim se expressou: “lá, meu filho, quem trabalha na prefeitura ou é aposentado tem salário. Se não for, não tem salário nenhum. Lá não tem carteira assinada”. A fala de Sílvia, se refere ao município de Barra d'Alcântara – Piauí.

Percebe-se, então, que a quebra, mesmo que “temporária”, dos vínculos afetivos é um fator que dificulta e faz parte da decisão no processo migratório. Essa decisão, de acordo com a particularidade das famílias, pode ocorrer a partir das discussões sobre a quantidade de membros da família que irão participar da

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

migração, já que nem sempre há a possibilidade da migração coletiva, devido à necessidade de manutenção dos vínculos no território de origem, ou do preço acumulado das passagens. Contudo, alguns migrantes fazem o deslocamento junto com os familiares.

Sobre as condições de trabalho, os entrevistados esclareceram que, nos locais de “origem”, os salários são mais baixos, fator principal apontado para o estabelecimento do fluxo migratório. A busca por emprego e pelo registro em carteira está sempre presente na fala dos sujeitos, além dos valores baixos pagos pelas “diárias”, que, segundo a maioria dos entrevistados, estabelece abaixo de 50 reais.

As médias salariais para o trabalho no cultivo da cana no ano de 2019 foram de 1.498 e 1.245 reais em Itapaci e Rubiataba, respectivamente (BRASIL, 2019). Como a maioria dos trabalhadores do corte trabalham por produção os valores podem sofrer amplas variações, neste caso irão depender da quantidade de cana cortada. Esses valores são maiores do que as diárias referidas pelos entrevistados, que seriam em torno de 1200 reais caso o trabalho ocorresse de segunda a sábado, e não estão abaixo do piso salarial de 1.108 reais estipulado em convenção coletiva de trabalho – Álcool Goiás, e que não é remuneração mínima para os que trabalham por produção (MR017750/2019). No entanto os valores estão bem abaixo do rendimento médio brasileiro do trimestre de outubro, novembro e dezembro de 2019 que foi de 2.827 reais (IBGE, 2022).

A respeito das condições da precarização do trabalho no município de Campo Formoso – BA, Paulo¹⁹ de 45 anos, argumenta:

As condições não é boa não, não é muito bom de serviço. Lá tem muito ajudante de pedreiro, tem um garimpo, o melhorzinho é o garimpo na Serra da Parnaíba, o povo mexe mais é com irrigação. Lá não é bom de serviço paga pouco 50 reais, 60 reais uma diária.

Nesse sentido, a migração para o corte e, em alguns casos, para as plantações de cana-de-açúcar, se apresenta como a alternativa mais viável para a manutenção da renda familiar.

Os entrevistados afirmaram que no município de origem a possibilidade de trabalho tem uma duração anual muito curta e que as opções são limitadas,

¹⁹ Entrevista realizada em 2022.

apresentam também que, no município de Itapaci-GO, a quantidade de trabalho é maior do que nos locais de origem.

Em uma das entrevistas com trabalhadores que dividem o aluguel de uma casa em Itapaci, responderam algumas perguntas de forma conjunta, complementando as respostas dadas inicialmente. Sobre os trabalhos exercidos no lugar de origem, responderam que trabalhavam na “roça” com plantios diversos, tal como milho, feijão e mandioca. Relataram que às vezes a Prefeitura Municipal de Isaias Coelho – Piauí compra os alimentos para distribuí-los na merenda escolar.

Sobre as motivações de migrar para o município de Itapaci, as respostas dos entrevistados são distintas; alguns, com o intuito de juntar dinheiro e voltar para o município de origem, outros não pensam em voltar, mas continuar no município de Itapaci pela necessidade de trabalho. Para o casal Túlio e Queren²⁰, após acumular um dinheiro, devem voltar para o território de origem. Queren afirma que a migração ajuda “para construir nossa casa lá, aqui com essa condição de trabalho que ganha mais, fica mais fácil de construir”.

As redes sociais, para contactar amigos e parentes que já trabalhavam no local de destino, de acordo com os entrevistados, foram preponderantes na escolha do município para o qual houve o deslocamento. Sobre a escolha de Itapaci, Túlio²¹ relata que antes vieram os familiares: “primeiramente foi meu pai, mas com o tempo foram os amigos. Meu pai trabalha aqui, meus irmãos vieram primeiro. Alguns resolveram voltar [para a cidade de origem]”. Na década de 1990, o pai de Túlio trabalhou em uma agroindústria canavieira no Mato Grosso, foi a primeira migração de Túlio que nessa época ainda estudava. Como a empresa em Mato Grosso foi desinstalada, o pai de Túlio migrou para Itapaci.

Paulo²² migrou para o trabalho no corte da cana por indicação de um amigo. Trabalhavam juntos no garimpo do município de Campo Formoso-BA.

Tem um amigo meu que trabalhou no garimpo e me falou sobre as canas pra cortar, me ligou do orelhão, na época só tinha o orelhão. Foi e me ligou pra mim vim, achei bom demais. Esse meu amigo continua, efetivou na usina lá de Rubiataba, comprou carro, trabalha de boa, não tem plano de ir pra lá não [local de origem]”.

²⁰ Entrevista realizada em 2021.

²¹ Idem.

²² Entrevistada realizada em 2022.

Os trabalhadores mais jovens do corte da cana, de 23 e 27 anos, estão fazendo a migração pela primeira vez. Já os mais experientes, com idades entre 33 e 52 anos, já fizeram o deslocamento mais de uma vez, alguns estiveram anteriormente para o município de Itapaci, outros já estiveram em outros estados da federação.

O entrevistado Umberto²³, de 52 anos, relatou que se desloca à procura de trabalho desde 1988. Começou indo para São Paulo, já foi também para Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso (Cuiabá). Quando era mais jovem, mantinha uma maior rotatividade de migração, se deslocava entre os municípios com maior frequência. Dentre os locais em que já esteve trabalhando, Itapaci é o lugar onde permanece por um maior período ininterrupto, desde 2019.

Os trabalhadores Zenildo e Xavier²⁴, que nasceram em Campo Formoso e moram na mesma casa em Itapaci, relataram que estiveram trabalhando no corte da cana nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia.

Umberto disse não ter vontade de voltar a trabalhar nas grandes metrópoles. “Rio e São Paulo é mais corrido. A vida de São Paulo é corrida demais. Você sabe né, os custos das coisas”. Paulo argumentou que já pensou em ir para uma grande cidade, mas quer encontrar alguém que queira ir com ele. Se tivesse uma oportunidade já teria ido para uma cidade maior para, segundo ele, se desenvolver mais. “Já fui pra Minas pra trabalhar em cafezal, na época era mais tranquilo, eu era mais novo e solteiro. Eu tinha uns 21 anos, fiquei 5 a 6 meses. De lá eu voltei para Campo Formoso, voltei pra trabalhar no garimpo”.

As opiniões sobre os locais de destino e como ocorre o gasto do salário, muitas vezes divergem entre os entrevistados. O que se mostrou comum, como descrito no primeiro capítulo, foram as ausências de condições necessárias no local de origem: de trabalho; de água para a irrigação dos cultivos; de terras férteis para a plantação; e a esperança de uma vida melhor. A perspectiva histórica que se aproxima dos trabalhadores foi importante para perceber as opiniões e as várias interpretações dos entrevistados sobre o fenômeno migratório. Em comum também possuem a busca pelo emprego.

²³ Entrevistada realizada em 2021.

²⁴ Idem.

A precarização do trabalho rural e a migração em busca de emprego ocorre nas grandes lavouras de cana-de-açúcar, mas também em outros cultivos, como por exemplo o café plantado em 1990 na região de Cerrado do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba (CARMO, 2008). O trabalho temporário para essas monoculturas gera uma migração de pessoas que saem dos seus locais de origem, evidenciando uma desterritorialização caracterizada pelo afastamento dos trabalhadores de seus familiares.

Esses trabalhadores, para realizar o trabalho temporário da safra, deixam suas famílias em sua região de origem e procuram na atividade sazonal uma complementação de sua renda, entre outras possibilidades. Assim, permanecem na região produtora de café entre dois e cinco meses, normalmente entre os meses de maio e setembro, variando de acordo com o ciclo produtivo do cafeeiro, podendo ser maior em um ano e menor no ano seguinte. (CARMO, 2008, p. 43).

As falas dos trabalhadores demonstram que a migração é feita por busca de trabalho e melhores condições salariais, no entanto a cidade de destino, no caso Itapaci, oferece um trabalho precarizado no corte da cana. De acordo com os trabalhadores, ainda é melhor que as condições trabalhistas nos locais de origem.

O processo migratório para as safras da cana ocorre entre os membros de famílias com poucos recursos financeiros, ou seja, as famílias mais empobrecidas. É comum o relato de trabalhadores que disponibilizam parte dos salários para os familiares, e se mantêm com o que conseguiram acumular no período da safra ou que procuram outros empregos no período da entressafra. De acordo com Zenildo, Xavier e Valmir²⁵, alguns trabalhadores conseguem guardar o dinheiro ganho ao longo do ano, outros gastam tudo com festas e bebidas.

Constata-se, por um lado, uma precarização do trabalho no território de origem, o que impulsiona o fluxo migratório. Observou-se que as condições de trabalho são escassas e que os rendimentos dificultam a possibilidade da aquisição de bens e mercadorias para as famílias empobrecidas. De igual modo, a precarização do trabalho também ocorre no território de destino, em um trabalho, de modo geral, temporário, desgastante e exaustivo.

²⁵ Entrevistada realizada em de 2021.

Nesse sentido, compreende-se que as questões relacionadas às migrações possuem sempre um caráter amplo, complexo e particular. Observar as migrações como uma escolha espontânea do sujeito de se deslocar para um lugar que lhe possibilite uma vida melhor não mostra o quanto a desigualdade de oportunidades do sistema capitalista lucra com essas migrações.

2.3 O ingresso do migrante no trabalho precarizado em Itapaci-GO.

O trabalho precário, muitas vezes, será a alternativa, quando se analisam as possibilidades de camponeses desterritorializados, que têm de buscar ocupação e renda em territórios distintos de seu nascimento ou de onde vive a algumas dezenas anos. A dureza do trabalho também é fator preponderante e demonstra o quanto a estrutura capitalista, que valoriza a competição e o acúmulo de dinheiro por parte ínfima da sociedade, é danosa para os assalariados. A busca e a execução do trabalho colocam os proletários em situações precárias.

Nos deslocamentos de camponeses para outros lugares, muitas vezes distantes de sua terra natal, várias podem ser as motivações para sair, sendo que uma das mais relatadas – principalmente quando o que está em pauta são populações carentes de recursos econômicos –, é a busca de dinheiro fora para comer sempre no mesmo lugar. (NOGUEIRA, 2008, p. 07).

A microrregião de Ceres possui uma grande quantidade de empresas da agroindústria canavieira. A atividade relacionada ao corte da cana ainda é feita de forma manual em municípios da região, com destaque para Itapaci, Rubiataba e Carmo do Rio Verde, que ainda utilizam grande volume de cana cortada de forma manual. Já o município de Goianésia a colheita da cana-de-açúcar é 100% mecanizada (SILVA, 2015).

O trabalho no corte da cana manual é muito desgastante fisicamente, além disso, o valor do pagamento, feito por metro de cana cortada, varia de acordo com a qualidade da cana colhida. Em locais planos, a cana é mais pesada, com maior quantidade de caldo, tendo um preço de venda maior. Já em locais íngremes e com solos rochosos o peso da cana é menor, o que gera renda mais baixa para o trabalhador (SILVA, 2015).

De acordo com os entrevistados, as empresas fornecem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs): luvas, chapéus, botas e uniforme. Entretanto, as condições no momento de execução das tarefas, mesmo com os equipamentos de proteção e com a ingestão contínua de água, levada em garrafas térmicas, continuam extenuantes. Muitos sentem dores físicas no momento da execução do corte da cana, ou após o expediente, a partir da diminuição de frequência cardíaca.

Nas entrevistas, foi relatada a rotina do corte nas lavouras de cana, em sua maioria, arrendadas 93% e 70%, respectivamente, pela Cooper Rubi e Vale Verde (FERREIRA, 2010). Para os entrevistados, a rotina de trabalho é muito exaustiva, havendo casos de câimbras em várias partes do corpo, inclusive no abdômen. No texto de Silva, Verçova e Bueno (2010, p.265) os trabalhadores relataram as dores abdominais provenientes da execução das tarefas.

Durante a realização do corte manual da cana-de-açúcar, muitos trabalhadores são acometidos pela chamada “câimbra de nó” Um dos trabalhadores apresentou a seguinte descrição da sensação provocada pela câimbra de nó: “a dor vai entrando pelo pé e aos poucos vai subindo por dentro do corpo como se fosse um inseto. Eu sinto como se tivesse um bolo se formando no estômago, por isso chamam de câimbra de nó”.

Os trabalhadores que sofrem com câimbras intensas nas pernas são chamados de canguru, pelo fato de mancarem após longas jornadas de trabalho. Em alguns trechos dos depoimentos de Zenildo, Xavier, Valmir²⁶ e Túlio²⁷, são relatadas que as dores acontecem, geralmente, no final da jornada de trabalho: “a pessoa se acostuma com o trabalho, mas não é bom. Quando para dói. A dor vem a noite quando o sangue esfria”.

O desgaste dos trabalhadores da usina Vale Verde, em Itapaci, aparece também na pesquisa de Silva (2015), que analisou as condições de trabalho em um clima quente e com pouca umidade, característica do Centro-Oeste brasileiro.

Os calos nas mãos, o equipamento pesado, a baixa umidade relativa do ar, as cinzas do canavial queimado e o calor escaldante das tardes secas dos meses de maio a outubro,

²⁶ Entrevistada realizada em 2021.

²⁷ Idem.

tornam essa atividade, em termos de esforço físico, muito penosa (SILVA, 2015, p.78).

Os entrevistados relataram que fazem duas a três pausas de intervalos ao longo do dia para descanso e refeições e outras necessidades físicas. As atividades, de acordo com Zenildo, Xavier e Valmir²⁸, geralmente, têm início às 7 horas e finaliza às 16 horas, a depender da distância e deslocamento para os canaviais. Contabilizando, em média, um total de 7h e 45 minutos por dia, de segunda a sexta e, aos sábados, o período de trabalho é das 7h às 11h. Na maioria das vezes os trabalhadores participam de dois intervalos de ,15 minutos, das 9h às 9h e 15 minutos (para o descanso, e tomar solução hidroeletrólítica). O outro momento se dá entre 11h às 12h, uma hora para o almoço.

Nesse sentido, é importante pensar na redução da jornada de trabalho, em um momento social em que há uma expansão no número de migrações, necessária para o aumento da empregabilidade e para a melhora da saúde do trabalhador, sujeito fundamental no processo e manutenção das práticas canavieiras.

Se o fundamento das ações sociais for voltado radicalmente contra as formas de (des)sociabilização e mercadorização do mundo, a batalha imediata pela redução da jornada ou do tempo de trabalho se tornará inteiramente compatível com o direito ao trabalho (em jornada reduzida e sem redução de salário) (ANTUNES, 2005, p.65).

A necessidade de garantir a renda mínima ou aumentá-la força os migrantes do plantio e corte da cana a buscarem adaptação àquela rotina. As condições do ofício são severas e muitas vezes o que gera o alento psicológico para continuar na atividade é a ideia de conseguirem acumular algum dinheiro e a esperança de que precisam aceitar essas condições, apenas por alguns anos.

O avanço tecnológico inserido na agroindústria canavieira não melhorou a qualidade do trabalho no corte da cana manual. Verificou-se aumento de produtividade e do corte, tanto das máquinas como do corte manual, no entanto o aumento dos rendimentos salariais para os trabalhadores não é perceptível.

²⁸ Idem.

Podemos estabelecer uma relação entre, de um lado, o avanço científico, tecnológico, lucros exponenciais e, de outro, o rebaixamento do preço da força de trabalho, o aumento da precariedade das condições de trabalho e de moradia, dos níveis de intensificação da exploração e do aviltamento dos direitos trabalhistas e humanos. (SILVA, 2008, p.34).

Compreende-se que essa estrutura de acumulação do capital tem evoluído propositalmente, com o intuito de aumentar a concentração da renda e diminuir os direitos sociais. Essa característica que se consolida no final do século XX e início do XXI já tinha raízes a partir das reformas instauradas pelo neoliberalismo. (SILVA, 2008).

Os migrantes que labutam no corte da cana não possuem estabilidade no emprego, já que os contratos, de modo geral, são estabelecidos de modo temporário. Essa situação trabalhista, que caracteriza o precariado. Túlio²⁹ relatou que inicialmente trabalhou na empresa Vale Verde por dois anos e atualmente está empregado na empresa Cooper-Rubi pelo mesmo período; nas duas empresas a sua remuneração salarial ocorreu por produção (todos os entrevistados disseram trabalhar por produção).

Sobre o trabalho temporário, Túlio relatou que mesmo sendo um trabalhador com contratação temporária, vê vantagens nesta forma de contratação por ter possibilidades de sair da empresa quando quiser, “efetivo a pessoa morre trabalhando, não tem previsão de sai. A pessoa pode tá velhinho, morrendo, mas eles não manda embora”. Nesse caso, os trabalhadores recebem o salário de acordo a quantidade de metros de cana cortada. Umberto³⁰ também relatou que o valor pago pela usina Cooper-Rubi ocorre de acordo com a quantidade de cana cortada “eu ganho pela minha produção, se trabalhar menos cai menos [dinheiro], se trabalha mais cai mais. O salário fixo é mais pra quem trabalha na irrigação”. Sobre a contratação temporária, Umberto disse que os contratos são renovados anualmente, caso o trabalhador queira continuar na empresa.

O salário por produção de cana cortada, para a maior parte dos trabalhadores, é mais vantajoso em termos econômicos, principalmente para os que possuem melhores capacidades físicas e mais experiência no corte, no

²⁹ Idem

³⁰ Idem

entanto o grau de esforço físico é muito elevado, gerando problemas de saúde ao longo da vida. Conforme disse Albuquerque (2016), “o corte da cana é uma atividade marcada pelo sofrimento. As duras jornadas de trabalho, realizadas embaixo de sol escaldante, deixa marcas no corpo e na subjetividade do trabalhador”.

As chances de reivindicações, por melhores condições de trabalho, são diminuídas pelo fato de não haver vínculos consolidados no local de destino e pela necessidade de manter no emprego. Lourenço (2012, p. 181) corrobora ao afirmar que “a distância de familiares e da terra de origem, somada às adversidades da viagem, implicam sempre menor chance de retorno imediato e, portanto, de maior subordinação as imposições do capital”.

A estrutura do sistema capitalista tem como característica a competição, não gerando oportunidades de emprego para a totalidade dos sujeitos, a ponto de os migrantes, mesmo exercendo um expediente estafante, se sujeitam a essas práticas por não possuírem perspectivas nos locais de origem.

Um fator que tem ditado o ritmo do corte da cana-de-açúcar e precarizado ainda mais as condições de qualidade de vida do trabalhador é a mecanização. Ao aumentar a produtividade no corte da cana, as máquinas criam outros parâmetros de produção, que não podem ser alcançados pelos humanos, mas que intensifica a cobrança por eficiência.

[...] No que se refere ao corte da cana, as mudanças ocorreram muito recentemente, embora a introdução da queimada nos canaviais, para a despalha, diminuiu um pouco o esforço humano. No entanto, esse esforço foi anulado com o aumento da produtividade do trabalho que, segundo estimativas, saltou de três toneladas por dia, na década de 1960, para cerca de 12 na década de 1990 e 14 nos primeiros anos do século XXI. (BUNDE, 2017, p. 190).

Fato esse que, segundo o autor, também tem relação com a instauração do corte por produtividade. A mecanização também tem influenciado na diminuição de postos temporários de trabalho no Centro-Oeste brasileiro. A implementação cada vez mais intensa de máquinas, aumenta a produtividade dos cultivos e pressiona os trabalhadores a serem mais produtivos, numa disputa entre o ser humano e a máquina.

Inicialmente, havia postos de trabalho, já que a abertura do Cerrado pelas empresas rurais carecia de mão-de-obra. Todavia, à medida que implantavam os cultivos modernos e mecanizados, eliminavam os trabalhadores, contratando temporariamente, no plantio e na colheita, mas apenas em alguns cultivos. A adoção de implementos agrícolas modernos pode ser observada, por exemplo, na colheita do feijão. Há anos os empresários rurais tentam eliminar os trabalhadores temporários nessa atividade sem conseguirem êxito. Após vários experimentos, está em desenvolvimento, um implemento agrícola que consegue colher cerca de cinco ha de feijão por dia, eliminando cerca de 30 jornadas de trabalho diariamente. (MENDONÇA; THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 114).

Assim como nas indústrias, o desconhecimento das etapas de produção no campo distancia o trabalhador do produto e do processo produtivo. A transformação em produtos fisicamente distintos dos originários dificulta o entendimento de participação no processo, no entanto, mesmo com a consciência do seu papel, o trabalhador está sendo substituído pela plantação e corte de cana mecanizados.

No contexto atual o pacto feito entre as classes distancia o trabalhador do produto final. No que tange ao trabalhador livre, essa socialização tem um desdobramento igualmente necessário, que está ligado ao trabalho alienado. Executar uma tarefa - realizar o ato do trabalho -significa, no caso das relações de classe, realizar uma tarefa sem se apropriar de seu produto. A submissão da vontade do trabalhador ao ato do trabalho faz-se por meio da submissão a regras, controle e normas produzidos no processo produtivo. Essas formas de controle definem as relações de produção como relações de produção do controle. Controle da produção, da produtividade, do trabalhador. (SILVA, 1999, p.110).

A alienação do trabalho é uma maneira utilizada pelo capital para que o trabalhador não se sinta pertencente ao produto que ajudou a produzir. Nesse sentido, o lucro da produção não estará no seu pensamento, mas apenas a venda da sua força de trabalho.

Desloca-se a contradição do espaço da fábrica para o espaço do mercado, o que resulta na alienação do trabalhador do produto do seu trabalho, transsubstanciado no fetiche da mercadoria. O capital, voltado para todo o circuito do processo produtivo, faz do trabalho alienado instrumento vital da dominação de classe. Esse processo se completa na medida em

que se articula ao movimento contraditório dos mecanismos legitimadores da alienação do trabalho e põe em prática suas estratégias espaciais com o intuito de ordenar e cimentar sua hegemonia no conjunto do tecido social. (MENDONÇA; THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 116).

O trabalhador do corte da cana possui rotina extenuante, que gera um intenso desgaste corporal. A necessidade em manter a renda faz com que exerçam esse tipo de atividade com as condições a que são oferecidas. Com o aumento da mecanização, haverá diminuição dos postos de trabalho, gerando o desemprego para esses sujeitos, migrantes ou não. É a precarização física e econômica da população pobre, em uma estrutura de concentração de renda, no qual as oportunidades de emprego são limitadas. Ao contrário, em um sistema com menos concentração de renda e mais oportunidades, essa situação de precariedade não existiria. O aumento da mecanização não iria gerar problemas de emprego e de desgaste físico caso o número de empregos fosse suficiente.

Outra situação que gera dificuldades ao trabalhador está associada aos vínculos territoriais estabelecidos no local de destino, sendo que as redes sociais são formas e instrumentos fundamentais para o estabelecimento e manutenção das relações. Há a necessidade do estabelecimento do direito mais justo para o precariado migrante de maior apropriação dos equipamentos e vínculos sociais para uma maior inserção e relações efetivas de cidadania.

CAPÍTULO 3 – OS MIGRANTES E A DIFICULDADE EM ESTABELECEREM VÍNCULOS TERRITORIAIS COM O MUNICÍPIO DE ITAPACI

É importante entender quais os vínculos territoriais estabelecidos no município de destino, facilidades ou dificuldades de estabelecimentos desses vínculos, os preconceitos e a necessidade de redes sociais de apoio que dão suporte ao migrante. Nesse sentido, será mostrado como ocorre a apropriação do espaço da cidade, e como, na prática, o estabelecimento da reterritorialização não é estabelecido de modo efetivo.

O entendimento de que o migrante possui particularidades para o fluxo é evidente, no entanto, é fundamental compreender que o modo de produção capitalista faz com que haja desterritorialização dos sujeitos e uma dificuldade no estabelecimento da reterritorialização, apropriações e vínculos territoriais, contribuindo para o trabalho em postos precarizados.

O preconceito vinculado ao trabalhador do corte da cana-de-açúcar pode ocorrer, principalmente, por conta da condição socioeconômica, tipo de trabalho que ele exerce, por sua região de origem, por suas vestimentas, por sua etnia, entre outros. No caso de postos de trabalho, observados na pesquisa de campo, que sejam considerados de maior prestígio social: juízes, professores, químicos, enfermeiros entre outros, as formas de segregação por parte da população local são amenizadas ou mesmo inexistentes.

Contudo, se o trabalho do migrante não possui esse *status* e condições econômicas favoráveis, que é o caso dos plantadores e cortadores de cana-de-açúcar, o estabelecimento de muros, ao invés de pontes, se torna mais evidente, como será exposto a seguir.

No sentido de comparação, a extensão territorial do país nos faz refletir sobre as similaridades das migrações internas e as migrações internacionais. É possível perceber que, para o fluxo de capital e de produtos, são estabelecidas pontes e facilidades provenientes de uma relação imbricada entre o poder privado e o Estado, a exemplo dos programas de desenvolvimento Fomentar e Produzir, que incentivaram e incentivam a manutenção da agroindústria canavieira na microrregião de Ceres. Para o fluxo de pessoas muitas vezes são estabelecidas barreiras, a depender de quais sujeitos irão participar da dinâmica territorial.

Ainda que as fronteiras tenham se tornado mais abertas para a circulação do capital financeiro ou para fluxos de mercadorias (estes, muitas vezes, dentro uma “reterritorialização” em termos dos chamados blocos econômicos), elas geralmente têm se fechado para o fluxo de pessoas. (HAESBAERT, 2014, p. 248).

É possível evidenciar também preconceitos relacionados ao tipo de vestimenta, ao modo de falar, vários interrelacionados ao lugar de origem, classificando os migrantes em “caixas”, sem observar suas individualidades. Uma dessas generalizações recorrentes no município de Itapaci é a identificação dos trabalhadores migrantes por meio do gentílico maranhenses ou baianos.

Sendo assim, o estabelecimento de vínculos territoriais não é uma tarefa simples para os migrantes, principalmente os nordestinos, que trabalham no corte da cana. A seguir serão apresentados exemplos das relações estabelecidas pelos trabalhadores migrantes no município, e como suas ações são importantes para se manterem como sujeitos ativos do processo migratório.

Nem sempre os moradores locais mostram atitudes acolhedoras. De acordo com as entrevistas, alguns são receptivos, porém, outros possuem um discurso de antipatia ou mesmo de repulsa, no qual culpabiliza os que moram de modo intermitente na cidade, ou que ainda não se estabeleceram por algumas décadas, por alterações cotidianas que fazem parte da dinâmica de todas as cidades.

3.1 Formas de rejeição e preconceitos contra o migrante.

As formas de preconceitos se mostram evidentes quando se trata dos trabalhadores migrantes empobrecidos do Nordeste do país. Segundo Albuquerque (2012, p. 11), preconceito “é um conceito apressado, uma opinião [...] uma caracterização, que vem antes de qualquer esforço verdadeiro no sentido de se entender o outro, o diferente, o estrangeiro, o estranho, em sua diferença e alteridade”.

Não é exclusividade da região Nordeste o estabelecimento de limites territoriais, estabelecimento de fronteiras e a criação de identidades regionais. As regiões e estados do país também passaram e passam por esse processo,

tendo em vista a dinâmica e as relações de poder estabelecidas nos territórios que dependem, nesses casos, de interesses econômicos e políticos.

O estado de Goiás³¹, por exemplo, teve sua regionalização e apropriação vinculada às áreas mais propensas para o estabelecimento das atividades ligadas à modernização conservadora do campo e, posteriormente, a instalação do agronegócio.

Em um contexto de crise econômica estabelecida no final do século XIX, as economias do Norte, principalmente a parte que ainda não tinha sido classificado como Nordeste, estava em crise. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012).

Além disso, no início do século XX, houve a crescente centralização de investimentos econômicos voltados para as lavouras de café, cuja maior concentração estava na região Sudeste. A parte norte do país que exportava, principalmente, açúcar e algodão estava com dificuldades na comercialização de seus produtos, e dentro do país não conseguiu investimentos do governo central.

De acordo com Albuquerque (2012), nesse período o Nordeste passou por uma seca de ocorrência cíclica, que atingiu principalmente os pequenos e médios produtores, mas também os grandes. A partir desse fenômeno, foi criada a denominada “indústria da seca” que teve como principal objetivo manter recursos financeiros vindos do governo central para os investimentos econômicos, sendo usada como motivo para a aquisição de dinheiro, como estratégia política, e não para amenizar a crise hídrica, recorrente, que afligia muito mais os pequenos proprietários e os trabalhadores rurais.

A partir do estabelecimento da República e do fim do tráfico de escravizados oriundos de países do continente africano, o Nordeste, que ainda não tinha começado um forte processo de industrialização, acumulou perdas econômicas ainda mais significativas.

Nessa época, houve o revezamento entre as forças oligárquicas que detinham o poder, e estabeleciam as escolhas presidenciais, foi a chamada política do “café com leite”, na qual São Paulo e Minas Gerais dominavam o cenário político (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012).

As demandas das oligarquias do Nordeste não estavam sendo atendidas pelas oligarquias do Centro-Sul. Entretanto, uma brecha se abre numa briga e

³¹ Ver item 1.3. Planos de territorialização: apropriações de terras no Centro-Oeste e migrações para o Goiás.

posterior acordo entre Minas e São Paulo, eles escolhem um presidente “neutro” que seria fácil de manipular. Porém, o novo presidente, Epiácio Pessoa, utilizou-se do cargo para viabilizar obras e estruturas do Estado contra a seca. É criado o órgão Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) em 1919 e “é justamente no documento de criação desta Inspetoria, ao definir sua área de atuação, que o termo Nordeste aparece. O Nordeste nasce, portanto, associado à ocorrência do fenômeno das secas [...]” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012, p.101).

A questão migratória dos nordestinos para o Norte e Sudeste foi bastante pautada pelo modo de tratamento dos trabalhadores, estabelecidos como os pertencentes ao território e os de fora. Esses fluxos se intensificaram a partir do ciclo da borracha na Amazônia, e posteriormente, com a atividade cafeeira no Sudeste brasileiro.

A classificação da região como Nordeste só ocorreu, oficialmente, no ano de 1941, pelo IBGE. Percebe-se que essa passou por um processo de consolidação que remete ao século XIX. Devido às crises econômicas que dificultaram a exportação de produtos nordestinos, entre outros fatores que serão expostos no decorrer deste tópico, a região começou a ser taxada como uma “terra de poucas oportunidades”.

O entendimento de que a seca seria o principal motivo de atraso da região mascara as crises econômicas e sociais. Com o aumento do fluxo migratório para o Sul e Sudeste, que se intensificou a partir de 1930, o pensamento vigente era de que todos que migravam do Nordeste eram flagelados da seca, que reverbera até hoje, e não se atentava/atenta para os reais motivos que impulsionaram a migração e do papel fundamental dos trabalhadores como protagonistas da estruturação e das funções das fábricas e das cidades (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012).

Quanto ao preconceito e à criação de estigmas, é possível identificar referências a esses “comportamentos”. Albuquerque mostra que no início do século XX, as teorias eugenistas estão presentes no Brasil. A migração, principalmente de italianos, para mão de obra no período de avanço da industrialização, também foi uma maneira de embranquecer a população. Quando no ano de 1939, começou a aumentar o fluxo de nordestinos para o

sudeste brasileiro, já havia atitudes de desqualificação de pessoas por conta da cor da pele.

Este discurso racista dará origem, inclusive, a um saber que se nomeará de eugenista, ou seja, o estudo da composição racial dos povos, que teria como consequência a prática da eugenia, ou seja, a adoção de medidas que visassem a melhoria da raça humana, oferecendo as condições mais propícias para sua reprodução saudável e dentro de padrões racialmente predefinidos. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012, p.35).

Junta-se a isso a concorrência pelos postos de trabalho, o fluxo de migrantes nordestinos é intenso, e as noções estabelecidas, primordialmente, pelas elites nordestinas, cujo objetivo foi tratar a região como flagelada, tem sua consolidação. Houve a junção de elementos que constituem o preconceito contra os nordestinos.

No caso dos migrantes que se deslocavam de vários estados do Nordeste para São Paulo, o estigma, como forma de classificação, utilizado era o de “baiano” e no Rio de Janeiro de “paraíba”, esta homogeneização dos indivíduos ocorreu de forma padronizada, sem observar suas individualidades. É um estigma, ou seja, uma marcação que perdura também na atualidade.

No caso da pesquisa, a fala de Victor³², ex-funcionário das usinas canavieiras, revela a forma de se referir aos trabalhadores que vêm de outros estados para o município de Itapaci. “Eu trabalhei muito com os maranhenses [referência feita aos trabalhadores com o qual teve contato], antigamente vinha mais de 200, mas hoje diminuiu muito”. Por meio de dados do IBGE (2021), entrevistas e observações de campo, foi possível averiguar que existem migrantes nascidos no estado do Maranhão e Bahia, mas também Piauí, Alagoas, Pernambuco e Sergipe, e que características como a fala, por exemplo, tem distinções, a depender de cada estado, de cada microrregião dos estados e das trajetórias migratórias dos trabalhadores. A classificação dos trabalhadores como um grupo uniforme não se materializa na realidade.

No município de Itapaci, os sujeitos que migram dos estados da região Nordeste, para os trabalhos no corte da cana, consideradas atividades de menor prestígio social, são chamados de “maranhenses” e “baianos”.

³² Entrevistada realizada em 2021.

Parece estar consolidado um padrão, não há mais como negar a imposição, a partir dos locais de recepção de migrantes, de um estereótipo do migrante nordestino. Ora são todos igualmente “paraibanos” (no Rio de Janeiro), ora “bairanos” (em São Paulo), ora ainda “paus-de-arara”, expressão significativa por remeter aos caminhões nos quais chegam, amontoados, ao Sudeste. São, todas essas, designações que buscam equalizar os nordestinos que têm uma rica e diversa cultura regional reduzida ao denominador comum da migração em condições humilhantes”. (PÓVOA NETO, 1994, p. 22).

Na pesquisa de campo feita na Escola Municipal de Itapaci, foi requerido pelo pesquisador o local de origem dos estudantes para uma análise inicial, anterior a utilização de dados do IBGE, sobre o local de origem de seus pais. Os dados específicos não foram coletados por não estarem digitalizados. No entanto a fala do funcionário da escola demonstrou como o gentílico maranhense é usado para classificar e generalizar o lugar de nascimento dos trabalhadores do corte da cana oriundos do Nordeste. Quando perguntado sobre a origem dos estudantes que não são naturais do estado de Goiás o funcionário respondeu: “Aqui tem menino de todo lugar, a maioria deles vem com os maranhenses ³³, que cortam cana.”

Esta classificação demonstra a forma como parte da população estabelecida em Itapaci se refere aos trabalhadores migrantes, mesmo que tenham vindo de outros estados são chamados de maranhenses ou bairanos, o que dá a falsa impressão de que todos possuem os mesmos costumes e tradições. Evidencia-se, assim, a cultura da homogeneização, o desrespeito à individualidade dos trabalhadores.

Efetivamente, há uma idealização consolidada no pensamento nacional, de parte dos que não são nordestinos, de que os migrantes nordestinos se configuram como sujeitos que, para o senso comum, vem de uma mesma localidade.

Ao contrário da esperada profusão de sentidos, todavia, o que se percebe é a cristalização imagética, ou seja, a redução das complexidades a alguns fragmentos de Nordeste e a tipos de “nordestinos”, reducionismo próprio da consolidação de estereótipos (SILVA, 2016, p. 35).

³³ Pesquisa realizada na Escola Municipal de Itapaci em outubro de 2020.

O fato de manter os estereótipos por conta do local de origem, muitas vezes, se junta à qualificação e ao trabalho desenvolvido pelos sujeitos, e está presente também no imaginário da população. A classificação dos migrantes, que antes ocorriam com maior intensidade para o Sudeste brasileiro, e que, atualmente, buscam por trabalho no município de Itapaci, chamados de maranhenses e baianos, são um exemplo do processo de enraizamento desse estereótipo.

É possível então, perceber uma negação de determinados corpos no território, os que são indesejáveis, em discursos que na maioria das vezes não são diretos e abertos, mas sim mascarados pela utilização de piadas, manifestações corporais e formas mais “sutis” de externalização do preconceito. Práticas que também se relacionam às formas de controle territorial evidenciada pelos grupos sociais estabelecidos a mais tempo no território (ADRIÃO, 2016).

Alguns moradores estabelecidos classificam os migrantes como sendo os de fora. Existindo formas de tratamento que tem como objetivo marcar de onde vieram os trabalhadores e menosprezar o fato de sua territorialização na cidade. Constatou-se em locais públicos falas de moradores estabelecidos que vinculam algumas atitudes, como barulhos em excesso e conversas em alto volume, aos migrantes nordestinos de baixa condição socioeconômica. Inicialmente, as falas dos entrevistados não revelaram a existência de preconceitos, mas, ao longo das conversas, foi possível averiguar formas de preconceito contra os trabalhadores migrantes, conforme depoimento do Paulo³⁴.

O pessoal aqui nunca me tratou mal, graças a Deus. Mas já vi os outro ser maltratado, tem uns que chamam os cara de, terra seca, vem de não sei de onde pra dar trabalho, fica maltratando. Comigo ninguém, chama de terra seca, porque se falar eu já tampo logo. Risos.

A fala do entrevistado mostra como os preconceitos aparecem nos discursos e como retratam uma carga negativa contra os trabalhadores migrantes. Esse preconceito já estava presente em décadas anteriores, em 1939 foram apresentados *slogans*, em São Paulo, contra a migração de nordestinos para o sudeste dizendo para os migrantes voltarem para suas terras (PÓVOA NETO, 1994).

³⁴ Entrevistada realizada em 2022.

Percebe-se que a renda e a função do trabalhador influenciam na forma de vínculo e apropriação do território, interagem socialmente e possuem redes de amizade, esses possuem práticas culturais jogando sinuca, criando redes sociais, se divertindo e se apropriando de algumas partes da cidade, que é acessada de acordo com o prestígio social e aquisitivo, ou seja, o acolhimento da cidade segue a lógica da cidade “burguesa”.

Mesmo que nas entrevistas o preconceito, em um primeiro momento, não seja descrito claramente pelos trabalhadores, na prática, as falas de menosprezo aparecem no cotidiano. Percebeu-se nas entrevistas que as respostas de perguntas sobre preconceito e discriminação foram respondidas, pela maioria dos entrevistados, de forma rápida sem muita reflexão. Entende-se que esse fato ocorre pela dificuldade em tratar desses temas, que podem gerar discordâncias.

Os entrevistados Zenildo, Xavier e Valmir³⁵ que possuem como lugar de origem o município de Isaias Coelho, no estado do Piauí, disseram terem sido vítimas de preconceito, não quanto a cor da pele, mas por serem quilombolas e terem terras para trabalho e moradia. Relataram que, quando chegam para o trabalho no corte da cana, os outros trabalhadores os classificam como “escravos”³⁶, por serem descendentes de quilombolas, e que esta situação causa constrangimento. “O povo acha que quilombola é escravo, nós não somos escravo não”.

O preconceito contra a etnia negra está estruturalmente enraizado em toda a sociedade brasileira, no entanto para os trabalhadores negros e empobrecidos, a carga de preconceito se estabelece de forma ainda mais intensa. Quando os trabalhadores não quilombolas associam esses à escravidão, não consideram o aspecto do negro que foi escravizado e possui terras de seus descendentes que foram escravizados, mas, de forma errônea, consideram o negro como “escravo” em função da terra que possuem e da cor da pele.

Opressão combinada e segmentação étnico-racial do trabalho reforçam os estigmas da cor, do preconceito num país em que, frequentemente, se mascara (inclusive os analistas) a discriminação étnico-racial negando, assim, uma história de quase quatro séculos de escravidão. (SILVA, 1999, p. 237).

³⁵ Entrevistada realizada em 2021.

³⁶ Termo em desuso devido a sua carga semântica de estereótipos e preconceitos.

Vê-se, pois, que a dita democracia racial não existe; o preconceito vinculado à cor da pele e à relação do negro a sujeitos subalternizados e de menor valor ainda ocorre no Brasil. “A exclusão social promovida pela discriminação racial e as desigualdades de classe impede a criação de uma sociedade inclusiva” (GEDRAT, ALVES, SILVA, 2020).

O casal Umberto e Sílvia, também relataram situações de preconceito quanto ao tipo de vestimenta, atrelada à função de trabalhador do corte da cana, e a fala que caracteriza os migrantes quando estão em locais de comércio. Umberto³⁷ atesta que em Itapaci ainda não sofreu discriminação, mas fala da situação de preconceito vivido em outro município onde também exercia a função de cortador de cana.

Aqui não, já sofri preconceito em Inaciolândia-GO. Naquela época o pagamento era em cheque, eu trabalhava na usina e cheguei tarde, já era fim de semana. Não tinha tomado banho ainda, e o banco já tava fechado pra trocar o cheque, fui no mercado trocar o cheque, minha mão tava suja de carvão e a caixa pegou o papel com uma cara de nojo, sabendo que o cheque ia servir pro comércio dela. Fiquei com vontade de devolver a mercadoria dela, não tava comprando fiado. Me senti abusado.

Sílvia³⁸, logo após a fala de Umberto, destacou que percebe a imposição de uma “hierarquia social” de alguns moradores estabelecidos no município de Itapaci, principalmente, em função de sua fala, e que toma atitudes e tem ações efetivas quando ocorre algum tratamento diferenciado pela condição de migrante.

Aqui tem muita gente boa, mas muitas vezes a gente vai nesses mercados, eles sabendo que vai ajudar eles [proprietários do mercado], muitos deles quer ser muito superior a gente, quando é assim eu procuro outro mercado, não sou obrigada a comprar num lugar que eu não gosto. Muitos deles [funcionários do mercado] percebem meu jeito e logo, logo tá bonzinho, chamando de senhora.

Os trabalhadores e parentes foram unânimes em afirmar que nas cidades médias e nas metrópoles nacionais para onde já se deslocaram, o preconceito contra o migrante é mais acentuado do que nas cidades pequenas. Os

³⁷ Entrevistada realizada em 2021.

³⁸ Idem.

entrevistados disseram que, de modo geral, são bem tratados pelos moradores mais antigos, no entanto, em outros locais onde já trabalharam, citando o estado de Minas Gerais, ocorreram práticas discriminatórias. Xavier³⁹ relata que “lá os caras tiram pelo nosso jeito de falar”.

A fala de Túlio⁴⁰ remete às relações econômicas entre os municípios pequenos e os trabalhadores migrantes. Segundo ele, há uma dependência mútua entre as partes, o que irá diminuir o preconceito: “aqui o povo não liga, sabe que já vem gente de fora. Na cidade grande tem mais preconceito. Como aqui é uma cidadezinha pequena, o povo tem menos. Acho que se parar a usina essa cidade acaba”. No entanto, entende-se que o preconceito contra a condição econômica do trabalhador ocorre devido à valorização dos aspectos econômicos evidenciados na sociedade capitalista.

Verifica-se a potencialidade na fala dos trabalhadores e como existe o entendimento da importância da migração para o comércio local. Entende-se, então, o migrante com sujeito de “valorização” econômica para o município, mas também cultural, quando existe a troca de experiências entre sujeitos de diferentes regiões. Dessa forma, deve-se entender o migrante como um sujeito vinculado e essencial, como todos os demais sujeitos, à dinâmica de reprodução social da cidade. Exemplo este que também está presente na migração de argelinos para a França.

Porque a relação de forças pende incontestavelmente a favor da sociedade de imigração -- o que permite que ela inverta completamente a relação que a une aos imigrantes, a ponto de colocá-los em posição de devedores onde deveriam ser credores --, ela tem uma tendência demasiada em contabilizar como realização sua o que é, contudo, obra dos próprios imigrantes [...] (SAYAD, 1998 p.61).

Não obstante, é necessário entender que as formas de colocar fronteiras entre os sujeitos ocorrem também numa perspectiva cultural, que demonstra o quanto determinadas pessoas estão “autorizadas” ou não a ocupar determinados espaços. Há uma necessidade histórica de controle sobre os movimentos de pessoas, que está vinculada à economia, nas funções que os

³⁹ Entrevistada realizada em 2021.

⁴⁰ Idem.

sujeitos exercem, mas também na cultura; na forma como os sujeitos se expressam e como eles se estabelecem no território.

Percebe-se também que a intensidade da prática preconceituosa varia de acordo com a cidade de trabalho, o que atesta a importância de compreender os vínculos territoriais estabelecidos no lugar, e as territorialidades possíveis para que os sujeitos migrantes tenham um processo de reterritorialização mais íntegro. A subseção seguinte apresenta como ocorrem esses vínculos territoriais em Itapaci e a função das redes sociais para a manutenção dos vínculos com os territórios de origem.

3.2 Estabelecimento dos vínculos territoriais e importância das redes sociais.

Após o deslocamento, com a confirmação da migração e início do trabalho na plantação e corte da cana-de-açúcar, aspectos vivenciados no cotidiano dos trabalhadores sofrem modificações. Com a desterritorialização, os vínculos a serem estabelecidos com o município de Itapaci não serão os mesmos, nem poderiam ser pelas particularidades de cada lugar, daqueles fixados no lugar de origem ou no local anterior a migração.

Os vínculos territoriais são as interações humanas que ocorrem no espaço geográfico. As apropriações dos espaços se dão por meio das territorialidades, dos papéis que os sujeitos e grupos exercem como práticas sociais (HEIDRICH, 2017).

O estabelecimento dos vínculos em uma sociedade capitalista será dificultado para os mais precarizados, para os migrantes que não possuem o *status* de trabalhadores qualificados, mesmo trabalhando diariamente e possuindo habilidades no corte da cana, ou seja, a apropriação do território para os trabalhadores do corte da cana tem como característica a desterritorialização do lugar de origem, seguida da reterritorialização precária nos locais de destino. Para Heidrich (2017, p.31) “Vínculos territoriais foram vistos como prática associada à apropriação do espaço por comunidades e grupos em situações com possibilidades variantes de reprodução social”.

Percebe-se que os vínculos, muitas vezes, estão atrelados apenas às perspectivas econômicas, e assim foi também com os entrevistados, que

compreendem os vínculos que podem possuir com o município está ligado ao “giro da economia local”, proporcionada pelos migrantes. No entanto, por mais que exista uma integração territorial vinculada ao fator econômico, existe a segmentação vinculada ao regionalismo (HEIDRICH, 2004).

A desterritorialização para o trabalhador precarizado ocorre de maneira mais difícil do que para os sujeitos pertencentes às classes hegemônicas. A questão financeira irá dificultar a migração dos trabalhadores e muitas vezes a vinda de familiares.

A mudança, por mais simples (nada simples) que seja de deslocamento, de um lugar para o outro, já acarreta, em algum nível, uma “desterritorialização”, especialmente, para as classes menos privilegiadas e hegemônicas da sociedade (MONDARDO, 2009, p. 4).

É necessário perceber os ganhos econômicos para todo o município por conta da presença dos trabalhadores. Corroborando Póvoa Neto, (1994, p. 20), ao afirmar que “as migrações têm sido no Brasil, importante elemento para a constituição do mercado capitalista de trabalho, os nordestinos devem receber nesse particular, o devido destaque”.

A dificuldade no estabelecimento da reterritorialização dos trabalhadores no local de destino configura a contradição entre a possibilidade de manter os vínculos, por meio das novas tecnologias, com familiares e amigos do local de origem, e a fragilização dos vínculos exercidos, presencialmente, nos locais de destino, fragilizando de certa maneira os vínculos no lugar.

Os meios técnico-científico-informacional (Santos, 2006) realmente tem alterado as relações entre os sujeitos. Com um maior acesso, que está longe de ser universal, às novas tecnologias aparecem nas relações que se dão à distância.

As alterações nos vínculos que possuímos com o território têm contribuído para o surgimento de novas expressões geográficas locais. Nesta escala, da cidade ou do bairro, os processos associados à integração proporcionada pelo meio técnico-científico-informacional têm proporcionado a perda da coesão comunitária. Evidencia-se inclusive, uma ruptura da solidariedade territorial construída sob os parâmetros gestados pela modernidade. (HEIDRICH, 2004, p.17).

As redes sociais e de mídias servem como suporte para os migrantes em suas primeiras migrações ou para os que a fazem repetidamente. As redes são importantes para conseguirem o emprego temporário/contrato por produção e facilitam na obtenção dos lugares de moradia, por exemplo, na procura de aluguéis. Essa rede estabelecida no local de destino torna-se, então, fundamental para melhor reterritorialização que, nesse sentido, ocorre a partir de escolhas menos arriscadas. “Tais redes se tornam forças sociais vivas, a estabelecer “pontes” entre lugares e permitir o fluxo de informações e de pessoas que fizeram da mobilidade geográfica a sua principal estratégia de sobrevivência” (PÓVOA NETO, 1997, p. 22).

Conforme afirma Bomtempo, um elemento importante para o estabelecimento dos vínculos territoriais são as redes de relações sociais. Elas irão dar suporte para o migrante.

A rede na sua dialética material-imaterial, formal-informal permite tanto a existência e a configuração do fluxo migratório como a formação do sujeito envolvido direta e indiretamente na migração, já que a rede pode ser moldada antes da partida, durante o percurso e na realização do cotidiano da migração (BOMTEMPO, 2020, p. 468).

As redes no local de destino podem ser numerosas, de poucos amigos ou mesmo de duas pessoas, mas são fundamentais para a melhor reterritorialização dos sujeitos deslocados.

O migrante efetiva relações com as pessoas conhecidas que ficaram no território de origem e com outras conhecidas na reterritorialização, constituindo várias redes locais e extralocais, em diferentes escalas. A reterritorialização é marcada pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais que podem ser produzidas por uma conexão em rede. (SAQUET; MONDARDO, 2008, p. 122).

Antes do deslocamento para trabalhar em um município, os sujeitos fazem a verificação se existe emprego ou não naquele local. É importante então que existam colegas, amigos ou familiares, ou seja, pessoas que fazem parte da rede social para que seja reduzido o risco na tomada de decisão de migrar.

De acordo com os trabalhadores, é melhor migrar para um local onde já existam conhecidos. “A gente vem, mas sempre tem um que vem antes”, disse

Xavier⁴¹, que migrou de Isaias Coelho - Piauí. A escolha com menores riscos se faz importante para que, ao chegar no município de destino, existam realmente as vagas de emprego.

Outro fator que influencia na escolha da migração são as pessoas que irão dividir o aluguel das casas; a moradia se torna mais tranquila quando já existem vínculos de conhecimento, já que no município existem poucas casas com apenas um quarto, a maioria das casas possuem no mínimo dois quartos o que aumenta o valor do aluguel, além disso o contato com conhecidos facilita o estabelecimento de novas territorialidades.

Nos processos de des-territorialização na migração, o migrante carrega diferentes possibilidades em relação ao “controle” do “seu espaço”, ou seja, à sua reterritorialização, o que inclui também, é claro, o tipo de relação que ele continua mantendo com o “espaço de partida”, que se liga às redes de relações sociais, ou, “redes de solidariedade”. (MONDARDO, 2009, p.4).

Para os que migram, o acesso às mídias sociais serve como veículo de comunicação para a manutenção dos laços com as pessoas que estão em locais mais distantes. As relações com os lugares de origem se tornam mais próximas, por meio dessas redes sociais. Nesse sentido, há o aspecto positivo para os migrantes que, por meio de chamadas telefônicas, de vídeo, mensagens escritas ou de áudios, feitas pelo aparelho celular, conseguem conservar os vínculos sociais.

As redes sociais também são pensadas, de modo geral, numa análise que enfatiza o aspecto micro, as relações interpessoais que ocorrem no local de destino. No entanto, as mídias sociais vinculadas ao ciberespaço: *Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram* entre outras, facilitam a comunicação com os amigos. As chamadas de vídeo são um meio pelo qual se pode ter contato com as expressões dos familiares, amigos, amores, que não estão próximos fisicamente. O trabalhador Oswaldo⁴² informa que fala diariamente, por meio de chamadas de vídeo pelo celular, com os pais e a filha, residentes no município de Campo Formoso-BA.

⁴¹ Entrevistada realizada em 2021.

⁴² Entrevistada realizada em 2022.

Contudo, para os migrantes, é difícil estabelecer vínculos territoriais com o município de destino, uma vez que a integração com o local não se dá de forma facilitada. A reterritorialização ocorre, mas não em sua integralidade. As barreiras se evidenciam, e o estereótipo de estranho ao local se revela nas expressões dos sujeitos estabelecidos. Sobre os vínculos territoriais, Heidrich (2004, p. 31) ainda pondera que:

[...] são resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida. Dependem, portanto, de uma relação com as externalidades, com os vários âmbitos da integração socioespacial, que nos dirá sobre a sujeição a tais, que implique em desterritorialização e re-territorialização dominantes ou, construção de territorialidades autocentradas.

Paulo⁴³ menciona a dificuldade na fixação de vínculos territoriais na chegada ao município, mesmo atualmente, após estar morando por mais de uma década neste local.

É ruim demais, a gente sem conhecer nada é ruim. Fica sem saber pra onde vai, apesar de ser muito pequeno [município de Itapaci], fica sem entender direito, chegar num lugar que a gente nunca andou é ruim demais. Fica preocupado, o problema é mais a falta de conhecimento. Aqui o povo é mais fechado, não dá muita moral, não conhece a gente.

Percebe-se, nas falas dos sujeitos que, de modo geral, existe uma relação maior com o lugar de origem, que, na maioria das vezes, é o lugar para onde querem voltar. As territorialidades dos lugares de origem se mantêm presentes, não de modo material, mas simbólico, no imaginário dos sujeitos. No entanto, essa realidade não é a de todos os migrantes. Há o exemplo de trabalhadores que não querem voltar para o lugar de origem, mas se deslocar para outros locais. Na pesquisa de campo, foi anotada a exposição verbal do trabalhador que veio do estado de Alagoas, trabalha na construção de cadeiras na indústria Vale Verde, em Itapaci, e quer migrar para uma cidade em que o salário seja maior, não pensam em voltar para o município de origem, apenas para visitar os pais.

Os migrantes trazem consigo parte dos lugares onde estiveram, daí a necessidade de entender as particularidades de cada sujeito. O trabalho é

⁴³ Idem.

precarizado e com poucas opções de emprego. Diante da competitividade d mercado de trabalho, resta ao trabalhador a opção de migrar. Sendo assim, é necessário entender e respeitar o direito de migrar.

Os vínculos territoriais estão atrelados ao pertencimento do sujeito no local de destino e não ocorrem de maneira absoluta e completa, mas de forma fragmentada, em territorialidades singulares. O fato de a reterritorialização ocorrer atrelada a uma perspectiva futura de desterritorialização, pela perda do emprego, é um dos fatores que faz com que os migrantes possuam planos de sair do município de destino, dificultando o estabelecimento de vínculos mais sólidos.

Essa situação se relaciona ao trabalho precarizado e à dificuldade de pertencimento territorial. Se o estabelecimento no local de origem propiciasse as garantias mínimas de uma vida digna, a quantidade de migrantes que gostariam de se manter na sua terra seria maior. No entanto, a apropriação desigual de riquezas, de modo proposital, incentiva o fluxo migratório e a venda da força de trabalho.

Apesar de haver as mídias sociais que promovem “encurtamento das distâncias” entre os familiares, o certo é que o contato com quem está fisicamente próximo é cada vez mais superficial. A segmentação de grupos se configura como uma característica do momento atual da sociedade capitalista, em que o tempo para efetivar as relações sociais é cada vez mais escasso.

Sílvia retrata a questão do pouco tempo livre em que o esposo tem para o lazer.

É somente descansar, porque o trabalho é de segunda a sábado. Sábado chega entre meio-dia e uma hora da tarde. Mas pelo menos o domingo é liberado. Lá (no lugar de origem) nós ia pra uma serestas, churrasco, piscina, lá nois conhece todo mundo. Aqui não, se tem eles só chamam da turma deles, cada qual caça por si.

A maioria dos migrantes não sentem pertencimento ao lugar/território de Itapaci. Sobre pertencer ou não ao município, Roberto⁴⁴ assim respondeu:

Não, tô só de passeio. Quando sair daqui vou para Moreilândia - PE, já moro a 20 anos lá, mas também não me considero um morador fixo de lá. Eu sou do Maranhão, porque é onde eu nasci

⁴⁴ Entrevistada realizada em 2021.

e me criei, o cara não esquece nunca, lá é onde tenho minhas raízes.

Sílvia, assim como outros entrevistados, também disse que não se considera moradora de Itapaci. “Não, eu tô na cola dele [Umberto], quando ele diz que vamo eu já tô na frente indo me embora pra casa, lá eu chamo de casa porque lá é de nós mesmo”.

Paulo disse que, mesmo já estando no município há mais de uma década, ainda possui vínculos fortes com o território de origem, e que não se considera morador de Itapaci.

Não me considero, tô passando um tempo. Nestes dias que eu fui na Bahia até fiquei com uma vontade de ficar lá, perto dos meus velhos, se levar um dinheirinho tem como ajeitar até uns negócios pra mulher trabalhar, fica mais fácil. Tendo dinheiro tudo é fácil.

A apropriação material do território, tanto na aquisição da propriedade, quanto nos deslocamentos cotidianos, se torna mais difícil para o trabalhador migrante. A noção de pertencimento e a consciência de que o espaço lhe pertence, mesmo que durante o período da safra, não ocorre em sua plenitude. No entanto, não digo que o estabelecimento de vínculos territoriais fortalecidos seja uma tarefa fácil. A própria preocupação com o estabelecimento destes vínculos fica em segundo plano, já que em uma sociedade capitalista é necessário conquistar o dinheiro para se manter vivo. Mesmo sem saber quando, há a certeza de que um dia volta para sua terra, como relata Queren⁴⁵.

Nóis vamo embora, só não sabe quando. Aqui nós dois é mais sozinho. Lá pra você viver é mais fácil arrumar o dinheiro, só não pra coisa cara como arrumar uma casa, comprar um carro. Aqui a gente fica gastando dinheiro com aluguel, não pode comprar nada [se referindo a terra], pois não sabe o dia que vai embora. Voltar pro lugar da gente é bom.

Foi possível aferir que o vínculo com o lugar de origem permanece na fala dos trabalhadores migrantes. A memória das relações e das coisas do local de origem é forte para a maioria dos entrevistados, sobretudo o sentimento de saudades dos familiares e das comidas típicas do estado. As dificuldades enfrentadas no processo de dinâmica territorial, no deslocamento para outro

⁴⁵ Entrevistada realizada em 2021.

município, são muitas. Os sujeitos migrantes responderam, geralmente, em tom de tristeza, que sentem muitas saudades dos pais, irmãos, esposa, namorada, cada qual lembrando dos familiares mais próximos, ao mentalizarem o lugar de origem.

Querén respondeu que pensa muito na “[...] família, ficar sozinha aqui sem família não é bom”. Assevera que gostaria de voltar ao lugar de origem, mas por questões financeiras ela e o marido estão em Itapaci.

O processo migratório tem como consequência o enfraquecimento de laços com o local de origem, gerando angústias e dificuldades de adaptação. A perda dos vínculos territoriais não se manifesta igualmente; cada indivíduo se adapta à sua maneira. Atualmente, esse enfraquecimento de laços é mais intenso devido ao aumento dos fluxos migratórios, mesmo com novas tecnologias que facilitam a comunicação com o grupo onde há maior afetividade, que amenizam as “distâncias”, o sentimento de que há algo faltando é recorrente.

Portanto, o papel de segregação da cidade, cujo direito está vinculado à quantidade de renda dos indivíduos, também deve ser analisado. A cidade, tanto em suas formas, como em seus conteúdos, serve aos objetivos da circulação de mercadorias e indivíduos para aumento da concentração de renda dos capitalistas.

3.3 O direito à cidade além da perspectiva econômica.

O direito humano de estar na cidade é importante para ser pensado não só do ponto de vista econômico, mas também vinculado à cultura e à possibilidade de manifestações políticas. A ideia é de novas formas de estabelecimento de relações na cidade que respeitem a dignidade dos sujeitos sem distinção e com maior gama de possibilidades. “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada e renovada” (LEFEBVRE, 2001 p. 117).

O autor também mostra que as necessidades sociais das cidades são amplas e devem ter como fundamento aspectos diversos, tais como as formas de interação social e lazer, a segurança e a privacidade do domicílio. Para o

autor, a cidade deve ser entendida sobre uma perspectiva antropológica, que valorize os sujeitos.

A ideia de cidade próspera não se vincula apenas à cidade burguesa, ou seja, não se trata apenas de estar presente para o trabalho, que, no caso dos migrantes, é extremamente precário. É necessário possuir alternativas que, enquanto não conseguem mudar a essência da cidade, mostrem ao menos a possibilidade de respeito aos direitos essenciais para a vida, moradia, salário digno, acesso a bens e serviços, a cultura, lazer, entre outros, e agreguem os sujeitos com uma perspectiva que vá além da econômica.

Milton Santos (1998, p.18) escreve sobre a necessidade de ter outro olhar sobre o sujeito migrante e afirma que “o direito local e o direito internacional estão se transformando, para reconhecer aqueles que não nasceram num lugar o direito de também intervir na vida política desse lugar”.

O pouco tempo para o lazer e as funções das cidades ligadas à reprodução econômica prejudicam não apenas os migrantes, mas toda a classe trabalhadora. Em um regime de trabalho semanal que, geralmente, se estabelece de segunda a sexta, durante 8 horas diárias, o trabalhador terá pouco tempo para práticas de lazer e esse pouco tempo é dedicado ao descanso, em casa, em preparação do corpo físico, emocional e mental, para a jornada da semana seguinte.

Na fala dos entrevistados, é possível perceber que o município de Itapaci está associado às práticas do trabalho e muito pouco a qualquer forma de lazer. Valmir⁴⁶, ao falar sobre as práticas de lazer no município, revela: “aqui o lazer é pouco, lá eu gostava de jogar bola”. Acrescenta ele que no município de Itapaci, “fica ruim de jogar sem conhecer ninguém”. Em entrevista, Queren⁴⁷ afirma que, para o lazer, não há muitas opções: “quase não saímos de casa no período de folga, aqui [Itapaci] não tem muita coisa para fazer”.

Percebe-se que muitas vezes o migrante não se apropria dos espaços públicos como praças, pistas de *skate*, equipamentos de lazer, dentre outros, disponíveis na cidade. Claro que a forma de distribuição dos equipamentos de lazer tende a segregar, mas em municípios “pequenos”, muitas vezes, as interações sociais são limitadas também por fatores segregacionistas vinculados

⁴⁶ Entrevista realizada em 2021.

⁴⁷ Idem..

ao tipo de qualificação dos trabalhadores que têm maiores dificuldades no estabelecimento de vínculos com os territórios de lazer.

Quanto as práticas de lazer efetivadas no curto período de tempo, Xavier⁴⁸ respondeu que é difícil participar de práticas esportivas, no caso o futebol, sem conhecer as pessoas que exerçam a prática no município; fala semelhante à de Sérgio. No entanto, os entrevistados foram unânimes em esclarecer que o tempo para outras atividades que não o trabalho é muito restrito, característica inerente ao sistema capitalista.

O aspecto econômico é enfatizado quando se trata de formas de apropriação das cidades. Questões como direitos de bem-estar não são tratadas com prioridade, principalmente para os migrantes, que possuem vínculos territoriais mais frágeis do que os estabelecidos, ou seja, as migrações, que visam a prática do trabalho, não são abarcadas com as demandas culturais e de equipamentos públicos.

[...] as migrações brasileiras vistas pelo ângulo da sua causa, são verdadeiras migrações forçadas, provocadas pelo fato de que o jogo do mercado não encontra qualquer contrapeso nos direitos dos cidadãos. São, frequentemente, também migrações ligadas ao consumo e à inacessibilidade a bens e serviços essenciais. (SANTOS, 2007, p.60).

Há poucos espaços destinados ao operário do corte da cana e ao operário com outras funções ditas como subalternas. É importante ressaltar que, na maioria das cidades, os espaços destinados ao lazer não se configuram como prioridade das políticas municipais, e os poucos que existem tendem a ser segregados. Pista de *skate*, praças, campos de futebol, equipamentos para a atividade física, na maioria das vezes, têm como frequentadores os moradores estabelecidos, que se identificam e possuem maiores vínculos territoriais com o local. Os entrevistados relataram que possuem uma rotina diária de pouca circulação, o deslocamento, geralmente, ocorre de casa para o trabalho.

A maioria dos trabalhadores migrantes não conhecem ou não se identificam com os equipamentos públicos. Por isso, as estratégias de estabelecimento das cidades devem ter primordialmente um cunho social, para isso há necessidade das políticas de planejamento terem os trabalhadores como

⁴⁸ Idem.

sujeitos principais. Em um contexto de disputa pelo poder, é necessário maior articulação da classe trabalhadora, para que aumente seu poder de cobrança e até mesmo decisão sobre a estruturação das cidades.

Não pode deixar de se apoiar na presença e na ação da classe operária, única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela. Apenas esta classe, enquanto classe, pode contribuir decisivamente para a reconstrução da centralidade na forma ameaçadora dos centros de decisão (LEFEBVRE, 2001, p.113).

Em um modelo em que a disputa faz parte dos elementos fundamentais para a manutenção do capitalismo, é contraditório pensar na materialização e na universalização dos direitos. Essas contradições mostram o quanto a sociedade está distante de uma possibilidade de participação política mais equânime na cidade. Os municípios possuem poucos instrumentos de gestão popular; o que se tem é um sistema em que a participação das pessoas ocorre pela escolha dos vereadores e dos chefes do executivo. Nessa perspectiva, verifica-se que, mesmo as possibilidades básicas do direito à cidade, não são cumpridas.

O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna. (SANTOS, 2007, p. 19).

O autor também mostra o processo dialético contido nas maneiras como a sociedade trata a questão da cidadania. Nem sempre está em consonância com o Estado-nação para que haja o estabelecimento dos direitos, e no contexto atual do modo de produção capitalista. O que se vê é uma imbricação entre Estados e capital, que dificulta o estabelecimento da apropriação desses direitos, em benefício dos lucros máximos almejados pelo sistema capitalista (SANTOS, 2013, p.83).

Há que pensar na necessidade de práticas que integrem a cidade, que não são apenas as estruturas físicas, mas também uma superação da disputa permanente que rege a separação dos sujeitos na cidade burguesa. Essa verificação mostra a amplitude da precarização do sujeito, que ocorre no trabalho

e no estabelecimento de vínculos sociais com o município de realização do trabalho.

Vale ressaltar o direito de mobilidade dos sujeitos. Por meio da valorização do aspecto cultural, a mobilidade não seria um problema, mas sim a possibilidade de encontro com outros sujeitos e outras práticas sociais. Um outro olhar que respeite as individualidades dos trabalhadores e que promova o direito igualitário à cidade faz-se necessário. Por isso a necessidade de vislumbrar essa evolução. O que se tem é a longa distância entre uma cidade atual que segrega determinados sujeitos e uma cidade que agrega sem distinções.

A classificação dos trabalhadores por conta do trabalho que exercem não deveria trazer empecilhos para a formação de vínculos sociais e territoriais. O estabelecimento dos trabalhadores deveria se pautar nas práticas de solidariedade e não de hegemonia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou entender como se dão as relações de trabalho que ocorrem para o corte da cana-de-açúcar vinculados às lavouras de Itapaci e Rubiataba e os vínculos territoriais dos migrantes no município de Itapaci. A fala dos entrevistados representam a realidade dos trabalhadores para o plantio e o corte da cana que migram para Itapaci.

A perspectiva territorial enfatiza uma disputa espacial intensificada no atual momento da sociedade capitalista. O conceito evidenciado traz um território que não se constitui apenas como solo, mas também como a presença dos sujeitos que dão sentido à categoria de análise. Observa-se que as formas de desterritorialização e reterritorialização vinculadas aos migrantes fazem parte da dinâmica migratória.

Averiguou-se a expansão das migrações entre países nas duas últimas décadas, constatou-se um aumento do fluxo migratório para o trabalho e como o desemprego estrutural tem causado esse acréscimo.

No Brasil, foi possível observar uma diferenciação entre os fluxos migratórios existentes entre as décadas de 1930 e 1980. Nesse período, a dinâmica migratória estava centralizada em fluxos do Nordeste para o Centro-Sul, caracterizado pelo período de industrialização brasileira. Atualmente, percebem-se fluxos mais difusos, que se estabelecem para cidades “pequenas”. Ainda ocorrem grandes contingentes populacionais se deslocando para os centro e regiões metropolitanas, mas também tem avançado os fluxos migratórios para cidades “pequenas”, onde algumas empresas se territorializam para processos produtivos e comerciais.

Foi possível aferir o aumento populacional na maioria dos municípios da microrregião de Ceres, vinculados à implantação das agroindústrias canavieiras, que se intensifica a partir dos anos 2000. A atividade que se evidenciou grande fluxo migratório foi da plantação e corte de cana-de-açúcar, realizada pelos trabalhadores e comandadas pelas empresas da agroindústria canavieira. Como reflexo desse fenômeno, percebe-se expressivo aumento populacional no município de Itapaci, conforme dados dos últimos Censos Demográficos.

Percebe-se, então, que as questões migratórias são extremamente complexas por tratarem de pessoas com realidades distintas, que possuem em comum a busca por melhores condições de vida. Nesse sentido, é preciso que haja a discussão dos paradigmas já postos sobre o processo migratório e observar que, em uma sociedade em constante mudança, há a necessidade de novos paradigmas para entender a realidade. Compreende-se a importância do embasamento teórico dessa dinâmica e o debate sobre as novas estruturas do capitalismo que modificam os fluxos migratórios, impulsionando outras aprendizagens e modos críticos de observar as antigas teorias para a formulação de novas. Principalmente aquelas que dão maior protagonismo aos trabalhadores que participam da dinâmica migratória.

Verificou-se o grande número de trabalhadores que se deslocam para o município de Itapaci, e como as agroindústrias canavieiras possuem o regime de admissão e demissão rotativo. Esta instabilidade no emprego e o desgaste, principalmente físico, caracterizaram a precarização do trabalho da qual os trabalhadores participam.

Quanto aos vínculos territoriais, por meio das entrevistas, foi possível averiguar relações contraditórias, tanto de amistosidade em relação aos trabalhadores não estabelecidos, quanto de preconceito e práticas que inibem a fixação de “pontes” e de afetividade. Verificou-se que as formas de preconceito quanto à cor da pele, origem geográfica, tipo de vestimenta e profissão, que se manifestam com maior intensidade nas grandes e médias cidades brasileiras, mas também estão presentes nas cidades pequenas como Itapaci. O uso do gentílico maranhense ou baiano, para se referir aos trabalhadores migrantes do corte da cana, é recorrente no município de Itapaci.

Por meio das entrevistas, foi possível perceber as angústias e saudades inerentes ao processo de desterritorialização e a importância das redes na reterritorialização dos sujeitos, tanto no fortalecimento de vínculos territoriais no local de destino, como por exemplo, no contato com os colegas mais próximos, como na manutenção das relações que ocorrem com os afetos no lugar de origem, contato que se estabelece por meio das mídias digitais. De igual modo, também foi possível inferir que os sujeitos possuem individualidades que remetem a personalidades distintas.

As análises das migrações não podem se ater a processos mecânicos, no qual os sujeitos não possuem autonomia, mas entendendo a capacidade e as necessidades desses trabalhadores que são a essência na fabricação de bens inerentes às usinas do setor agrocanavieiro.

Percebe-se, pelas entrevistas, que a oferta de ocupações remuneradas nos municípios de origem são escassas, tanto no meio urbano quanto principalmente nas áreas rurais, pelas dificuldades enfrentadas como a plantação nos períodos de seca. Esses fatores foram relatados como impulsionadores das migrações.

No município de destino, as condições de trabalho exercido pelos trabalhadores migrantes, a flexibilização e as novas características do neoliberalismo para o modelo de produção e sua relação com o trabalho, têm tornado os trabalhadores integrantes do precariado. A jornada cansativa e os contratos temporários para a maioria dos trabalhadores do corte da cana, sem garantias para as próximas safras, é um dos elementos centrais para dimensionar o desgaste físico e mental.

Por ora, é importante destacar o papel essencial do trabalhador migrante. Em uma sociedade que constantemente tende a valorizar os bens materiais, esses bens são produzidos por pessoas. Além disso, devem-se também valorizar as características imateriais que sempre estarão presentes nas trocas de experiências entre os sujeitos. A luta diária do trabalhador é que constrói os bens materiais oferecidos à sociedade e ainda contribui para a constituição dos bens imateriais nas relações entre os sujeitos e destes com o território.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Maria Antonia Veiga. **Nas fronteiras da migração**. In: Espaço, cultura e memória: integrando visões da cidade. In: SANTANA, Antonia Neide Costa; FERREIRA, Diocleide Lima, SILVEIRA, Edvanir Maia da (Orgs.). Fortaleza: EdUECE, 2016, p. 223-252. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/29158>. Acesso em: 15 dez. 2021.

ALBURQUERQUE, C. F. **Camponeses e Canavieiros: razões e significados da migração do semiárido para a zona da mata alagoana**. 2016. 228 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? **Revista da RET Rede de Estudos do Trabalho**. Ano II – Número 3 – 2008. Disponível em: www.estudosdotrabalho.org. Acesso em 22 maio 2021.

ANTUNES, Ricardo. Crise do capitalismo e regressão social para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. [S.l.], v. 1, n. 22, p. e13840, mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.15628/rbept.2022.13840>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13840/pdf>. Acesso em 22 mai. 2021.

ARAÚJO, José Newton Garcia. Aspectos da precarização do trabalho. In: FONSECA, João César de Freitas; REIS, Bruno Márcio de Castro; MONTEIRO, Jesus Alexandre Tavares; VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; ARAÚJO, José Newton Garcia de. **Psicologia, trabalho e processos psicossociais: pesquisas e intervenções**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2021.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 77-100, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/mrVMskqfZGB3w5t7wjfBKHR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BOMTEMPO, Denise Cristina. Teorias da Geografia da população. In: SPOSITO, Eliseu Savério; DOS SANTOS CLAUDINO, Guilherme. **Teorias na Geografia: Avaliação Crítica do Pensamento Geográfico**. Consequência, 2020. p. 433 – 482.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei** n. 1582/2015. Concede seguro-desemprego, no período de entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1279371>. Acesso em 29.dez. 2021.

BRASIL. Lei n. 13467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário oficial da união, Brasil. 13 julho 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro geral de empregados e desempregados – CAGED. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Brasília, 2005. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged.php>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro geral de empregados e desempregados – CAGED. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Brasília, 2006. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged.php>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro geral de empregados e desempregados – CAGED. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Brasília, 2007. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged.php>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro geral de empregados e desempregados – CAGED. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged.php>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro geral de empregados e desempregados – CAGED. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Brasília, 2009. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged.php>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro geral de empregados e desempregados – CAGED. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged.php>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro geral de empregados e desempregados – CAGED. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged.php>. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações** - CBO. Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf> Acesso em: 12 jan. 2022.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

BUNDE, A. **Os impactos dos investimentos externos diretos (IEDs) sobre a (re)estruturação e estrangeirização do setor sucroenergético no Brasil**. 2017, 329 f.. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

CARMO, Maria Andréa Angelotti. Trabalhadores temporários, trabalhadores o tempo todo. **TRAVESSIA-revista do migrante**, n. 61, p. 42-46, 2008. <https://doi.org/10.48213/travessia.i61.523>. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/523/483>. Acesso em: 12 jan. 2021.

CARNEIRO, Vandervilson Alves; SOARES, Dalva Marçal Mesquita; LIRA, Elizeu Ribeiro; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. Geografia e Território: abordagens conceituais na perspectiva do materialismo histórico. **Revista Mirante**. Goiás, 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/mirante/article/view/9316>. Acesso em: 7 set. 2020.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2ª. Edição. São Paulo. Cortez, 2003.

DAMIANI, Amélia Luiza. **População e Geografia**. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 2002.

DICIONÁRIO Brasileiro da Língua Portuguesa. **Michaelis**. São Paulo: Melhoramentos, [c2021]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/exodo/>. Acesso em: 17 maio 2021. Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/files/docs/mapas/microrregioes-ibge/microrregiao_de_ceres.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

FERREIRA, L. C. G. **A Evolução do Setor Sucroalcooleiro na Microrregião Ceres (GO)**: Dinâmica Espacial e Impactos Sócio-Econômicos. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2010.

GEDRAT, Dóris Cristina; ALVES, Gehysa Guimarães; SILVA, Ângela Maria Pereira. Percepção de Preconceito num Quilombo Urbano do Sul do Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003215919>

GOMES, Lisiane Müller Plumm. **Padrão de mobilidade de grupos humanos encontrados no Brasil central durante o Holoceno Inicial**: um estudo isotópico sobre a dinâmica ocupacional das paisagens regionais. 2021, 316 f. Dissertação (Mestrado em Biologia (Genética)) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41131/tde-14042021-080959/en.php>. Acesso em: 13 maio 2021.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da Desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador *In*: SILVA, Sidney Antônio da. **Migrantes em contextos urbanos**: uma abordagem interdisciplinar. EDUA, Editora da Universidade do Amazonas, 2010. p. 15-33.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, Integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. *In*: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.). **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 37-66.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Vínculos Territoriais—discussão teórico-metodológica para o estudo das territorialidades locais. **GEOgraphia**, v. 19, n. 39, p. 29-40, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i39.a13784>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_ref_glossario equipet ec.pdf Acesso em: 7 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo brasileiro de 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/itapaci/panorama>. Acesso em: 7 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010. Migração: características gerais da população. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em 23 mai. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desemprego: desempregados, taxa de desemprego, desalentados, e taxa de subnutrição. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 31 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2020. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202002_trimestre_novos_indicadores.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2021.

Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_2tri.pdf.
 Acesso em: 13 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2022. Disponível em:<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-dedomicilioscontinuatrimestral.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 2 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Trabalho e rendimento: população ocupada 2019. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/barra-dalcantara/panorama>. Acesso em: 25 nov. 2021.

INSTITUTO MAURO BORGES - IMB. **Goiás em dados 2017**. Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/goias-em-dados/godados2017.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

INSTITUTO MAURO BORGES - IMB. **Migração em Goiás entre 2005 e 2010**. Goiânia, 2017. Disponível em:<https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2017/migracao-em-goias-entre-2005-2015.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ITAPACI. Decreto n. 1608, de 19 de maio de 2021. Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (covid - 19) no município de Itapaci e dá outras providências. **Diário oficial do município de Itapaci**, Goiás. 19 maio 2021. Disponível em:<https://acessoainformacao.itapaci.go.gov.br/cidadao/legislacao/decreto/id=2562>. Acesso em 23 dez. 2021.

JESUS, José Novais. de. Do PRODECER ao MATOPIBA: uma análise a partir das transformações da modernização da agricultura no Cerrado brasileiro. *In*: JESUS, José Novais. de; SOUZA, Edevaldo Aparecido. (Orgs.). **DO PRODECER AO MATOPIBA: consequências da modernização agrícola e as alternativas para o campesinato**. Goiânia: Editora Vieira, 2018. p. 17-58.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. *In*: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras; FILGUEIRAS, Vitor Araújo. **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

KONDER, Leandro. **O que é a dialética**. São Paulo. Brasiliense, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Degradação do trabalho e agravos à saúde dos trabalhadores no setor agroindustrial canavieiro. **Revista Pegada**,

Presidente Prudente, v. 13, n. 2, p. 20-45, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2025/1933>. Acesso em: 22 mai. 2021.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2013

MARX, Karl. **O capital**. v. 1. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1887.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; JÚNIOR, Antonio Thomaz. A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. **Investigaciones geográficas**, n. 55, p. 97-121, 2004. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0188-46112004000300007&lng=pt&nrm=iso ****. Acesso em: 11 jan. 2021.

MENEZES, Maria Lucia Pires. A Crise do Estado do Bem-estar e a Caracterização de Processos Territoriais da Migração no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, n. 94, agosto de 2001. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-85.htm>. Acesso em: 22 mar. 2021.

MEZZADRA, Sandro. Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. **Revista ECO-Pós**, v. 15, n. 2, p. 70-107, 2012. DOI: <https://doi.org/10.29146/ecopos.v15i2.900>. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/900/840 Acesso em: 12 mai. 2021.

MONDARDO, M. L. Raízes na migração: des-re-territorialização e redes sociais. **BOCC**: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-7, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-mondardo-raizes.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2021.

NOGUEIRA, Verena Sevá. Buscar dinheiro fora: a migração como estratégia. **TRAVESSIA revista do migrante**, n. 61, p. 5-10, 2008. DOI: <https://doi.org/10.48213/travessia.i61.517>. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/517/477>. Acesso em: 22 out. 2021.

NOVACANA. **Aspectos do plantio da cana-de-açúcar**. Disponível em: <https://www.novacana.com/cana/aspectos-plantio-cana-de-acucar>. Acesso em 12 nov. 2021.

NOVACANA. **Perfil das usinas**. Disponível em: https://www.novacana.com/usinas_brasil/grupos/grupo-farias. Acesso em: 12 jan. 2021b.

OBMIGRA. **Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em:

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorioanual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO. **Estudos e pesquisas econômicas, sociais e educacionais sobre as microrregiões do estado de Goiás** – microrregião de Ceres. Goiânia, 2013. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/microrregiao_ceres.pdf. Acesso em: 23 jun. 2021.

OIM. GLOSSÁRIO Sobre Migração. Genebra-Suíça: **Organização Internacional para as Migrações**, 2009. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2021.

OIM. Relatório Mundial de Migração 2022. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/wmr-2022-interactive/>. 12 nov. 2021.

OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização. *In* OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. **Migrações Nordestinas no Século 21: Um Panorama Recente**, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015. p. 11-26.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; ERVATTI, Leila Regina; O'NEILL, Maria Monica Viera Caetano. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. *In*: OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; OLIVEIRA; Tadeu Ribeiro de (Orgs.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura brasileira: transformações recentes. *In*: ROSS, Jurandir Sanches (Org). **Geografia do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Rogério Celestino de *et al.* Flora do cerrado goiano: ocorrência das acanthaceas na microrregião de Ceres, estado de goiás. *In*: LEAL, Antonio Cezar et al. **Novas Fronteiras no Oeste: Relação entre sociedade e natureza na microrregião de Ceres em Goiás (1940-2013)**. Goiania: Kelps, 2021. p. 194 – 215.

OXFAM. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. Oxfam International, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

OXFAM. O vírus da desigualdade. **Oxfam International**, 2021. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/01/bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf?utm_campaign=davos_2021_-_pre_lancamento&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso em: 29 set. 2021.

PÓVOA NETO, Hélión. A produção de um estigma: Nordeste e nordestinos no Brasil. **Travessia: Revista do Migrante**. São Paulo, v. 7, n. 19, 1994. DOI: <https://doi.org/10.48213/travessia.i19.414>. Disponível em: <https://revistatravessia.com.br/travessia/article/view/414/374>. Acesso em: 17 out. 2021.

PÓVOA NETO, Hélión. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. **Revista Experimental**, nº 2, p. 11-24, março, 1997.

PÓVOA NETO, Hélión. Migração e fronteiras. *In*: OLIVEIRA, Fabricio Leal de; NOVAIS LIMA JUNIOR, Pedro. (Orgs.). **Território e planejamento: perspectivas transdisciplinares**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, v. 1, p. 91-106.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SALIM, Celso A. Migração: o Fato e a Controvérsia Teórica. *In*: VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais [...]**, vol.3, São Paulo, ABEP, 1992. pp.119-144. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/609>. Acesso em: 6 jan. 2021.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 15-20.

SANTOS, Milton **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista Nera**, n. 13, p. 118-127, 2008. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i13.1392>. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i13.1392>. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1392>. Acesso em: 22 mai. 2021.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global**. Paz e Terra. 1ª Edição. Rio de Janeiro/São Paulo, 2016.

SAYAD, Abdejmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SERRA, Gustavo Pereira; BOTTEGA, Ana; SANCHES, Marina da Silva. **A reforma trabalhista de 2017 teve efeito sobre a taxa de desemprego no Brasil?** Uma análise dos primeiros anos de vigência da Lei nº 13.467/2017. (Nota de Política Econômica nº 021). MADE/USP, 2022. Disponível em: https://madeusp.com.br/wpcontent/uploads/2022/05/npe_21_reforma_trabalhist a.pdf. Acesso em: 21 out. 2021.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalhadores rurais: a negação dos direitos. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 27, n. 1, p. 29-42, 2008. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/285/267>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros de. Partir e ficar. Dois mundos unidos pelas trajetórias de migrantes. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 17, n. 33, 2009. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/176>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de; BUENO, Juliana Dourado. A imagem do etanol como "desenvolvimento sustentável" e a (nova) morfologia do trabalho. **Caderno CRH**, v. 26, p. 253-271, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/dgpmgd4CXcZGPZxyKM5ZK4R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SILVA, Sandro Dutra. Os cortadores: registros orais e iconográficos dos trabalhadores imigrantes do Extremo Oeste Baiano no corte sazonal de cana-de-açúcar em Goiás, Brasil. **História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 5, n. 1, p. 71-80, 2015. Acesso em: 12 ago. 2021.

SILVA, Yane Marcelle Pereira. **"Esses nordestinos...": discurso de ódio em redes sociais da internet na eleição presidencial de 2014**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/22791/1/2016_YaneMarcellePereiraSilva.pdf >. Acesso em: 18 maio 2021.

SOARES, Fernando Uhlmann. **Mãos que escrevem o território, escrevem a vida: o trabalhador migrante nordestino em Rio Verde, Goiás**. 2020. 236 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2000.

SPOSITO, Eliseu Savério. Glossário de geografia humana e econômica. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2013.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

STURMER, Arthur Breno; COSTA, Benhur Pinos da. Concepção libertária de território. *In: Élisée - Revista de Geografia da UEG*. Goiás, 2017. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/6123>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E INFORMAÇÕES SOCIOECONOMICAS; SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DE PLANEJAMENTO - SEGPLAN. **Dinâmica Populacional de Goiás: Análise de Resultados do Censo Demográfico 2010- IBGE**. Goiás, 2011. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2011/dinamica-populacional-de-goias-uma-analise-do-censo-2010-do-ibge.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

VALE, Ana Lia Farias; LIMA, Luíz Cruz; BONFIM, Maria Geovaní. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. *In: Revista Textos e Debates*. Roraima: Universidade Federal de Roraima. v. 1, nº 7, 2004, p. 22-43. Disponível em: <http://www.revista.ufr.br/index.php/textosedebates/article/view/1027>. Acesso em 8 out 2021.

APÊNDICES

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS CORA CORALINA
MESTRADO ACADÊMICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA**

Dissertação de Mestrado - TRABALHADORES MIGRANTES VINCULADOS ÀS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR: a precarização do trabalho e condições desfavoráveis aos vínculos territoriais no município de Itapaci/GO

Pesquisador: Carlos Frederico de Oliveira

Pesquisador/Orientador: Edevaldo Aparecido Souza

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas com os migrantes trabalhadores vinculados as lavouras de cana-de- açúcar no município de Itapaci/GO.

1. Dados de Identificação**Data e horário da entrevista**

- 1) Nome:
- 2) Cidade de origem
- 3) Idade:
- 4) Grau de escolaridade:
- 5) Quantidade de membros na família:
- 6) Grupo étnico:

7) Local de registro do título de eleitor:

2. Dinâmicas espaciais

- 1) Com qual idade começou a se deslocar para outros estados?
- 2) Quais fatores motivam a migração?
- 3) Vocês e seus parentes possuem terras no seu local de origem?
- 4) Existe a possibilidade de utilização de bomba de água?
- 5) Como são as condições salariais e de trabalho (há mecanização) no município de origem? Quais trabalhos exerce quando está lá? Há muitas opções de trabalho?
- 6) Por que escolheu vir para o município de Itapaci-Go? Por que não um centro urbano, uma cidade grande?
- 7) Você trabalha em qual usina? Por que mora em Itapaci?
- 8) Em qual transporte veio para Itapaci? Fez escala em alguma cidade? O valor da passagem é algo que dificulta o deslocamento?
- 9) Recebeu alguma indicação para fazer o deslocamento? Qual o período que fica no Município?
- 10) Há quanto tempo mora sem interrupção no município?
- 11) Há quantos anos vem para o município?
- 12) Em que outros lugares residiram anteriormente?
- 13) Quando chegou em Itapaci quais foram as maiores dificuldades?
- 14) Para qual cidade retorna após finalizar os trabalhos? O retorno é feito para a cidade de origem?
- 15) Você se considera um morador de município?
- 16) O que vem na sua mente quando pensa no seu lugar de origem? Falar o nome do município e perguntar o que vem à mente.

3. Relações de trabalho

- 1) Em qual empresa trabalha?
- 2) Quantos trabalhadores tem na sua turma? Quantos são de outros estados?
- 3) Qual trabalho realizava antes deste?
- 4) Você conhece todas as etapas da produção?
- 5) Quantas horas trabalha por dia? Quantas pausas no trabalho durante o dia?
- 6) A rotina de trabalho é muito cansativa e fatigante?
- 7) No tempo de safra você se mantém com o dinheiro recebido mensalmente. E depois da safra como consegue a renda?
- 8) Qual a renda média salarial?
- 9) Qual a forma de recebimento do salário?
- 10) Quais os fatores positivos presentes no trabalho?

4. Relações territoriais

- 1) Como se dá as relações com os moradores mais antigos do município?
- 2) Os moradores mais antigos demonstram algum preconceito pelo local de nascimento? Quais?
- 3) Possui dificuldade para alugar casas? Quais?
- 4) Já sofreu preconceito, aqui ou em outro município, por conta da cor da pele, sotaque ou tipo de vestimenta?
- 5) Quais as maiores dificuldades no estabelecimento de vínculos sociais?
- 6) Do que mais sente falta no local de origem? Como mantem o contato com o local de origem?
- 7) Faz a migração com familiares? Se sim, como eles se sentem no novo local? Se não, como é a relação familiar à distância?

8) O que costuma fazer no tempo livre?

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UEG **CAAE:**
46352321.5.0000.8113

APÊNCICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE****Declaração do(a) Participante**

Eu,, abaixo assinado, conversei com o pesquisador Carlos Frederico de Oliveira sobre a minha decisão em participar como voluntário(a) do estudo TRABALHADORES MIGRANTES VINCULADOS ÀS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR: a precarização do trabalho e condições desfavoráveis aos vínculos territoriais no município de Itapaci/GO. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de assistência, confidencialidade e esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é voluntária e isenta de despesas e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Rubrique as opções com a concessão ou não dos elementos presentes nos procedimentos metodológicos. Fique à vontade para escolher os locais de rubrica e marque dentro dos parênteses.

() Não permito a gravação/obtenção da minha imagem/voz.

() Permito a gravação/obtenção da minha imagem/voz.

Em caso de permissão da gravação/obtenção da imagem/voz:

() Permito a divulgação da minha imagem/voz nos resultados publicados da pesquisa.

() Não permito a divulgação da minha imagem/voz nos resultados publicados da pesquisa.

Itapaci – Goiás, de de

Assinatura do(a) participante de pesquisa/Responsável legal

Data: ____/____/____

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Data: ____/____/____

Assinatura de participante sem letramento.

